

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 440 - Ano XIV - 07/04/2014

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (online)



Dívida Pública Quem ganha? Quem perde?

Amir Khair

“A taxa Selic é o veneno da economia nacional”

Adriano Benayon

A falácia dos milagres econômicos.
Endividamento e desnacionalização

João Sucupira

Estados contraem novas dívidas
para pagar a União

Jorge Barrientos-Parra:

Eficiência, resultado,
inovação – A questão da
técnica em Jacques Ellul

Cristina Wolff:

A participação feminina
na resistência contra a
ditadura militar

Especial:

Tire suas dúvidas
sobre o que é a dívida
pública brasileira



Dívida pública. Quem ganha? Quem perde?

A dívida pública é, atualmente, um dos principais alimentos do capitalismo, favorecendo a concentração de renda no setor financeiro e aumentando ainda mais o seu poder, como constata Maria Lucia Fattorelli nesta edição. “O que mata não é o tamanho da dívida, mas a taxa de juros, que faz com que esta tenda a crescer sempre”, afirma, peremptório, o economista Amir Khair. “Apesar de todo o esforço do setor público em pagar, ele não consegue”. Desta forma, como descreve Ivo Poletto, o Brasil se mantém como um dos pilares da especulação financeira globalizada.

O endividamento do Estado, suas causas e implicações é o tema em debate na edição da **IHU On-Line** desta semana. De início, com a colaboração do economista **Rodrigo Vieira de Ávila**, da Auditoria Cidadã, desenha-se um panorama sobre as principais dúvidas envolvendo a dívida pública e seus temas correlatos.

Adriano Benayon, economista e consultor, trata das implicações da internacionalização do capital

como uma das consequências para o endividamento.

O economista e consultor fiscal **Amir Khair** explica como as altas taxas de juros cobradas no Brasil tornam-se o principal freio da economia nacional.

Assessor de pastorais e movimentos sociais, **Ivo Poletto** relata as implicações sociais da fidelidade no pagamento da dívida em nome de uma dita “governabilidade”, sacrificando recursos da saúde, da cultura e da previdência.

Maria Lucia Fattorelli, auditora fiscal da Auditoria Cidadã, detalha a construção de um “sistema da dívida”, que, ao invés de aportar recursos, onera e subjulga o Estado frente ao setor privado.

O economista **Wilson Cano** critica o encolhimento do Estado brasileiro na política neoliberal, que deixou o Brasil de mãos atadas ante os grandes dilemas econômicos.

João Sucupira, economista e ex-diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, trata da formação e manutenção da dívida dos estados.

Guilherme Delgado, economista e consultor, expõe que a dívida é um sintoma do padrão de subdesenvolvimento. Assim, há urgência de o Brasil romper com a dependência externa de um modelo agroexportador.

Completam esta edição entrevistas com a historiadora **Cristina Wolff**, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, sobre a participação feminina na resistência à ditadura militar, e **Jorge David Barrientos-Parra**, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, sobre o conceito de técnica enquanto segunda natureza humana, conforme o pensamento de **Jacques Ellul**.

Barrientos-Parra estará na Unisinos nesta quarta-feira, dia 09-04-2014, participando do III Seminário em preparação ao **XIV Simpósio Internacional IHU: Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea**, a ser realizado nos dias 21 a 24 de outubro de 2014.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Instituto Humanitas
Unisinos

UNISINOS

Endereço: Av.
Unisinos, 950,
São Leopoldo/RS.
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.

E-mail: humanitas@unisinos.br.

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Gerente Administrativo: Jacinto
Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU

IHU On-Line é a revista
semanal do Instituto
Humanitas Unisinos – IHU
ISSN 1981-8769.

IHU On-Line pode ser
acessada às segundas-feiras,
no sítio www.ihu.unisinos.br.

Sua versão impressa circula às
terças-feiras, a partir das 8h,
na Unisinos.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio
Neutzling (inacio@unisinos.br).

Redação: Inácio Neutzling,
Andriolli Costa MTB 896/MS
(andriolibc@unisinos.br),
Luciano Gallas MTB 9660
(lucgallas@unisinos.br),
Márcia Junges MTB 9447
(mjunges@unisinos.br),
Patrícia Fachin MTB 13.062
(prfachin@unisinos.br) e
Ricardo Machado MTB 15.598
(ricardom@unisinos.br).

Revisão: Carla Bigliardi

Colaboração: César Sanson,
André Langer e Darli Sampaio,
do Centro de Pesquisa e Apoio
aos Trabalhadores – CEPAT, de
Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência
Experimental de Comunicação
da Unisinos – Agexcom.
Editoração: Rafael Tarcísio
Forneck

Atualização diária do sítio:
Inácio Neutzling, Patrícia Fachin,
Fernando Dupont, Juliete Rosy
de Souza, Suélen Farias e Julian
Kober

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Especial: Perguntas Frequentes** – O que é dívida pública?
- 9 **Adriano Benayon** – A falácia do milagre econômico – Endividamento e desnacionalização
- 14 **Amir Khair** – “A taxa Selic é o veneno da economia”
- 18 **Ivo Poletto** – Superávit primário e as consequências sociais do endividamento
- 21 **Maria Lucia Fattorelli** – Dívida brasileira e o paradoxo da desigualdade
- 24 **Wilson Cano** – A camisa de força do Estado – neoliberalismo e endividamento
- 28 **João Sucupira** – Estados se endividam para pagar União
- 31 **Guilherme Delgado** – “Brasil precisa romper com a dependência externa de um modelo agroexportador”
- 37 **Baú da IHU On-Line**

DESTAQUES DA SEMANA

- 39 **Cristina Wolff** – A luta feminina por espaço na memória
- 43 **Destques On-Line**

IHU EM REVISTA

- 45 **Agenda de Eventos**
- 46 **Jorge David Barrientos Parra** – Eficiência, resultado, inovação – A questão da técnica em Jacques Ellul
- 50 **Publicação em Destaque** – Cadernos Teologia Pública – O desencantamento da experiência religiosa em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota”
- 51 **Retrovisor**



twitter.com/ihu



<http://bit.ly/ihuon>



www.ihu.unisinos.br

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Perguntas Frequentes – O que é dívida pública?

O economista Rodrigo Vieira de Ávila, da *Auditoria Cidadã*, faz um panorama geral sobre as principais questões que cercam o endividamento e suas implicações na vida do brasileiro

POR ANDRIOLLI COSTA E LUCIANO GALLAS

Ainda que sua influência afete diretamente a vida de todos os brasileiros, a economia é muitas vezes um tema distante de boa parte da população.

A **IHU On-Line** convidou o economista Rodrigo Vieira de Ávila, da associação Auditoria Cidadã da Dívida, para responder algumas das dúvidas mais frequentes sobre o tema. Estas mesmas questões servem de pano de fundo para outras entrevistas desta edição, que aprofundam os questionamentos aqui levantados.

Ávila esclarece os conceitos de dívida pública, dívida externa e dívida interna. Esclarece como se compram “títulos da dívida”, quem são estes compradores e por que comprar. Trata também das relações com o FMI e do suposto pagamento realizado pelo presidente

Lula e as implicações sociais do endividamento. De acordo com o “dividômetro” do sítio da Auditoria, em 2014, até 17-02, a dívida consumiu R\$ 203 bilhões em pagamento de juros e amortizações. A quantia representou 65% de todos os gastos públicos.

Rodrigo Vieira de Ávila é economista pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais – FACE/UFMG e mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Ávila é coautor de *Um futuro para o campo – reforma agrária e desenvolvimento social* (Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007).

Confira os tópicos abaixo:

O que é a dívida pública?

Quando se pensa na dívida pública brasileira, normalmente se remete à *dívida externa* – aquela que o governo deve em moeda estrangeira. No entanto, como hoje muitos brasileiros podem mandar dinheiro para fora e comprar esses títulos, a dívida externa não é *tão* externa assim. A *dívida interna*, teoricamente, seria aquela nominada em Reais e devida ao “povo brasileiro”. No entanto, com a liberdade de fluxo de capitais, qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo,

pode comprar esses títulos. Assim, mesmo a dívida interna pode ser, em grande parte, externa.

Desse modo, prefere-se usar o termo *dívida pública* para se referir ao conjunto das duas dívidas, que, segundo Rodrigo Ávila, servem a um mesmo propósito: “drenar recursos do orçamento público para os investidores estrangeiros e nacionais – principalmente os grandes bancos ou grandes investidores”. Isto porque, por conta dos juros altos e a aplicação de “juros sobre juros”, essas dívidas

que deveriam financiar o governo passam a ser um mecanismo de extração de recursos do orçamento para o capital financeiro. Mais de 40% do orçamento federal são destinados para o pagamento de juros e amortizações (pagamento do principal) da dívida pública¹.

¹ De acordo com o site da Auditoria Pública, em dezembro de 2013 a *dívida externa* representava US\$ 485 bilhões e a *interna* atingia R\$ 2,98 trilhões. (Nota da IHU On-Line)

O que são títulos públicos emitidos para dívida pública?

O governo emite um papel e passa a dever ao banco que adquirir este título, pagando juros. Alguns bancos são credenciados para tal, e assim podem pressionar por taxas de juros mais altas e se beneficiar desse processo. São os chamados *Dealers*. As pessoas podem adquirir, indiretamente, tais títulos (por meio dos “Fundos de Investimento”), mas para isso pagam taxas de administração para os bancos, e muitas vezes recebem remunerações bem mais baixas que as recebidas pelos bancos junto ao governo.

Quem investe em títulos da dívida pública?

O governo tem um discurso de que os principais beneficiários da dívida seriam os brasileiros, a classe média e a população como um todo. No entanto, observando os dados da *Auditoria Cidadã*, percebe-se que 62% dos detentores de títulos da dívida interna são exatamente os bancos e os investidores estrangeiros.

Outra quantidade representativa – cerca de 18% – pertence aos Fundos de Investimento. De acordo com Ávila, quando a CPI da Dívida Pública tentou investigar o perfil dos beneficiários destes Fundos, o próprio Banco Central reconheceu não saber. Assim, novamente, fica a dúvida de que estejam realmente na “classe média” os maiores investidores neste item. “Há ainda os fundos de pensão, que muitos dizem ser os grandes beneficiários da dívida, mas que representam apenas 13% da dívida interna”, pontua ele.

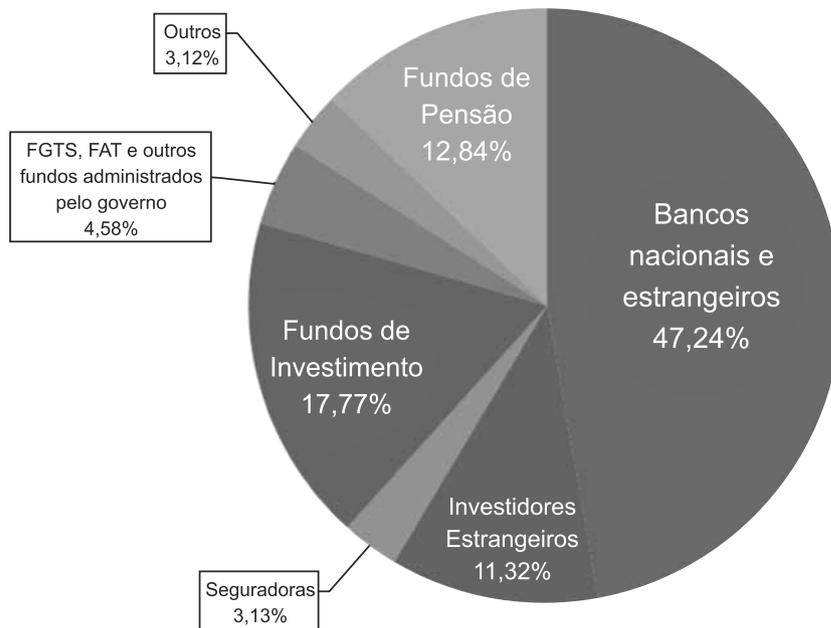
Em quanto tempo os títulos são resgatados?

Depende do prazo. Pode ser um ano, cinco, dez... Depende do tipo do título e da pressão do mercado – no caso, os bancos credenciados. “Se eles querem títulos de curto prazo, eles pressionam o governo, aumentando as taxas de juros exigidas”, destaca Ávila.

Como são definidos os juros que incidem sobre esses títulos?

Isso vai depender justamente da pressão exercida pelos bancos. Esses títulos são vendidos através de leilões.

Beneficiários da Dívida Interna (jul/2013)



O governo oferta e a partir daí os bancos se organizam e tentam exigir taxas de juros mais altas. Atualmente, os títulos vêm sendo vendidos a juros de cerca de 13% ao ano, muito maiores do que a Selic. Isso porque quem tem a prerrogativa de fazer essa pressão são justamente os bancos. O setor financeiro tem poder de barganha.

As dívidas são principalmente por títulos ou contratuais?

No caso da dívida interna federal, que é a mais significativa, são títulos. No caso da dívida externa, existem dívidas mobiliárias (ou seja, em títulos) e algumas contratuais, principalmente com instituições multilaterais (como o Banco Mundial, BID). No caso da dívida dos estados e municípios com a União, essas são contratuais.

Qual a origem da dívida pública dos estados?

Ela começa ainda no período militar, quando os estados já pegavam empréstimos obscuros. Depois, para atrair o capital financeiro internacional a partir dos anos 1990, o governo federal praticou altas taxas de juros. Nesse momento, os estados e municípios tiveram que rolar suas dívidas junto ao setor financeiro com tais taxas altíssimas, e assim os entes federados começaram a ver suas dívidas se multiplicarem por conta dessa po-

lítica monetária do governo federal. No final dos anos 1990, a União se propõe a quitar essas dívidas com o setor financeiro, e os estados passam a pagar para o governo federal.

“Quando o governo federal assume a cobrança dessas dívidas, ele também fez uma espécie de “saneamento” dos bancos estaduais – sob a justificativa de que havia rombos – e depois promove a privatização. Mas que rombos eram esses? Quais foram os responsáveis? Por que estamos pagando isso até hoje? Tudo isso precisa de uma auditoria”, defende Ávila. “Desde o final dos anos 1990, os estados já pagaram muito mais do que deviam por conta da aplicação de ‘juros sobre juros’, que é ilegal, segundo a Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal.”

Por que não se fala mais em dívida externa e FMI?

Desde os anos 1980, a sociedade brasileira vem se mobilizando contra o endividamento externo, capitaneado em suas políticas pelo FMI – compreendido como um órgão que se aproveitava dos países do Terceiro Mundo para condicionar empréstimos para saldar dívidas anteriores, recomendando políticas neoliberais de privatizações e de corte de gastos sociais. No entanto, com a liberalização do fluxo de capitais, ocorrida principalmente a partir dos anos

1990, qualquer investidor do mundo pode trazer dinheiro para o Brasil e comprar título da dívida “interna”. Conforme Ávila, “as políticas que antes eram ditadas claramente pelo FMI, com seus acordos e cartas de intenção, continuam exatamente como eram: superávit primário, privatização, redução de gasto social, reforma da previdência... Tudo continua sendo feito, mas de forma velada, pois o governo sabe que o povo rejeitou o FMI e suas políticas”.

A dívida foi resolvida com o pagamento ao FMI?

Em 2005, o presidente Lula realizou um pagamento antecipado ao FMI de US\$ 15 bilhões, exatamente para fazer propaganda de que a dívida havia sido resolvida. Na verdade, era apenas uma migalha perto do endividamento total. Além do mais, o pagamento antecipado ao FMI foi feito à custa de mais dívida interna. Tomou-se mais dívida “interna”, a juros muito mais altos, para comprar os dólares utilizados para o pagamento antecipado ao FMI, que cobrava juros bem mais baixos. Esse pagamento antecipado, na verdade, foi uma jogada de marketing, pois o endividamento mesmo só cresceu. E o país continuou a aplicar as políticas recomendadas pelo FMI.

Qual a relação entre os bancos privados, o Banco Central e a dívida pública?

Ávila destaca que, segundo o relatório alternativo da CPI da Dívida, o Banco Central realiza reuniões trimestrais de diretores do Comitê de Política Monetária – Copom (que define as taxas de juros Selic) com membros do setor financeiro para tentar estimar qual será o PIB, a inflação, a taxa de juros, avaliando as expectativas de mercado sobre a inflação. “Lógico que eles vão estipular uma inflação alta para obviamente forçar a alta de juros – e o Banco Central dá repercussão a isso. Ou seja, existe todo um conflito de interesses entre BC e setor financeiro que foi questionado na CPI. É um grave indício de ilegalidade da dívida.”

O que é a taxa Selic?

A Selic é a taxa básica que orienta os juros incidentes sobre a dívida pública. Aumentando a taxa Selic, aumenta o custo da dívida e dos empréstimos em geral. O governo gasta mais recursos do orçamento para pagar a dívida pública. A grande justificativa que se dá para as altas taxas de juros é de que a inflação estaria fora de controle, e que por isso seria preciso aumentar os juros para desestimular as pessoas a tomar financiamento e, assim, diminuir o consumo e os investimentos, e por aí diminuir a demanda por bens e serviços. “Assim se mataria a economia, e a inflação reduziria. Há uma ideologia neoliberal por trás disso”, alerta. Porém, os fatores que mais têm contribuído para a inflação são os preços administrados pelo próprio governo e a alta dos alimentos (devido a problemas climáticos e especulação nas bolsas de commodities), que não podem ser combatidos com altas nos juros. Atualmente a Selic está em 11%.

O que é o superávit primário?

É a diferença entre o que o governo arrecada e o que ele gasta na área social. E isso gera uma “economia”, um recurso que sobra para o pagamento da dívida pública. Só que os juros da dívida pública são muito maiores que o superávit primário. Este só garante uma pequena parte do pagamento do juro. Então o governo tem que tomar novas dívidas para pagar esses juros. Outra fonte de recursos para o pagamento da dívida federal é, por exemplo, o recebimento de juros e amortizações das dívidas dos estados com a União. Isso tudo vai automaticamente para o pagamento da dívida federal.

Quando o Banco Central dá lucro, esse lucro também vai obrigatoriamente para o pagamento da dívida. O rendimento da Conta Única do Tesouro, em grande parte, também vai para o pagamento da dívida. E principalmente a emissão de novos títulos, ou seja, a geração de novas dívidas para pagar os juros que estão vencendo. Isso é importante considerar também, pois é um dinheiro que vai para o ralo, não beneficia em nada a sociedade, é um poço sem fundo, porque se paga, paga, paga e, no ano seguinte, tem

que pagar de novo e se faz mais dívida para pagar de novo.

“Essas dívidas poderiam se transformar em recursos investidos na educação, por exemplo, o que geraria uma alta capacidade de pagamento dessa dívida, porque aumenta o PIB, aumenta o nível de instrução da população, gerando a capacidade de pagamento dessa dívida. Agora, gerar dívida para pagar juros não traz benefício algum para a sociedade”, conclui Ávila.

O que motivou a CPI da Dívida Pública?

Nós tivemos a experiência da auditoria oficial no Equador, a partir de 2007. Considerando a enorme quantidade de recursos destinada ao pagamento da dívida no Brasil, em 2008, o deputado Ivan Valente, do Psol-SP, fez o requerimento e conseguiu as assinaturas necessárias para se instaurar a CPI. A seguir, houve toda uma pressão para que os partidos indicassem os membros, o que foi bastante difícil, e demorou muitos meses. Finalmente, em agosto de 2009 conseguiu-se instaurar a CPI. Se não fosse a pressão da sociedade e do deputado Ivan, a CPI não saía.

Que resultados foram obtidos pela CPI?

Foi a partir da CPI que nós notamos um aumento grande da mobilização social sobre o tema, até porque toda semana havia um evento na CPI, um palestrante, muitas vezes com uma visão alinhada às nossas posições. Houve um debate importante, as entidades faziam um acompanhamento, pressionavam os deputados para investigar e isso gerou um subproduto importante, que foi a mobilização social. A CPI foi um marco para a Auditoria Cidadã no que se relaciona ao tema. E investigou muita coisa. Muitos indícios de ilegalidade da dívida, a própria questão de conflitos de interesse no Banco Central, que expliquei antes, foram investigações da CPI. É claro que no relatório final houve um “acordão” entre PT, PSDB e DEM para se fazer um “relatório pizza”. Mas o mais incrível de tudo é que, na parte do diagnóstico, o relatório final até que apontava corretamente as causas da dívida. Ele falou expressamente que a dívida é resul-

tado das altas taxas de juros. Ou seja: ela não foi uma dívida gerada para se investir em escola, hospital. Não. Ela foi uma dívida que cresceu dela mesma, simplesmente expandiu a partir de juros sobre juros, se multiplicou a partir dela mesma.

Apesar desse diagnóstico correto, na parte das recomendações, o relatório, a partir do acordo do governo com o PSDB, disse que simplesmente não precisava auditoria, não precisava investigar, não precisava enviar ao Ministério Público. Só que nós, a sociedade, aliada ao deputado Ivan Valente e mais alguns deputados, como Paulo Rubem Santiago e Hugo Leal, elaboramos um relatório alternativo, no qual foram colocadas todas as descobertas da CPI e pedia-se uma

investigação. Mandamos ao Ministério Público para investigar e enviar as ações para a Justiça, que seria o objetivo final. A gente sabe que a Justiça no Brasil, especialmente quando envolve bancos, é muito subserviente ao sistema financeiro. Então vai ser preciso muita mobilização social para se levar estas irregularidades à Justiça. Mas já tivemos um grande ganho, que foi a mobilização social decorrente da CPI.

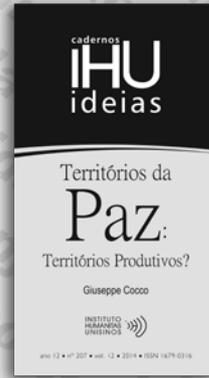
Como funciona o trabalho da Auditoria Cidadã?

Houve o grande plebiscito popular de 2000, em que seis milhões de pessoas votaram pelo não pagamento da dívida sem a realização da auditoria, prevista na Constituição de 1988 e jamais realizada. São mais de

25 anos de violação da Constituição, sem a realização da auditoria da dívida. Como o governo não quis atender a vontade popular, daqueles cerca de seis milhões de pessoas que votaram no plebiscito, iniciamos uma auditoria informal, feita pela sociedade, onde se fazem estudos, pesquisas, eventos e se conscientiza a população para esta questão, objetivando a auditoria oficial da dívida. Nós temos uma página, www.auditoriacidada.org.br, onde temos notícias, publicações, divulgamos nossas atividades. Inclusive, neste momento, estamos envolvidos com a questão da dívida dos estados e dos municípios com a União. Temos um projeto no Senado que estamos tentando tornar eficaz. Mas esta luta pela auditoria é uma luta árdua, difícil.

Acesse o facebook do Instituto Humanitas Unisinos - IHU e acompanhe nossas atualizações [facebook.com/InstitutoHumanitasUnisinos](https://www.facebook.com/InstitutoHumanitasUnisinos)

Acompanhe nossas Publicações



Bit.ly/CadernosIHU

A falácia do milagre econômico – Endividamento e desnacionalização

O economista Adriano Benayon detalha como a internacionalização do capital e o crescimento econômico não planejado levaram à explosão da dívida pública brasileira

POR ANDRIOLLI COSTA

Desde o governo Getúlio Vargas e, especialmente, no governo JK, o Brasil passou por um processo de nacionalização muito forte, favorecendo a indústria local que começava a ganhar espaço frente a uma economia predominantemente agrícola. No entanto, o capital multinacional associado não tardaria em buscar reverter a situação. Em articulação com as Forças Armadas brasileiras, o serviço secreto norte-americano e as próprias oligarquias como suporte tentam deflagrar um golpe de Estado ainda em 1954 – interrompido por dez anos com o suicídio de Vargas. Mesmo assim, para o economista Adriano Benayon, este continua sendo o principal marco da internacionalização do capital no país.

“A área econômica do governo foi entregue a economistas ligados aos banqueiros internacionais, principalmente da oligarquia financeira anglo-americana”, afirma, em entrevista por telefone à **IHU On-Line**. Mais do que isso, além de abrir o mercado também forneceu “incríveis subsídios”. Dessa forma, com pouquíssimo investimento próprio, as empresas transnacionais “podiam, controlando os mercados, em situação de oligopólio e até cartel, conseguir preços de venda de bens industriais e serviços três vezes maiores que os respectivos custos”. Benayon relaciona a desnacionalização do capital com um mo-

mento de explosão da dívida pública, que já cumulava em valores altíssimos desde a política governamental de JK – que não conseguiu ser arrefecida por Jango, já que o Plano Trienal e as Reformas de Base não puderam ser implementadas.

Conforme o economista, o que ocorreu foi que os lucros destas empresas eram tão grandes que, legalmente, apenas parte deles poderia ser transferida para fora do país. Assim, elas precisavam recorrer a manobras econômicas – e até mesmo a paraísos fiscais – para abater substanciais ganhos do lucro oficial e transferir, como despesas, em favor de suas matrizes e de outras empresas no exterior. “Aí está a origem do endividamento galopante que fez pifar o motor do crescimento econômico desde o final dos anos 1970, juntamente com os também crescentes pagamentos de juros e amortizações da dívida”, sentencia.

Adriano Benayon possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e doutorado em Economia pela Universidade de Hamburgo, na Alemanha. Diplomata de carreira, foi professor da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores. Consultor em finanças e biomassa, Benayon é autor de *Globalização versus Desenvolvimento* (São Paulo: Ed. Escrituras, 2005).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como o processo de desnacionalização do capital se relaciona com o aumento do endividamento público?

Adriano Benayon – O Brasil é um caso extremo de entrega do mercado

às grandes empresas transnacionais (ETNs) sediadas no Hemisfério Norte, pois não só lhes abriu o mercado, como, a partir de 1954, as acumulou de incríveis subsídios. Isso significou que as ETNs investiram pouquíssimo

com recursos próprios (utilizaram bens de capital e tecnologia já amortizados, a custo zero). Podiam, controlando os mercados, em situação de oligopólio e até cartel, conseguir preços de venda de bens industriais

e serviços três vezes maiores que os respectivos custos.

Obtiveram, assim, lucros tão grandes no Brasil, que só parte deles podia ser transferida como lucro, sem tributos ou com baixos tributos, a título de impostos de renda e de transferência de lucros. Desse modo, usaram diferentes contas do balanço de serviços para abater substanciais ganhos do lucro oficial e transferir, como despesas, em favor de suas matrizes e de outras empresas no exterior, inclusive em paraísos fiscais (*offshore*).

Outro modo de obter o mesmo resultado é superfaturar importações, tanto as referentes aos bens de capital, como as dos insumos utilizados na produção local: componentes, peças, matérias-primas. Quando, desde o final dos anos 1960, começaram a exportar em escala significativa, incentivadas por subsídios governamentais incríveis, surgiu mais um meio importante para o mesmo fim: subfaturar as exportações.

É lógico que tudo isso implica déficits substanciais e crescentes no balanço de transações correntes com o exterior, os quais, por sua vez, acarretam déficits no balanço de pagamentos, se o país não obtiver empréstimos e financiamentos: aí está a origem do endividamento galopante que fez pifar o motor do crescimento econômico desde o final dos anos 1970, juntamente com os também crescentes pagamentos de juros e amortizações da dívida.

IHU On-Line – Quais foram os momentos-chave na história brasileira influenciados pelas políticas econômicas de internacionalização do capital que favoreceram a conjuntura socioeconômica de hoje?

Adriano Benayon – O principal e o ponto de partida foi o golpe de Estado de agosto de 1954, articulado pelos serviços secretos norte-americano e britânico, desde a posse do presidente Getúlio Vargas¹ em 1950. A área

econômica do governo foi entregue a economistas ligados aos banqueiros internacionais, principalmente da oligarquia financeira anglo-americana.

Assim, logo em janeiro de 1955, foram decretadas Instruções da Superintendência da Moeda e do Crédito (o Banco Central da época), como a de nº 113, que permitia às empresas transnacionais importar equipamentos e outros bens de capital usados e registrá-los como investimentos em moeda. Esses bens – mais que amortizados e pagos no exterior, com vendas em numerosos mercados – custavam zero às ETNs. Estas foram favorecidas, ainda, com taxa de câmbio livre na entrada desses bens – o que magnificava ainda mais o valor registrado em moeda nacional – e com taxa livre de câmbio preferencial (dobrando o valor em dólar das remessas dos ganhos ao exterior, tanto aqueles a título de lucro como aqueles a título de despesa).

Em janeiro de 1956, eleito, entrou na Presidência da República Juscelino Kubitschek². Este não só mante-

ve os obscenos subsídios outorgados às ETNs pelo governo do golpe militar-udenista de 1954, como instituiu vantagens adicionais em favor das ETNs, inclusive criando grupos executivos para facilitar a tramitação dos investimentos diretos estrangeiros.

Quando JK deixou a presidência, o Brasil já havia formado dívida externa superior a US\$ 3 bilhões e enfrentava dificuldades para fazer face às amortizações. A política de entregar o mercado às ETNs e pagar para isso trouxe a primeira crise de contas externas desde os anos 1930, pois Vargas, em 1943, havia quase zerado a dívida externa, aproveitando saldos de exportações, acumuladas durante a 2ª Guerra Mundial, para liquidar, com desconto, títulos brasileiros na bolsa de Nova York.

Ao assumir, em 1961, Jânio Quadros³ teve de enviar missão ao exterior para renegociar e reestruturar débitos externos, já que o país ficara sem divisas para servir a dívida. Novo golpe de Estado, o de 1964, ensaiado desde a renúncia de Jânio, em agosto de 1961, deu novo impulso à desnacionalização e à consequente consolidação do modelo de dependência financeira e tecnológica. Isso ocorreu de dois modos e em dois estágios.

O primeiro ocorreu sob o primeiro presidente militar, Castello Branco⁴, muito vinculado aos EUA, que praticamente o indicaram para ser eleito pelo Congresso aos políticos brasilei-

to, houve também um grande aumento da dívida pública. Sobre JK, confira a edição 166, de 28-11-2005, *A imaginação no poder. JK, 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/ihuon166>. (Nota da IHU On-Line)

3 **Jânio Quadros** (1917-1992): político e o vigésimo segundo presidente do Brasil, entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961 - data em que renunciou. Em 1985 elegeu-se prefeito de São Paulo pelo PTB. (Nota da IHU On-Line)

4 **Humberto de Alencar Castello Branco** (1900-1967): militar e político brasileiro, presidente da República designado após o Golpe Militar de 1964. Nomeado chefe do Estado-Maior do Exército por João Goulart em 1963, Castello Branco foi um dos líderes do Golpe de Estado de 31 de Março de 1964, que depôs Goulart. Eleito presidente pelo Congresso, assumiu a Presidência em 15 de abril de 1964, e ficou no posto até 15 de março de 1967. Durante seu mandato, Castello Branco desmantelou a esquerda do Congresso e aboliu todos os partidos. Foi sucedido pelo seu ministro de Guerra, Marechal Costa e Silva. (Nota da IHU On-Line)

minário Nacional A Era Vargas em Questão - 1954-2004, realizado de 23 a 25 de agosto de 2004. Em paralelo ao evento, foi organizada a exposição *Eu Getúlio, Ele Getúlio, Nós Getúlios* no Espaço Cultural do IHU. A IHU On-Line dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>, e a 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://bit.ly/ihuon114>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-08-2004, Juremir Machado da Silva, da PUC-RS, apresentou o IHU *Ideias Getúlio, 50 anos depois*. O evento gerou a publicação do número 30 dos *Cadernos IHU Ideias*, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/ihuon30>. Ainda a primeira edição dos *Cadernos IHU em formação*, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuon01>. (Nota da IHU On-Line)

2 **Juscelino Kubitschek de Oliveira** (1902-1976): médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Juscelino instituiu o plano de governo baseado no slogan “Cinquenta anos em cinco”, direcionado para a rápida industrialização do país (especialmente via indústria automobilística). Além do progresso econômico, no entan-

1 **Getúlio Vargas [Getúlio Dornelles Vargas]** (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). Sobre Getúlio Vargas, o IHU promoveu o Se-

ros, inclusive JK. Castello Branco incumbiu Roberto Campos⁵ de comandar a economia e as finanças do país.

A pretexto de combater a inflação e outros desequilíbrios econômicos decorrentes da agitação pré-golpe e da instabilidade política, havidas desde 1961, Roberto Campos adotou políticas violentas de contenção de gastos públicos, elevou impostos e restringiu o crédito interno, que se tornou proibitivo para as empresas que dele dependiam: as nacionais. O efeito provavelmente deliberado dessas políticas foi eliminar grande quantidade de empresas de capital nacional, radicalizando assim a reserva, de fato, do mercado, outorgada às empresas transnacionais.

Estas, dotadas de poder financeiro, pouco precisavam de crédito e o podiam obter barato no exterior. Além disso, as potências imperiais estavam dispostas a estender crédito externo ao setor público, para dar tranquilidade financeira ao regime que impuseram ao país através do golpe de Estado. Em suma, muita desnacionalização da economia, fator de déficits externos, acompanhada de endividamento externo ligado às boas graças políticas do novo regime.

O segundo estágio ocorreu sob os presidentes Costa e Silva⁶, Médici⁷ e Geisel⁸, que aspiravam à retomada de

altas taxas de crescimento do PIB, tendo assim elevado os investimentos públicos. Entretanto, estes se realizaram sob dependência financeira e tecnológica. Ademais, esses presidentes não percebiam a falácia da suposta “comunidade financeira internacional”, e a economia esteve a cargo de “técnicos” com a missão de manter boas relações com a tal “comunidade”, disfarce da oligarquia financeira anglo-americana e de seus grandes bancos.

Assim, à sua maneira, repetiram o desastre de JK, ao imaginar que o Brasil chegaria ao desenvolvimento simplesmente elevando os investimentos públicos, notadamente na infraestrutura e indústrias de base.

As concorrências internacionais para a realização dos programas siderúrgico e hidrelétrico, entre outros, foram comandadas pelo Banco Mundial. Foram, portanto, desse modo, privilegiados os grandes cartéis mundiais fornecedores de equipamentos em pacotes tecnológicos fechados (*turnkey* ou *clé-en mains*), isto é, sem transferência de tecnologia, com preços elevados e financiamento de consórcios banqueiros internacionais liderados pelos bancos de exportação dos países centrais.

Combinado esse esquema com o crescente controle do setor privado e do mercado brasileiro e, assim, também do comércio exterior do país por ETNs – via investimentos estrangeiros diretos (IEDs) –, o resultado não podia ser outro senão a explosão da dívida externa, que saltou dos US\$ 3,3 bilhões em 1964 para US\$ 55,8 bilhões em 1979 e para US\$ 85,5 bilhões em 1982.

No final dos anos 1970, o Brasil já não tinha como sequer amortizar créditos que venciam, e o crescimento da dívida se acelerava, uma vez que os novos empréstimos destinavam-se somente a pagar parcelas vencidas ou a vencer a curto prazo, em reestruturações caracterizadas pela elevação das taxas de juros e por pagamentos

de novas e diversas taxas e comissões. Ainda houve a brutal elevação das taxas de juros no mercado financeiro dos EUA, em agosto de 1979. Tudo isso levou à inadimplência e à moratória inevitável em setembro de 1982.

Os “milagres econômicos” revelaram-se falsos, pois as altas taxas de crescimento do PIB foram obtidas principalmente através de investimentos públicos, custosos para o Estado, e, em geral, para propiciar economias externas às ETNs.

De fato, alguns anos desse distorcido crescimento foram anulados nas décadas perdidas de 1980 e 1990, assinaladas por desequilíbrios estruturais, por altíssimas taxas de inflação, pelas duras condições dos credores e pela destinação dos recursos públicos ao pagamento de juros e amortizações de dívidas.

Pior: sempre agravando as falhas estruturais decorrentes da cada vez maior desnacionalização, geradora da desindustrialização e do encurralamento do país no “apartheid tecnológico”.

Tornou-se crônica a dependência dos investimentos estrangeiros até para equilibrar temporariamente o balanço de pagamentos externo, gerando cada vez maior tendência a novos déficits externos – um processo semelhante ao dos dependentes químicos: quantidades crescentes de drogas, imaginando atenuar as dificuldades oriundas de consumi-las.

Ainda mais desastrosa foi a febre entreguista na desastrosa década de 1990, dos governos de Collor⁹ e

9 Fernando Collor de Mello (1949): político, jornalista, economista, empresário e escritor brasileiro, prefeito de Maceió de 1979 a 1982, governador de Alagoas de 1987 a 1989, deputado federal de 1982 a 1986, 32º presidente do Brasil, de 1990 a 1992, e senador por Alagoas de 2007 até a atualidade. Foi o presidente mais jovem da história do Brasil e o presidente eleito por voto direto do povo, após o Regime Militar (1964/1985). Seu governo foi marcado pela implementação do Plano Collor e a abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa nacional de desestatização. Seu Plano, que no início teve uma boa aceitação, acabou por aprofundar a recessão econômica, corroborada pela extinção, em 1990, de mais de 920 mil postos de trabalho e uma inflação na casa dos 1200% ao ano; junto a isso, denúncias de corrupção política envolvendo o tesoureiro de Collor, Paulo César Farias, feitas por Pedro Collor de Mello, irmão de Fernando

5 Roberto Campos (1917-2001): economista, diplomata e político brasileiro. Exerceu os cargos de deputado federal e senador, além de ter sido ministro do Planejamento no governo de Castello Branco durante o regime militar. (Nota da IHU On-Line)

6 Artur da Costa e Silva (1899-1969): militar e político ditador brasileiro, sendo o vigésimo sétimo Presidente do Brasil, o segundo do regime militar de exceção. Quando assumiu a Presidência da República, tinha a patente de marechal do Exército Brasileiro, e já havia ocupado o Ministério da Guerra no governo anterior, de Castello Branco. Seu governo iniciou a fase mais dura e brutal do regime ditatorial militar, à qual o general Emílio Garrastazu Médici, seu sucessor, deu continuidade. (Nota da IHU On-Line)

7 Emílio Garrastazu Médici (1905-1985): ditador militar e político brasileiro. Exerceu as funções de adido militar em Washington e de chefe do Serviço Nacional de Informações. Assumiu a Presidência da República (1969) em consequência de enfermidade do presidente Costa e Silva. Ocupou o cargo até 1974. (Nota da IHU On-Line)

8 Ernesto Geisel (1908-1996): ditador militar e político brasileiro. Foi adido militar no Uruguai, comandante da XI

Região Militar em Brasília, chefe do gabinete militar da Presidência da República no governo Castello Branco, ministro do Superior Tribunal Militar e presidente da Petrobras (1969-1973). Eleito presidente da República por um Colégio Eleitoral (1973), indicado pelos militares, tomou posse em 15 de março de 1974, como penúltimo ditador militar depois do golpe de 1964. (Nota da IHU On-Line)

FHC¹⁰, conspurcados por escandalosas privatizações, na realidade, um festival macabro de fazer a União e estados gastarem centenas de bilhões de reais para torrarem inestimáveis patrimônios de recursos naturais e de bens de capital, cuja valoração só se poderia abordar na casa de muitas dezenas de trilhões de reais.

Os governos do PT, mormente o atual, têm mantido as detrimamentais políticas dos seus predecessores, além de adicionar-lhes mais elementos de radicalização do modelo dependente.

IHU On-Line – Atualmente, é possível dizer que o Brasil passa por um processo de desindustrialização? Qual seu impacto para a economia nacional?

Adriano Benayon – As respostas anteriores mostram que esse processo vem ocorrendo há muito tempo, a saber, desde os anos 1980. Segundo estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, depois do pico de 27,2% em 1985, os números mostram contínua desindustrialização. Daí para 2004 esse percentual caiu para 19,2%, e de 2004 a 2012, para 13,3%. Portanto, queda acentuadíssima e em aceleração. Tudo indica que o processo prossegue, uma vez que não se vêm corrigindo as falhas estruturais que aponte, notadamente a desnacionalização e a concentração da economia.

IHU On-Line – Ainda faz sentido pensarmos em dívida interna e dívida externa? Isto é, existe diferença de nacionalidade quanto aos credores e encargos?

Adriano Benayon – Quanto aos encargos, há a óbvia e importante diferença da moeda em que as dívidas estão denominadas. Tanto o dólar como o real são moedas sujeitas a grande desvalorização. Embora criado em quantidades espantosas, por meio de

Collor, culminaram com um processo de impugnação de mandato (Impeachment). (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ Fernando Henrique Cardoso (1931): sociólogo, cientista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º Presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos. Conhecido como FHC, ganhou notoriedade como ministro da Fazenda (1993-1994) com a instauração do Plano Real para combater à inflação. (Nota da IHU On-Line)

simples impulsos nos chips dos computadores do FED¹¹ e dos bancos, o dólar tem perdido menos valor nos mercados financeiros que o real, em consequência da manipulação dos mercados financeiros mundiais regidos pela oligarquia anglo-americana e das pressões sobre muitos países subordinados em razão do poder bélico dos EUA.

Os encargos financeiros são muito maiores na dívida interna, a qual tem vulto muito grande, superior a R\$ 3 trilhões, computando também os títulos ditos da carteira do Banco Central. Grande parte destes está no “mercado”, através das operações de mercado aberto. Considerando só os oficialmente classificados como em poder do mercado, o montante da dívida mobiliária interna federal atingiu R\$ 2,12 trilhões em dezembro de 2013.

No caso de uma nada improvável crise externa, decorrente do déficit nas transações correntes – que, em 2013, passou de U\$ 80 bilhões –, a desvalorização do real poderá ser acelerada em razão do alto montante da dívida interna, com possível corrida para converter em moeda estrangeira o produto da liquidação dos títulos da dívida interna que forem vencendo.

Quanto aos credores, grande parte da dívida interna pertence a corporações financeiras, fundos e aplicadores do exterior, uma parte não desprezível dos quais é constituída por brasileiros. Estes detêm também parte, relativamente menor, da dívida externa.

IHU On-Line – Uma das justificativas para novos endividamentos, além do financiamento do déficit público, é a obtenção de recursos para fomentar o desenvolvimento local. Dessa forma, com o crescimento econômico promovido, seria possível realizar o pagamento dos encargos da própria dívida sem grandes dificuldades. A partir de que ponto esta equação fica desequilibrada?

Adriano Benayon – Os juros absurdamente elevados da dívida interna são o grande fator de desequilíbrio que leva, em determinado momento, e se não houver mudança completa de modelo, a buscar em vão o equi-

¹¹ Computadores da Reserva Federal. (Nota da IHU On-Line)

líbrio, além de incorrer em custos e danos intoleráveis. As taxas de juros demasiado altas são, de resto, o fator do crescimento da dívida e de seu serviço, o qual reduz enormemente a capacidade de investimento do Estado.

Que tudo isso está se aproximando do tal ponto em que a “equação” fica desequilibrada é indicado, entre outros sinais, pela recente decisão do governo federal de cortar R\$ 40 bilhões da despesa pública, a fim de carrear mais recursos para o famigerado “superávit primário”, destinado ao serviço da dívida.

IHU On-Line – Em 1982, houve uma crise generalizada do pagamento da dívida pública entre os países em desenvolvimento e os credores internacionais. O que levou a esta situação? Como tais países conseguiram renegociar seus acordos?

Adriano Benayon – A crise não fez afundar todos os países em desenvolvimento. Ela atingiu poucos países – como China, Índia, Irã, Coreia do Sul, Taiwan e outros cujas economias tinham e têm grau de desnacionalização muitíssimo menor que os de Brasil, México e Argentina, os três grandes devedores que entraram em inadimplência em 1982.

Arenegação dos acordos deu-se em contexto de ausência de soberania desses países, enfraquecidos pela situação e pela falta de coragem e de liderança de seus governos. O único dos três que tentou condições compatíveis com alguma dignidade nacional foi a Argentina, mas não teve a solidariedade de México e Brasil, grandemente enfeudados politicamente ao império anglo-americano.

Interessante notar que na Argentina, depois de decênios de políticas desatinadas, o povo saiu às ruas no final de 2001, conseguindo a queda de mais um governo submisso à oligarquia financeira estrangeira. Mais tarde, com Néstor Kirchner¹², impôs significativa redução do montante de sua dívida externa – mostrando ter elites nacionais menos alienadas, em média, que as de Brasil e México.

¹² Néstor Kirchner (1950-2010): Advogado e político argentino, foi o 54º presidente da Argentina. Casado com Cristina Kirchner, foi sucedido por ela na Casa Rosada. (Nota da IHU On-Line)

Em suma, a reestruturação da dívida brasileira deu-se sob as vergonhosas condições impostas, através dos planos Brady¹³ e Baker¹⁴, e com total obediência às determinações do FMI, Banco Mundial e demais instituições promotoras dos interesses dos bancos da oligarquia financeira.

Houve o período de 1983 a 1988 com alguma – e onerosa – redução nos pagamentos por serviço da dívida, ao preço de elevar ainda mais o seu montante. Após a Constituição de 1988, as transferências de recursos ao exterior pelo serviço da dívida atingiram quantias fabulosas, tendo os interesses da oligarquia financeira estrangeira sido favorecidos pela introdução na Constituição, por meios fraudulentos, de um dispositivo no artigo 166, que privilegia o serviço da dívida no orçamento federal. Esse dispositivo não foi sequer discutido durante os trabalhos da Constituinte.

IHU On-Line – O atual modelo socioeconômico brasileiro é sustentável? Como é possível repensá-lo?

Adriano Benayon – Ele só sustenta o subdesenvolvimento e a manutenção e ampliação das lastimáveis condições em que vive a grande maioria do povo brasileiro. Significa a desordem sustentável, de tal modo que nem os mais privilegiados se sentem em segurança. A meu ver, a questão deve ser pensar outro modelo. O presente modelo não tem como ser reformado e, por isso, não se trata de repensá-lo.

IHU On-Line – De que forma os artigos 164 e 166 da Constituição Federal de 1988 favorecem o pagamento da dívida? A inclusão destes artigos na Constituição atendeu a que interesses?

Adriano Benayon – O art. 164 da Constituição dá poder exclusivo ao

Banco Central para emitir moeda e só lhe permite passá-la aos bancos, deixando sem recursos o setor público e o próprio Tesouro. Este é assim forçado a endividar-se junto aos bancos, emitindo títulos públicos e, sob a prática da política econômica, sempre contrária aos interesses nacionais, pagando juros altíssimos aos bancos por um dinheiro que estes recebem quase gratuitamente do Banco Central. Não bastasse isso, conforme o art. 164, as disponibilidades de caixa do Tesouro têm que ser depositadas no Banco Central.

O caso do art. 166 constitui o maior escândalo de toda a história do Brasil, desde o Brasil Colônia, passando pelo Império e pela República. Pior: um dos escândalos mais ocultados da opinião pública, devido ao esquema da grande mídia – televisiva, escrita e radiofônica –, na qual a abordagem de questões de grande e real interesse público é sistematicamente vetada.

A adição fraudulenta foi feita no § 3º do art. 166 (172, na numeração do Projeto B, o texto aprovado em primeiro turno). O inciso II desse artigo estabelece, desde sua aprovação em 1º turno, que somente sejam aprovadas emendas para incluir despesas no projeto de lei orçamentária, se forem indicados os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa.

Ora, o estelionato consistiu em acrescentar alíneas ao inciso II excluindo desse requisito de aprovação alguns tipos de despesa, entre os quais o da alínea b, o serviço da dívida (amortizações e juros da dívida). As exceções das alíneas a e c são irrelevantes.

O acréscimo espúrio foi feito em requerimento de fusão de emendas, no qual foi copiado o texto do artigo 166, como se tivesse sido aprovado em 1º turno com esse acréscimo. A página do requerimento em que está a adição fraudulenta só tem duas rubricas, uma das quais a de Nelson Jobim¹⁵. Desde a promulgação da Constituição até o presente, o montante do serviço da dívida pública federal, atualizado em preços atuais, já ultrapassa R\$ 10 trilhões.

¹⁵ Nelson Jobim (1946): jurista e político brasileiro. Foi ministro da Defesa e do Supremo Tribunal Federal. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line – Medidas como o redirecionamento de recursos de pautas sociais para o superávit primário mostram que o país tenta estabelecer uma relação de confiança com seus credores. Como você enxerga o modo com que o Estado brasileiro encara seu próprio endividamento?

Adriano Benayon – O Estado brasileiro não representa o país, nem o povo, destituído do direito à representação que os princípios constitucionais dizem que ele deve ter. Se estivermos falando dos governos, todos sem exceção, nos últimos decênios, encararam o endividamento do Estado de forma irresponsável, inclusive ao decretarem taxas de juros altíssimas, cuja composição resulta não só no absurdo serviço anual da dívida, que já constitui mais de 40% das despesas totais da União, mas também no crescimento da dívida. Não é aceitável a desculpa, infundada, de que a elevação de juros faz deter a inflação.

IHU On-Line – Enquanto o Brasil busca estabelecer esta relação de confiança, a Argentina, por outro lado, tem uma relação muito mais combativa com os bancos internacionais. Como você avalia a postura do país platino? Quais as consequências deste tipo de comportamento para a economia daquele país?

Adriano Benayon – Já me referi à atitude da Argentina, razoavelmente digna e consentânea com os interesses nacionais, ao contrário da postura dos governos brasileiros. As consequências certamente serão muito positivas para a economia daquele país, especialmente se seus consideráveis efeitos benéficos não forem enfraquecidos em consequência da desestabilização política coordenada pelos serviços secretos e outras agências oficiais das potências imperiais, coadjuvados por banqueiros e corporações transnacionais e por seus partidários locais, além de ONGs, etc.

Leia mais...

- *A desnacionalização da economia brasileira.* Entrevista especial com Adriano Benayon, em 08-08-2012, disponível em <http://bit.ly/ihu080812>.

¹³ Plano Brady: nome dado ao plano de reestruturação da dívida externa de alguns países, que foi lançado no final dos anos 1980. O nome do plano tem sua origem no nome do secretário do tesouro estadunidense, Nicholas F. Brady. Os países que participaram da rodada inicial do plano foram: Argentina, Brasil, Bulgária, Costa Rica, República Dominicana, Equador, México, Marrocos, Nigéria, Filipinas, Polônia e Uruguai. (Nota da IHU On-Line)
¹⁴ Plano Baker: Iniciativa das Nações Unidas de conceder a autodeterminação para o Saara Ocidental. (Nota da IHU On-Line)

“A taxa Selic é o veneno da economia”

Conforme Amir Khair, as altas taxas de juros cobradas no Brasil são o principal freio da economia nacional, pois oneram toda a sociedade – à exceção dos bancos e dos grandes grupos de capital privado

POR LUCIANO GALLAS

Para Amir Khair, uma taxa Selic aceitável estaria próxima dos índices de inflação. Em termos de cenário econômico brasileiro, isso representaria algo na casa de 5% a 6%. No entanto, a Selic atual é de 11%¹. Isso “é ministrar um veneno em dose maior. Eu considero a taxa Selic como um veneno da economia”, afirma o mestre em finanças públicas. “Com isso, você atrai dólares do exterior, que vêm para cá, captam dinheiro a custo praticamente zero e aplicam em taxa Selic [...]. Um lucro fantástico! Saem do país 10 bilhões de dólares em rendimento destas aplicações especulativas por ano”, continua ele. “Ao atrair dólares para cá, você faz com que o real fique forte, porque tem muita oferta de dólar. E, ao fazer isso, você acaba fazendo com que o câmbio no Brasil fique completamente fora de lugar. Isso faz com que se tenha um rombo importante nas contas externas, que no ano passado chegou a 82 bilhões de dólares”, completa.

Nesta entrevista, concedida por telefone à **IHU On-Line**, Khair demonstra que esta situação provoca, entre outras consequências, a fragilidade das empresas nacionais que pretendem buscar espaço no comércio exterior. Pois, sem preços competitivos, o setor industrial não teria condições de concorrer com os

produtos do exterior, ainda que seja beneficiado com desonerações de tributos ou com os empréstimos concedidos pelas agências estatais de fomento. “Quando você tem no país taxas de juros elevadas, você pune toda a sociedade, à exceção de quem? Dos grandes grupos privados que, tendo saldos disponíveis nas suas operações, aplicam nos títulos do governo e obtêm um lucro forte com isso; e dos bancos, que obtêm recursos a custo praticamente zero e aplicam em títulos do governo também, sem risco nenhum, ganhando lucros fantásticos”, adverte. Ele lembra que não ocorre o mesmo com os consumidores e com as micro, pequenas e médias empresas, pois estes não têm acesso ao BNDES e, por isso, são obrigados a contratar empréstimos com os altos juros cobrados pelos bancos – no caso da população, estes juros chegaram a 93% ao ano em janeiro de 2014 para compras com prazo de pagamento de um ano.

Amir Khair é mestre em Finanças Públicas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, de São Paulo. Foi secretário municipal de Finanças na gestão da prefeita Luiza Erundina na capital paulista (1989-1992). É consultor nas áreas fiscal, orçamentária e tributária.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – A dívida pública é em si um problema (um indicativo de má gestão) ou constitui uma necessidade para a viabilização de investimentos?

¹ Conforme definido por unanimidade em reunião do Comitê de Política Monetária - Copom no dia 02-04-2014, constituindo-se no maior índice desde janeiro de 2011 e na nona alta seguida da taxa. (Nota da IHU On-Line)

Amir Khair – A dívida pública ajuda, claro, o investimento, porque ela é feita quando as receitas provenientes dos tributos não são suficientes para bancar todas as despesas necessárias ao setor público e mais alguns investimentos, quando um dirigente ou um governante quer ampliar a ação do governo para além desses recursos tributários. Mas o governo tem limites para contratar dívida, ele opera

dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal. O governo pode ampliar a sua ação, mas sempre respeitando os limites estabelecidos por resolução do Senado.

IHU On-Line – Então é possível governar sem contrair dívidas no atual modelo político-econômico...

Amir Khair – É possível. A maior parte das prefeituras do país, até pre-

feituas grandes, não contrai dívidas, não tem dívidas. Pelo contrário, tem até crédito, do ponto de vista do balanço financeiro – elas têm mais aplicações financeiras do que passivos de dívidas. Essa é a tendência na situação das prefeituras do país, coisa pouco divulgada. Com relação aos estados, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais têm dívidas pesadas em relação às suas próprias receitas públicas. Os outros estados, com exceção talvez de Alagoas, têm um limite muito abaixo do estabelecido pelo Senado, de que as dívidas contratadas não podem exceder valores correspondentes a dois anos de arrecadação. Então esta questão da dívida praticamente não fere nenhum desses estados, salvo aqueles quatro mencionados. O que nos mostra que, no setor público, é possível avançar sem a contratação de dívidas fortes.

A exceção se encontra no governo federal. Embora a Lei de Responsabilidade Fiscal² estabeleça um limite para a dívida, até hoje isso nunca foi votado no Congresso Nacional por pressão do próprio Poder Executivo, desde a época de Fernando Henrique Cardoso³, passando por Luiz Inácio Lula da Silva⁴ e agora pela presidente

“Quando a população compra alguma coisa financiada, e este tipo de compra é a mais usual entre as camadas de baixa renda, ela tem de pagar taxas de juros de 93% ao ano”

Dilma Rousseff. É um dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal que não foi regulamentado. Com isso, o governo federal foi ampliando a sua dívida. E essa dívida é muito pesada, porque ela tem uma taxa de juros, arbitrada pelo próprio governo federal, que é extremamente elevada. Consequentemente, esta taxa de juros acaba catapultando a dívida, colocando-a em patamares cada vez maiores, e essa questão não é enfrentada pelo governo, nem na época do Lula, nem na época do Fernando Henrique – que, aliás, foi muito pior, porque as taxas eram muito mais elevadas –, nem pelo governo Dilma.

IHU On-Line – Como avalia a meta de obtenção de superávit primário para o pagamento dos juros da dívida?

Amir Khair – A questão do superávit primário é uma questão falsa, é uma questão enganosa para o debate fiscal do país. Falsa porque ela esconde a realidade fiscal, que é muito concentrada na verdadeira causa do déficit fiscal do país, que são as taxas de juros. O Brasil é um país que sempre comprometeu mais de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) com juros. No mundo inteiro isso gira, no máximo, em 2% – a média de comprometimento com juros é inferior, ficando em 1%

do PIB. Ou seja, o Brasil joga fora 5% do seu PIB por decisões do próprio governo de manter elevada a taxa Selic. Essa questão é importante e mostra que a discussão em cima do superávit primário é uma discussão enganosa pelo fato de não considerar o chamado resultado nominal, este sim é o termômetro das finanças públicas por ser o resultado de todas as receitas e todas as despesas. O resultado primário não leva em conta os juros. É como se não existissem juros como despesa. Você tem sempre um déficit nominal, pois os juros superam o resultado primário, que são as receitas menos as despesas, fora a questão dos juros. Tem sempre uma conta de juros da ordem de 5% do PIB – este ano podendo chegar a 6% do PIB. Isso gera um déficit fiscal muito grande.

IHU On-Line – Em 2013, a inflação oficial atingiu a marca de 5,91%. Para conter este avanço, o Copom promoveu o aumento da taxa Selic de 7,25%, em janeiro daquele ano, para 10,5%, em janeiro de 2014. Esta estratégia de aumentar a taxa Selic para conter a inflação ainda é uma opção viável?

Amir Khair – Eu considero que é administrar um veneno em dose maior. Eu considero a Selic como um veneno da economia. Se fosse qualquer país do mundo, ela estaria da ordem da inflação. Ou seja, por volta de 5%, 6%. Aqui ela é bem acima. Com isso, você atrai dólares do exterior, que vêm para cá, captam dinheiro a custo praticamente zero e aplicam em taxa Selic. Aqui está rendendo 10,5%, e é capaz de ir para 11% agora [como de fato ocorreria em reunião do Copom realizada no início de abril]. Um lucro fantástico! Saem do país 10 bilhões de dólares em rendimento destas aplicações especulativas por ano. Uma média histórica que vem se repetindo.

Com isso, ao atrair dólares para cá, você faz com que o real fique forte, porque tem muita oferta de dólar. E, ao fazer isso, você acaba fazendo com que o câmbio no Brasil fique completamente fora de lugar. Isso faz com que se tenha um rombo importante nas contas externas, que no ano passado chegou a 82 bilhões de dólares. O Brasil está completamente fora no câmbio. Há uma impossibilidade de as

2 A Lei de Responsabilidade Fiscal: oficialmente trata-se da Lei Complementar nº 101, é uma lei brasileira que tenta impor o controle dos gastos de estados e municípios, condicionado à capacidade de arrecadação de tributos desses entes políticos. A lei obriga que as finanças sejam apresentadas detalhadamente ao Tribunal de Contas (da União, do Estado ou dos Municípios). (Nota da IHU On-Line)

3 Fernando Henrique Cardoso (1931): sociólogo, cientista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º Presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos. Conhecido como FHC, ganhou notoriedade como ministro da Fazenda (1993-1994) com a instauração do Plano Real para combater a inflação. (Nota da IHU On-Line).

4 Luiz Inácio Lula da Silva - Lula (1945) trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso), e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). (Nota da IHU On-Line)

empresas sediadas no país concorrem com os produtos no exterior. Ou seja, você condena o setor industrial do país ao colapso. É cada vez mais uma situação complicada. E não se resolve isso com desonerações, com empréstimos a essas empresas, etc.

Está afastada a possibilidade, até agora, de se ter a taxa Selic no nível internacional, que é aquele que reconhece que é possível controlar a inflação em algumas situações, e que não é possível controlá-la em outras. Não é o caminho artificializar o câmbio, mantendo essa situação que é desastrosa e que abre o rombo das contas internas, que faz com que as reservas internacionais tenham um custo de carregamento extremamente elevado. Assim, você prejudica a indústria e não cresce. Essa solução de usar a Selic para combater a inflação tem funcionado para segurar o país, para criar um rombo nas contas internas e nas contas externas. É um remédio que mata o paciente.

IHU On-Line – Qual é o valor estimado atual para a dívida pública brasileira?

Amir Khair – A dívida é olhada pelo governo como dívida líquida, ou seja, a dívida bruta abatida das reservas internacionais, fundamentalmente. Ela está em torno de 34% do PIB, que é um nível razoável. Agora, a dívida bruta, que é a dívida que o país tem sem considerar estes abatimentos, gira em torno de 60% do PIB. Não é um nível elevado, está dentro do limite definido pelo Tratado de Maastricht⁵, que estabeleceu as regulamentações fiscais na União Europeia, principalmente para a zona do euro. Você tem uma dívida bruta que não é elevada. O problema não é o nível da dívida, portanto. O problema é a taxa de juros que onera essa dívida. No mundo todo, essa taxa é muito

⁵ **Tratado de Maastricht:** também chamado de Tratado da União Europeia. Foi assinado em 07 de fevereiro de 1992 pelos países membros da Comunidade Europeia na vila de Maastricht, Holanda. O tratado entrou em vigor em 1º de novembro de 1993, transformando a então Comunidade Europeia em União Europeia e lançando as bases para a criação de uma moeda continental única, o euro. O Tratado de Maastricht foi emendado pelos tratados de Amsterdã, Nice e Lisboa. (Nota da IHU On-Line)

“Este é o principal freio da economia. Ao ter que pagar por dois produtos, este outro bem que a população paga em juros vai para o sistema financeiro”

baixa. No Japão ela é quase zero. Nos Estados Unidos também é baixíssima. Aqui não, ela é muito alta. Então o que mata não é o tamanho da dívida, mas a taxa de juros, que faz com que essa dívida tenda a crescer sempre. Apesar de todo o esforço do setor público em pagar, ele não consegue. Essa dívida está sempre aumentando, por causa da taxa de juros que está completamente fora de lugar há muitos e muitos anos.

IHU On-Line – É possível diferenciar a política econômica da gestão Dilma Rousseff daquela implementada pelos seus antecessores Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso?

Amir Khair – A grande inflexão política ocorreu na área social, fundamentalmente. Foi no governo Lula, quando, por meio de aumentos do salário mínimo bem superiores à inflação, do Bolsa Família e de outros programas de renda, houve uma transferência de recursos bastante forte para a base da pirâmide social. Com isso, a classe média aumentou na ordem de 40 milhões de pessoas. Isso gerou um consumo forte para o país e gerou crescimento econômico. Isso é o que distingue o governo Lula do governo Fernando Henrique e anteriores, que não fizeram programas expressivos e de significado em termos de bombear recursos para a base da pirâmide.

O governo Fernando Henrique apostou no grande capital internacio-

nal entrando no país e comprando as estatais, com isso gerando crescimento. Entretanto, o crescimento gerado foi uma vergonha, da ordem de 2% ao ano, um crescimento fraquíssimo. A inflação continuou elevada, o resultado fiscal do governo Fernando Henrique nos oito anos foi de 1,5% de superávit primário e um déficit fiscal superior a 6% do PIB. Foi um fracasso total. Nas contas externas, o país quase faliu duas vezes: em 1999 e em 2002. As reservas eram fraquíssimas. Aquele foi um governo fracassado nos âmbitos interno e externo. Não abriu novos mercados, sempre cortejando os Estados Unidos e a Europa – que se fechavam aos produtos agropecuários brasileiros. Não havia aí, como até hoje é difícil, qualquer tipo de negociação nessas duas frentes. O governo Dilma, por sua vez, ampliou os programas de transferência de renda – não apenas o salário mínimo, mas também o Bolsa Família, que já teve o valor multiplicado por quatro vezes, e outros programas, como o Brasil sem Miséria, o Minha Casa, Minha Vida. Ou seja, ela tentou ampliar a área social com sucesso, e nisso há reconhecimento público.

Com relação à política econômica, entretanto, as diferenças são pequenas. A única coisa que vale a pena sublinhar é que o fio condutor da política econômica, seja no governo Fernando Henrique, seja no governo Lula, seja no governo Dilma é apoiado no controle da inflação, através da Selic elevada. Só que, no governo Fernando Henrique, a média da Selic foi da ordem de 25% ao ano. Há alguns ex-presidentes do Banco Central, que hoje são comemorados como ótimos presidentes, que, para mim, foram verdadeiros covardes do país, como Arminio Fraga⁶, Gustavo Franco⁷ e

⁶ **Arminio Fraga Neto (1957):** economista brasileiro. Foi presidente do Banco Central do Brasil de 1º de março de 1999 a 17 de janeiro de 2003, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Atualmente, Fraga é o principal acionista de um grupo de investimentos chamado Gávea Investimentos, além de ser membro do Conselho de Administração do Unibanco. (Nota da IHU On-Line)

⁷ **Gustavo Franco (1956):** economista brasileiro. Teve participação central na formulação, operacionalização e administração do Plano Real. Foi presidente do Banco Central do Brasil entre agosto de 1997 e março de 1999, durante a

Gustavo Loyola⁸. Eles praticaram taxas Selic extremamente elevadas. E isso fez com que a dívida líquida do país subisse da casa de 30%, no início do governo Fernando Henrique, para 60%, quando entrou o Lula. Além disso, como procuraram manter o câmbio apreciado, geraram rombos expressivos nas contas externas. São pessoas, gestores, de responsabilidade, mas que deixaram um legado muito ruim para o país.

No governo Lula, com Henrique Meirelles⁹ na presidência do Banco Central, houve uma redução desse nível, mas a Selic ainda permaneceu muito elevada. Dilma inovaria se conseguisse manter a Selic baixa, como quando chegou ao patamar de 7,25% durante o seu governo ou até mais baixa. Mas a presidente cedeu à pressão do mercado financeiro e, agora, tem deixado a taxa voltar a subir novamente. Essa seria uma característica que poderia diferenciar a política econômica da presidente Dilma da implementada pelos governos anteriores. De nada adianta fazer desonerações se você deixar o setor

gestão de Fernando Henrique Cardoso - assumiu também o cargo interinamente por 11 dias, em janeiro de 1995. A partir de sua experiência de governo, publicou dois livros: *O Plano Real e Outros Ensaios* (Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1995) e *O Desafio Brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda* (São Paulo: Editora 34, 1999), entre outras obras. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Gustavo Loyola: economista brasileiro. Foi presidente do Banco Central do Brasil em dois períodos distintos: de novembro de 1992 a março de 1993, durante os governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, e de junho de 1995 a agosto de 1997, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso. Atualmente, Gustavo Loyola é sócio-diretor da empresa Tendências Consultoria Integrada. (Nota da **IHU On-Line**)

9 Henrique de Campos Meirelles (1945): engenheiro civil e administrador brasileiro. Fez carreira como executivo do setor financeiro no *Bank of Boston*, tornando-se CEO do *BankBoston Corporation*. Foi presidente do Banco Central do Brasil entre janeiro de 2003 e dezembro de 2010, durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, constituindo-se na pessoa que por mais tempo ocupou o cargo na instituição. Em 2002, havia se candidatado pelo PSDB ao cargo de deputado federal por Goiás, tendo sido eleito. No entanto, optou por aceitar a presidência do Banco Central, não assumindo a cadeira de deputado. Desfilou-se do PSDB (que fazia oposição ao governo Lula) e filiou-se posteriormente ao PMDB. (Nota da **IHU On-Line**)

privado industrial brasileiro exposto a uma concorrência empresarial hoje muito mais forte do que na época de Fernando Henrique ou Lula, concorrência esta que trabalha com câmbio favorável às exportações. Nós, no nosso caso, parece que proibimos as exportações para manter este câmbio.

IHU On-Line – Pode-se dizer que a dívida movimenta o capitalismo, já que ela financia os bancos?

Amir Khair – Sim. Quando você tem no país taxas de juros elevadas, você pune toda a sociedade, à exceção de quem? Dos grandes grupos privados que, tendo saldos disponíveis nas suas operações, aplicam nos títulos do governo e obtêm um lucro forte com isso; e dos bancos, que obtêm recursos a custo praticamente zero e aplicam em títulos do governo também, sem risco nenhum, ganhando lucros fantásticos.

Há uma transferência, portanto, de recursos através desse mecanismo de taxas de juros elevadas. Micro, pequenas e médias empresas são obrigadas a captar empréstimos com juros altos dos bancos, porque não têm acesso ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Também a população em geral, que, além de enfrentar dificuldades em termos de distribuição de renda, que ainda é muito desfavorável no Brasil, tem contra si a má distribuição tributária, sendo muito mais onerada com os tributos do que a elite, a parte superior da camada social. Quando a população compra alguma coisa financiada, e este tipo de compra é a mais usual entre as camadas de baixa renda, ela tem de pagar taxas de juros de 90% ao ano – ou 93%, como ocorreu em janeiro para compras com prazo de um ano.

Ou seja, a pessoa compra um bem e acaba pagando dois. Este é o principal freio da economia. E, ao ter que pagar por dois, este outro bem que ela paga em juros vai para o sistema financeiro. Há uma transferência de renda, uma bomba de sucção das pessoas, especialmente das camadas de menor renda média, que demandam crédito pagando taxas absurdas de juros, quando a média internacional nos países emergentes é de 10% ao ano. Aqui é de 93%!

IHU On-Line – Gostaria de adicionar algo?

Amir Khair – Apenas gostaria que o governo acordasse e botasse o motor em funcionamento da economia, que está praticamente andando de lado, crescendo 2% ao ano, mesmo nível de 1980 até 2002, e que é um nível muito insuficiente. Eu espero que a presidente acorde para a necessidade de mudanças na política econômica, que deixem de submeter o país a taxas de juros exorbitantes, seja da Selic ou seja simplesmente a demandada pelo setor financeiro para a sociedade.

Leia mais...

- *Um modelo de desenvolvimento baseado no consumo.* Entrevista com Amir Khair publicada na edição 392 da **IHU On-Line**, de 14-05-2012, disponível em <http://bit.ly/1hhUbTj>.
- *Aposta no consumo e na liquidez interna como resposta à crise internacional.* Entrevista com Amir Khair publicada na edição 385 da **IHU On-Line**, de 19-12-2011, disponível em <http://bit.ly/QFYy5L>.
- *Política econômica preventiva. “A redução da taxa Selic é positiva”.* Entrevista com Amir Khair publicada na edição 372 da **IHU On-Line**, de 05-09-2011, disponível em <http://bit.ly/OduIU9>.
- *Câmara Setorial em debate.* Entrevista com Amir Khair e Guilherme Delgado publicada no sítio do **IHU** em 27-05-2011, disponível em <http://bit.ly/1h3oHGA>.
- *Política econômica integrada. A proposta de Dilma Rousseff.* Entrevista com Amir Khair publicada no sítio do **IHU** em 16-12-2010, disponível em <http://bit.ly/1gomdfM>.
- *Reestruturação geopolítica favorece países emergentes.* Entrevista com Amir Khair publicada na edição 329 da **IHU On-Line**, de 17-05-2010, disponível em <http://bit.ly/1lCheQJ>.

Superávit primário e as consequências sociais do endividamento

Para Ivo Poletto, a preocupação exacerbada com o pagamento da dívida em nome de uma dita “governabilidade” sacrifica recursos de pautas sociais em uma lógica interminável de juros sobre juros

POR ANDRIOLLI COSTA E LUCIANO GALLAS

De acordo com o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), 42% do orçamento geral da União para 2014 está comprometido com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Com uma quantia tão representativa, ao país parece restar, como única forma de exercer a governabilidade, o remanejamento de verbas públicas e a contratação de novos empréstimos para saldar o endividamento e restabelecer o crédito. No entanto, como bem lembra o filósofo Ivo Poletto, quando os custos de dívida pública, externa e interna, comprometem tanto o orçamento público, “quais áreas sociais e ambientais não são atingidas com redução de recursos?”.

Informações da *Agência Estado*, em matéria publicada em 23-03-2014, (<http://bit.ly/ae230314>), mostram que cerca de 20% dos R\$ 75 bilhões apresentados pelo governo central como superávit vieram do represamento de recursos carimbados para projetos educacionais, culturais e tecnológicos. “Os recursos destinados à manutenção da credibilidade de país devedor, ‘obrigatórios e indiscutíveis’, segundo a visão e a prática do Executivo e do

Congresso, afetam todos os setores da vida da população brasileira”, ressalta Poletto.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Poletto comenta experiências positivas latino-americanas para a recompra de títulos da dívida, critica a postura do Brasil ao manter ainda hoje praticamente todas as políticas que o FMI impunha através das relações de endividamento e destaca a importância da criação de uma Auditoria Pública da dívida – conforme determina a Constituição Federal de 1988. “Nenhuma instituição pública cumpriu com o seu dever em relação ao endividamento público”, defende. “O endividamento brasileiro tem sua origem e é mantido por decisões e políticas que não têm, como mínimo, legitimidade”, finaliza.

Ivo Poletto é assessor de pastorais e movimentos sociais. Trabalhou durante os dois primeiros anos do governo Lula como assessor do Programa Fome Zero e foi o primeiro secretário-executivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Poletto é autor de *Brasil, oportunidades perdidas: Meus dois anos no governo Lula* (Rio de Janeiro: Garamond, 2005).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Com a reserva de recursos do superávit primário e a priorização do pagamento da dívida pública, quais tipos de investimentos em pautas sociais o Brasil deixa de realizar?

Ivo Poletto – Na verdade, quando os custos de dívida pública, externa e interna, comprometem mais de 40% do orçamento, quais áreas sociais e ambientais não são atingidas com

redução de recursos? Por outro lado, se não for por incompetência dos ministérios, a realidade vivida pela população e os dados deixam claro que as políticas públicas de saúde e educação são as que mais se ressentem. Mas se olharmos o que está sendo destinado para Reforma Agrária, para transporte urbano, para serviços de saneamento, para a cultura, os recursos destinados à manutenção da cre-

debilidade de país devedor, “obrigatórios e indiscutíveis”, segundo a visão e a prática do Executivo e do Congresso, afetam todos os setores da vida da população brasileira. Vale ter presente, por exemplo, que, sem o confisco dos 20% para o superávit primário, a Previdência seja superavitária, como demonstram estudos especializados, e não se justificaria a manutenção dos mecanismos que reduzem as aposen-

tadorias, sacrificam os aposentados e impedem a universalização deste direito constitucional.

IHU On-Line – Que ações estatais são aceitáveis para cumprir com o pagamento da dívida?

Ivo Poletto – Todas as atuais ações estatais são inaceitáveis, porque executadas sem o cumprimento do mandato da Constituição Federal de 1988, que determinou que deveria ser feita uma Auditoria Pública da dívida. Nem o Congresso, que na ocasião se autoproclamou “constituente”, nem os Governos, especialmente os comandados por partidos que têm em seu programa o compromisso de exigir o cumprimento da Constituição, nem o Judiciário, a quem cabe zelar pelo exato cumprimento da Constituição e por todos os direitos de todas as cidadãos e cidadãos – nenhuma instituição pública cumpriu com o seu dever em relação ao endividamento público. Por isso, a ação estatal aceitável é a realização de uma Auditoria Pública da Dívida, com poderes para determinar se e quanto o país realmente deve aos eventuais credores externos e internos; com poder para identificar ilegalidades e imoralidades seja na origem de cada endividamento, seja nas negociações posteriores, seja na prática de taxas abusivas de juros, seja na identificação de corrupções e autoritarismos ditatoriais.

IHU On-Line – Em 2007 o presidente do Equador, Rafael Correa¹, ofereceu até 30% do valor para recomprar os títulos da dívida pública. Contra vários prognósticos, 95% dos credores aceitaram, levando a uma queda de quase 70% a dívida do país, permitindo investimentos em saúde, educação, etc. Acredita que estratégia semelhante poderia ser realizada no Brasil?

Ivo Poletto – Antes do Equador, a Argentina propôs aos bancos a retomada do pagamento dos custos de sua dívida externa com um deságio de 75%, isto é, pagando apenas 25 centavos de cada dólar. Mais de 80% dos

“Quando os custos de dívida pública comprometem mais de 40% do orçamento, quais áreas sociais e ambientais não são atingidas com redução de recursos?”

“credores” aceitaram, e o fizeram por conhecerem a condenação da dívida argentina pela Justiça, num processo que teve Alexandro Olmos² como autor, com duração de vinte anos, e que resultou no veredito que condenou a dívida externa estatal como um crime contra a cidadania do país.

A prática do Governo do Equador indica duas coisas que humilham nosso país: como Rafael Correa, Lula³, em primeiro lugar – para não cobrar de Fernando Henrique Cardoso⁴ algo im-

possível depois de seus compromissos explícitos com o chamado Consenso de Washington –, e Dilma⁵ tinham o poder para instituir a Auditoria Pública da dívida, mas preferiram manter os interesses dos poderosos “credores” por medo de interferências na governabilidade; medo que o Equador mostrou não ter fundamento na realidade. Com isso, o Brasil se mantém como um dos pilares da especulação financeira globalizada, que é fonte de crises infundáveis que causam, ao mesmo tempo, empobrecimento da população e concentração absurda nas mãos de um número cada vez menor de empresários e banqueiros.

IHU On-Line – Muitos economistas criticam a balança comercial brasileira sustentada pela exportação de commodities, mas, por outro lado, esse modelo garante o pagamento da dívida. Como pensar outro modelo econômico que também garanta o pagamento?

Ivo Poletto – De fato, no sistema global comandado pelo capital financeiro e pelos governos que se submetem a ele, cabe ao Brasil e outros países “em desenvolvimento” serem fornecedores das *commodities* que os países centrais necessitam. Por isso, manter a dívida como algo inquestionável significa submeter-se a essa distribuição internacional do trabalho e da produção, mesmo se isso agrava e eterniza as relações de dependência que favorecem aos países centrais e aos oligopólios multinacionais. Por isso, a mudança de rota depende, como medida inicial, da realização de uma Auditoria soberana da dívida externa e interna, e, em seguida, da convocação de uma Constituinte Exclusiva para redefinir, pela primeira vez com real representatividade da soberania popular, como o Brasil quer organizar-se social, cultural e politicamente para que seu povo seja feliz, incluindo as prioridades e tecnologias com que deseja implementar sua economia. O desafio é este: ou os países

² **Alejandro Olmos**: historiador e pesquisador, foi o primeiro a expor a questão da dívida pública na Argentina. Seu filho, Alejandro Olmos Gaona, especialista em direito internacional, foi convocado pelo governo do Equador para investigar a dívida externa do país. (Nota da IHU On-Line)

³ **Luiz Inácio Lula da Silva** (1945): trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso), e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). (Nota da IHU On-Line)

⁴ **Fernando Henrique Cardoso** (1931): sociólogo, cientista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º Presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos. Conhecido como FHC, ganhou notoriedade como ministro da

Fazenda (1993-1994) com a instauração do Plano Real para combater à inflação. (Nota da IHU On-Line)

⁵ **Dilma Rousseff**: economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Atualmente ocupa a Presidência da República desde 2010. (Nota da IHU On-Line)

¹ **Rafael Correa [Rafael Vicente Correa Delgado]** (1963): economista e político equatoriano, atual presidente do país pelo movimento Alianza PAIS (*Patria Activa y Soberana*). (Nota da IHU On-Line)

enfrentam, com a força legítima de seus povos, o sistema absurdo e criminoso do capital financeiro globalizado, ou a humanidade irá se destruir por causa das crescentes crises sociais e ambientais.

IHU On-Line – Em 1995 o Programa de Ajuste Fiscal promoveu a renegociação das dívidas dos Estados, que passaram a ter o governo federal como credor. Muitos afirmam que isto diminui a autonomia dos Estados. Como você enxerga este fato?

Ivo Poletto – Mais uma vez, só uma Auditoria das dívidas dos Estados terá competência e poder para identificar a legalidade, legitimidade e moralidade delas. Pesquisas realizadas por membros da Auditoria Cidadã da Dívida revelam que a renegociação realizada pelo governo Fernando Henrique Cardoso foi ruim para os Estados por três motivos: deu aval ao endividamento anterior; forçou a inclusão na dívida negociada de 100% do valor de títulos que, no mercado, valiam a metade ou menos; estabeleceu índice de inflação escorchantes, inflando constantemente o endividamento. Dessa forma, é claro que a renegociação aumentou o endividamento dos Estados, atrelou-os ao Governo Federal, diminuindo sua capacidade de desenvolver políticas e de agir com autonomia. Vale lembrar que essas amarras foram reforçadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

IHU On-Line – De acordo com o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), 42% do orçamento geral da União para 2014 está comprometido com o pagamento de Juros e Amortizações da Dívida. Com uma quantia tão representativa, endividar-se é a única forma possível de exercer a governabilidade?

Ivo Poletto – É o que a realidade nos presenteia: o país gasta cada vez mais para manter-se endividado, e esta política exige aumento constante da própria dívida. Por isso, trata-se de uma política insustentável e injusta, porque sacrifica quase toda a população para enriquecer uns poucos já muito ricos. Basta ter presente a origem dos lucros dos bancos, no Brasil e no mundo, para entender como funciona o sistema da dívida: eles são os

“O endividamento brasileiro tem sua origem e é mantido por decisões e políticas que não têm, como mínimo, legitimidade”

detentores de praticamente todos os títulos da dívida pública, e os governos – a começar com o do Brasil – consultam seus “economistas” para definir taxas de juros e outras prioridades na gestão da chamada macroeconomia. E o resultado é esse: endividado, o Estado procura os bancos para que emprestem “novos recursos” para manter suas políticas, prioritariamente favoráveis às grandes empresas articuladas como o capital financeiro. A “porta de saída” para o sacrifício das galinhas não pode ser definida consultando as raposas.

IHU On-Line – A relação do Brasil com o FMI foi bastante questionada na década de 1990. De uns anos para cá, no entanto, pouco se fala do Fundo Monetário. Como você percebe a relação do país com a entidade atualmente?

Ivo Poletto – Vale destacar duas coisas. Em primeiro lugar: de que valeu pagar o montante da dívida do Brasil com o FMI se, em seu lugar, o governo tomou novos empréstimos junto a bancos privados pagando taxas de juro mais altas? Em segundo lugar, para que o FMI deveria aparecer por aqui se o que mais interessa ao capital financeiro globalizado e aos países centrais faz parte das políticas do Estado brasileiro? Em outras palavras, o país livrou-se da dívida, mas manteve praticamente todas as políticas que o FMI impunha através das relações de endividamento. Talvez a única diferença seja a política de transferência

de recursos públicos para os submetidos a situações de miséria – uma política de alcance emancipatório, no mínimo, discutível – e a retomada do “estado investidor” – uma política, como se sabe, que favorece e privilegia os grandes grupos econômicos de origem brasileira, visando torná-los players, competidores multinacionais.

IHU On-Line – Deseja acrescentar alguma coisa?

Ivo Poletto – Apenas isso: o endividamento brasileiro tem sua origem e é mantido por decisões e políticas que não têm, como mínimo, legitimidade. Como é mantido e aumentado à custa das políticas sociais que têm a ver com a qualidade de vida de todas as pessoas e povos, o endividamento público só seria legítimo se estas pessoas e povos que constituem o Brasil tivessem sido e se fossem hoje consultadas sobre ele. É por isso que se deve afirmar: a dívida e as decisões referidas ao endividamento são questões políticas, e não “econômicas” ou técnicas, que nada teriam a ver com ética e moral; ao contrário do que afirmam os “economistas” do sistema dominante, sobre estas políticas pesam critérios éticos e morais, já que têm a ver com a vida das pessoas e com a vida do próprio planeta Terra. Na verdade, o que se faz ou deixa de fazer em relação ao endividamento tem a ver com a qualidade da democracia existente no Brasil e no mundo.

Leia mais...

- *Rio+20 vista desde a Cúpula dos Povos: A montanha pariu um rato.* Entrevista especial com Ivo Poletto, de 26-06-2012, disponível em <http://bit.ly/ihu260612>.
- *Os movimentos sociais e a retomada do comunitarismo.* Entrevista especial com Ivo Poletto, de 17-04-2010, disponível em <http://bit.ly/ihu17042010>.
- *COP-16: ‘É preciso mudar o sistema e não o clima’.* Entrevista especial com Ivo Poletto, de 15-12-2010, disponível em <http://bit.ly/ihu151210>.
- *Os movimentos sociais e o segundo turno. Possibilidades e limites.* Entrevista especial com Ivo Poletto, de 05-10-2010, disponível em <http://bit.ly/ihu051010>.

Dívida brasileira e o paradoxo da desigualdade

Para a auditora fiscal Maria Lucia Fattorelli, o endividamento público gerou um sistema da dívida, que ao invés de aportar recursos, onera e subjulga o estado frente ao setor privado

POR PATRÍCIA FACHIN

O endividamento público de vários países gerou o que Maria Lucia Fattorelli denomina de “sistema da dívida”, ou seja, a “utilização do endividamento público às avessas; em vez de servir para aportar recursos ao Estado, o processo de endividamento tem sido um instrumento de contínua e crescente subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente ao setor financeiro privado”. Segundo ela, a dívida pública é, atualmente, “um dos principais alimentos do capitalismo, especialmente na atual fase de financeirização global, e favorece a concentração de renda no setor financeiro, aumentando ainda mais o seu poder”. E dispara: “O Sistema da Dívida opera de modo similar nos diversos continentes, fundamentado no enorme poder do setor financeiro, em âmbito mundial, o que lhe possibilita exercer seu controle sobre as estruturas legais, políticas, econômicas e de comunicação de países, gerando diversos mecanismos que viabilizam esse esquema”.

Na entrevista a seguir, concedida à **IHU On-Line** por e-mail, e publicada nas Notícias do Dia, de 25-11-2013, disponível em <http://bit.ly/1mU7r5V>, a auditora fiscal também comenta a dívida dos estados brasileiros, a qual foi gerada de “forma espúria” e “passou a crescer em escala exponencial devido à extorsiva remuneração nominal cobrada pelo governo federal, correspondente à incidência de atualização monetária mensal automática calculada com base na variação do IGP-DI, cumulativa com a incidência de juros de 6 a 9% ao ano”. De acordo com ela, a remuneração nominal tem sido abusiva e levado os estados a contraírem junto ao Banco Mundial e bancos privados. “Uma verdadeira aberração e ofensa ao Federalismo, além do risco de transfe-

rir a crise financeira para o interior do país. Isso porque tais bancos internacionais exigem, entre outras condicionalidades, a transformação do sistema previdenciário estadual para a modalidade de fundos de pensão de natureza privada, que investem fortemente em derivativos – papéis podes que provocaram a crise financeira nos Estados Unidos e Europa”, esclarece.

Maria Lucia Fattorelli ainda chama a atenção para as implicações sociais da dívida pública dos Estados. “O custo da dívida pública é transferido diretamente para a sociedade, em particular para os mais pobres, tanto por meio do pagamento de elevados tributos incidentes sobre tudo o que consomem quanto pela ausência ou insuficiência de serviços públicos a que têm direito – saúde, educação, assistência social, previdência – e, ainda, entregando patrimônio público mediante as privatizações e a exploração ilimitada de riquezas naturais, com irreparáveis danos ambientais, ecológicos e sociais. O custo social é imenso.” Segundo ela, a dívida externa brasileira explica o “paradoxo inaceitável que existe em nosso país: sétima economia mundial e um dos países mais injustos do mundo, desrespeitando direitos humanos fundamentais, como denuncia a inaceitável classificação em 85º lugar segundo o IDH medido pela ONU”.

Maria Lucia Fattorelli é auditora fiscal e coordenadora da organização brasileira Auditoria Cidadã da Dívida. Foi membro da Comissão de Auditoria Integral da Dívida Pública – CAIC no Equador em 2007-2008. Participou ativamente nos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a dívida realizada no Brasil. É autora de *Auditoria da Dívida Externa. Questão de Soberania* (Contraponto Editora, 2003).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que é Sistema da Dívida? Como e por que ele se produz em vários países do mundo?

Maria Lucia Fattorelli – Escolhemos o tema “Sistema da Dívida” para nortear todos os debates do

seminário internacional que realizamos na semana passada devido à importância da percepção da

atuação desse esquema em vários países.

O “Sistema da Dívida” corresponde à utilização do endividamento público às avessas, ou seja, em vez de servir para aportar recursos ao Estado, o processo de endividamento tem sido um instrumento de contínua e crescente subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente ao setor financeiro privado.

Esse esquema funciona por meio de diversos mecanismos que geram dívidas, na maioria das vezes sem qualquer contrapartida, e promovem seu contínuo crescimento. Para operar, tal sistema conta privilégios legais, políticos, econômicos e também com a grande mídia, além de contar com o suporte dos organismos financeiros internacionais para impor medidas que favorecem a atuação do “Sistema da Dívida”.

O livro *Auditoria Cidadã da Dívida: Experiências e Métodos* (Brasília: Inove Editora, 2013), que lançamos durante o seminário internacional, detalha tais mecanismos, cabendo ressaltar os esquemas de “salvamento de bancos”, a transformação de dívidas privadas em dívidas públicas, e a aplicação de “Planos de Ajuste Fiscal”, que se fundamentam em cortes orçamentários, privatizações e demais reformas liberais para destinar os recursos ao “Sistema da Dívida”.

IHU On-Line – Como o Sistema da Dívida funciona internacionalmente? Todos os países são afetados por esse sistema?

Maria Lucia Fattorelli – As experiências de auditoria já realizadas têm demonstrado que o “Sistema da Dívida” segue um *modus operandi* semelhante em diversos países, passando por fases permeadas de fatos graves, tais como:

- Geração de dívidas sem contrapartida alguma ao país ou à sociedade;
- Aplicação de mecanismos meramente financeiros (taxas de juros abusivas, atualização monetária automática, cobrança de comissões e taxas, etc.), que fazem a dívida crescer continuamente, também sem qualquer contrapartida real;
- Refinanciamentos que empacotam dívidas privadas e outros custos que não correspondem à entrega

de recursos ao estado, provocando elevação ainda maior no volume do endividamento, e beneficiando unicamente o setor financeiro privado nacional e internacional;

- Utilização do endividamento gerado dessa maneira como justificativa para a implementação de medidas macroeconômicas determinadas pelos organismos internacionais (principalmente FMI e Banco Mundial) contrárias aos interesses coletivos e que mais uma vez beneficiam unicamente o mesmo setor financeiro, tais como privatizações, reforma da previdência, reforma trabalhista, reforma tributária, medidas de controle inflacionário, liberdade de movimentação de capitais, etc.

A dívida pública é um dos principais alimentos do capitalismo, especialmente na atual fase de financeirização global, e favorece a concentração de renda no setor financeiro, aumentando ainda mais o seu poder. Por isso, o endividamento é um problema presente em quase todos os países capitalistas. Além de atentar para o volume da dívida, é preciso observar o valor dos juros que dirão o peso dessa dívida para cada país. Nesse sentido, o endividamento brasileiro é o mais oneroso do mundo, devido às elevadíssimas taxas de juros.

IHU On-Line – Qual a situação da dívida pública brasileira? Que percentual do orçamento federal é destinado ao pagamento da dívida?

Maria Lucia Fattorelli – Os números da dívida pública brasileira indicam que já estamos em situação de crise da dívida. Em 31-12-2012, a Dívida Externa alcançou US\$ 442 bilhões (R\$ 884 bilhões a R\$2,00). É verdade que a maior parte dessa dívida é privada, porém, possui a garantia do governo brasileiro, e, dessa forma, constitui uma obrigação que deve ser computada em sua integralidade.

Por sua vez, a chamada Dívida Interna atingiu o patamar de R\$ 2,8 trilhões em 31-12-2012. A maior parte dessa dívida está nas mãos de bancos nacionais e internacionais. Dessa forma, a dívida brasileira alcançou R\$ 3,6 trilhões ou 82% do PIB.

Diversos artifícios são utilizados para “aliviar” o peso dos números, tais como:

- Dívida “Líquida”;
- Juros “reais”;
- Parte dos juros nominais contabilizada como se fosse Amortização;
- Exclusão da Dívida Externa “Privada”;
- Comparação Dívida Líquida – PIB.

IHU On-Line – Como essa dinâmica ocorre internamente, entre os estados brasileiros e a União? Qual é o estado brasileiro mais endividado?

Maria Lucia Fattorelli – O Sistema da Dívida se reproduz também internamente, tendo em vista que, no caso dos estados, quase toda a dívida não possui contrapartida real e cresce a partir de mecanismos meramente financeiros.

A maior parcela da dívida dos estados corresponde ao refinanciamento feito pelo governo federal a partir do final da década de 1990 (com base na Lei 9.496/97). Esse refinanciamento englobou passivos de bancos estaduais que seriam privatizados (PRO-ES), ou seja, transformou parcelas de diversas naturezas em dívida pública dos estados. Tal fato evidencia a ausência de contrapartida de tais “dívidas” que foram geradas em processo não transparente e questionável sob todos os aspectos, e comprova a atuação do “Sistema da Dívida”. Além disso, existem vários questionamentos acerca da origem da dívida refinanciada, conforme detalhamos no livro *Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados* (Brasília: Inove Editora, 2013).

Além de gerada de forma espúria, essa dívida passou a crescer em escala exponencial devido à extorsiva remuneração nominal cobrada pelo governo federal, correspondente à incidência de atualização monetária mensal automática calculada com base na variação do IGP-DI, cumulativa com a incidência de juros de 6 a 9% ao ano.

Essa remuneração nominal tem sido tão abusiva que diversos entes federados estão contraindo empréstimos junto ao Banco Mundial e bancos privados internacionais para pagar ao governo federal. Uma verdadeira aberração e ofensa ao Federalismo, além do risco de transferir a crise financeira para o interior do país. Isso porque tais bancos internacionais exigem, entre outras condicionalidades,

a transformação do sistema previdenciário estadual para a modalidade de fundos de pensão de natureza privada, que investem fortemente em derivativos – papéis podres que provocaram a crise financeira nos Estados Unidos e na Europa. O estado brasileiro mais endividado é São Paulo.

IHU On-Line – Em que consiste o projeto do Senado em relação à dívida dos estados?

Maria Lucia Fattorelli – O PLP nº 238/2013 não enfrenta devidamente o problema das dívidas públicas de estados e municípios, constituindo leve paliativo. Limita-se a modificar o cálculo da remuneração nominal cobrada pela União e o estoque das dívidas dos estados e municípios de forma insuficiente, conforme resumido a seguir:

Novo relatório do PLP 238: A partir da aprovação do PL-238, a remuneração nominal cobrada pela União passaria a ser composta pelas seguintes parcelas:

Juros Reais: “calculados e debitados mensalmente, à taxa de quatro por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado”.

Atualização Monetária: “calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA”.

O estoque das dívidas será recalculado desde a assinatura dos contratos com base na taxa Selic até 2012.

Críticas: Manutenção do privilégio de atualização monetária mensal. Tal atualização é acumulada mês a mês ao estoque da dívida. Trata-se de ilegitimidade que vem sendo perpetuada desde o início dos acordos de refinanciamento, pois foi abolida a indexação automática no país.

Remuneração proposta ainda é extorsiva, especialmente se comparada com as benesses concedidas pelo BNDES a empresas privadas, mediante contratos que cobram remuneração nominal fixa inferior a 6% ao ano (sem atualização monetária), ou apenas a TJLP (sem atualização monetária), que atualmente se encontra em 5% ao ano. Externamente, o governo empresta aos Estados Unidos a juros praticamente nulos.

Embora reconheça a necessidade de rever o cálculo desde o início da vigência dos acordos de refinanciamento com a União, a proposta de aplicação da taxa Selic corresponde à cláusula onerosa prevista nos acordos celebrados, ou seja, era considerada uma penalidade na época da celebração dos referidos acordos.

Tal proposta deixa as dívidas da maioria dos estados e municípios praticamente inalteradas: Nos estados em que o acordo prevê remuneração nominal de IGP-DI + 6%, a nova proposta seria ainda mais onerosa, já que a variação da Selic superou tal remuneração. Dessa forma, tais entes não terão benefício algum com esse recálculo do estoque.

No caso de Minas Gerais (cujo acordo prevê remuneração nominal de IGP-DI + 7,5% de juros), a taxa acumulada de 1998 a 2012 cairia de 968% para 859%. Tal redução é ínfima, se compararmos com a revisão que deveria ser feita: caso aplicado juros fixos de 6% (critério concedido pelo BNDES ao setor privado), a dívida de MG já estaria totalmente paga desde 2011.

Um dos poucos beneficiados com essa proposta será o município de São Paulo, cujo acordo prevê remuneração nominal de IGP-DI + 9% de juros.

IHU On-Line – Quais são os impactos sociais e econômicos do Sistema da Dívida?

Maria Lucia Fattorelli – Como antes mencionado, o Sistema da Dívida opera de modo similar nos diversos continentes, fundamentado no enorme poder do setor financeiro, em âmbito mundial, o que lhe possibilita exercer seu controle sobre as estruturas legais, políticas, econômicas e de comunicação de países, gerando diversos mecanismos que viabilizam esse esquema.

Ao final, o custo da dívida pública é transferido diretamente para a sociedade, em particular para os mais pobres, tanto por meio do pagamento de elevados tributos incidentes sobre tudo o que consomem quanto pela ausência ou insuficiência de serviços públicos a que têm direito – saúde, educação, assistência social, previdência – e, ainda, entregando patrimônio público mediante as privatizações e a exploração ilimitada de riquezas naturais, com irre-

paráveis danos ambientais, ecológicos e sociais. O custo social é imenso.

O gráfico do orçamento federal evidencia que, na medida em que absorve quase a metade dos recursos, todas as áreas sociais ficam prejudicadas, o que explica o paradoxo inaceitável que existe em nosso país: sétima economia mundial e um dos países mais injustos do mundo, desrespeitando direitos humanos fundamentais, como denuncia a inaceitável classificação em 85º lugar segundo o IDH medido pela ONU.

É necessário conhecer que dívidas os povos estão pagando. A Auditoria é a ferramenta que nos permite conhecer e documentar este processo. O papel da cidadania é de suma relevância, pois além de conhecer o processo, deve procurar incidir nessa realidade. Não pode estar passiva diante do contínuo e crescente escoamento de recursos públicos orçamentários, acompanhado da entrega de riquezas nacionais de forma infame. É necessário fundamentar – com documentos e provas – as denúncias desse vergonhoso esquema que tem submetido países e povos a uma escravidão incompatível com a situação econômica real, suficiente para garantir vida digna e abundante para todas as pessoas.

Assim, a Auditoria Cidadã se converte em uma ferramenta de luta social. Convido a todos a acompanhar nossas páginas www.auditoriacidada.org.br e www.facebook.com/auditoriacidada.pagina, ler e divulgar nossas publicações e participar dos Núcleos da Auditoria Cidadã.

Leia mais...

- *Orçamento federal de 2013: 42% vai para a dívida pública.* Entrevista especial com Maria Lucia Fattorelli, de 17-09-2012, disponível em <http://bit.ly/ihu170912>.
- *“Os bancos estão sendo salvos pelo Estado”.* Entrevista com Maria Lucia Fattorelli, publicada na edição 372 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon372>.
- *Dívida pública e juros. Quem paga a conta?* Entrevista especial com Maria Lucia Fattorelli, de 25-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihu250510>.

A camisa de força do Estado – neoliberalismo e endividamento

Para o economista Wilson Cano, as políticas de privatização e internacionalização do capital promoveram o encolhimento do Estado brasileiro, deixando-o de mãos atadas diante dos grandes dilemas econômicos

POR ANDRIOLLI COSTA

O endividamento do Estado brasileiro é um problema que vem acompanhando o país desde o período colonial. No entanto, nos últimos anos, este endividamento ganhou novas proporções e vem cada vez mais ocupando parte significativa dos gastos do governo – que deixa, assim, de investir em outras áreas para privilegiar o pagamento de juros.

Para o economista Wilson Cano, no entanto, o acúmulo de dívidas não é o problema, mas sim a alta incidência de juros dos títulos públicos. “O Japão, por exemplo, tem 120% de dívida em relação ao seu PIB. Contudo, o montante de juros sobre a dívida presente no orçamento público é inferior a 1%”, relata ele, ressaltando que o resgate é sempre no longo prazo. Já no Brasil, os juros giram em cerca de 10%, e o longo prazo nunca é respeitado, o que torna a dívida uma bola de neve.

Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, Cano ressalta como muito do endividamento atual brasileiro tem sua origem nas reformas neoliberais promovidas na década de

1990 – e que tiveram continuidade nos governos Lula e Dilma. Com a internacionalização do capital, os diversos acordos internacionais e o encolhimento do Estado nacional, o Brasil se encontra “em uma camisa de força”, incapaz de tomar de maneira autônoma medidas que deem novo fôlego à economia. “Nós estamos sem rumo, para dizer o mínimo. É um país que não tem o direito de pensar a longo prazo”, finaliza.

Wilson Cano é graduado em Economia pela PUC-SP e doutor em Ciências Econômicas pela Unicamp, onde é professor aposentado. Atualmente é membro vitalício do conselho curador da Fundação Economia de Campinas e consultor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Cano é autor, entre outras obras, de *Desconcentração Produtiva Regional do Brasil: 1970-2005* (São Paulo: Unesp, 2008), *Introdução à Economia* (São Paulo: Unesp, 2005) e *Soberania e Política Econômica na América Latina* (São Paulo: Unesp, 1999).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual a origem da dívida pública no Brasil?

Wilson Cano – A dívida, realmente, é remotíssima. Ela vem, na verdade, do período colonial. Quando nós declaramos a Independência, a Inglaterra, para reconhecer o Brasil como nação, nos obrigou a reconhecer dívidas que ela havia creditado a Portugal¹. A dívida é uma velha conhecida nossa.

¹ **Empréstimo português:** em 1824 o governo brasileiro assina o compromisso de pagar a Portugal cerca de 3 milhões

de libras esterlinas, referentes a um empréstimo que a Inglaterra havia creditado à coroa portuguesa em 1823. A quantia, a princípio, representaria o pagamento de dívidas do período colonial. De fato, tratava-se de um pagamento ao país europeu para o reconhecimento de nossa independência. (Nota da **IHU On-Line**)

Por outro lado, somos um país subdesenvolvido, e não há país subdesenvolvido que não tenha se endividado ao longo da sua história. Depois do grande período do setor primário exportador e o *boom* da in-

dustrialização nos anos 1940, 1950 e 1960, vamos passar por outro período relativamente curto da segunda metade de 1960 até a primeira metade da década de 1970, que é o grande endividamento externo para a contratação de empréstimos e financiamentos para expandir a economia nacional.

Todos os países ingressaram nesse processo, dado que a taxa de juros real estava negativa e os financiamentos eram, em geral, facilitados a qualquer país. Isso aconteceu, prin-

principalmente, depois da política norte-americana, em 1979, de elevar a taxa de juros. Todos os contratos flutuantes foram severamente punidos, o que levou à crise da dívida externa na década de 1980, a chamada década perdida.

O fato afetou todos os países do mundo, especialmente os subdesenvolvidos e mesmo alguns países socialistas. A Polônia, por exemplo, quebrou em 1982. O México quebrou, e o Brasil só não quebrou porque os americanos vieram com um Boeing cheio de dólares para cá.

IHU On-Line – Durante a ditadura militar o governo brasileiro realizou grandes investimentos em infraestrutura à custa de um alto endividamento – com juros baixos, porém flutuantes. Como você avalia a gestão dos gastos públicos neste período tendo em vista a relação com a dívida?

Wilson Cano – Em que pese todos os países que se endividaram tenham realizado gastos com desperdício de recursos, em nosso caso até que os desperdícios não foram grandes. Houve desperdícios, erros de planejamentos, intervenções desnecessárias, mas de qualquer forma se conseguiu materializar uma parte substancial desse endividamento original.

Basicamente foram investimentos para a indústria, a mineração, para rodovias e infraestrutura, ainda que muito pouco ou quase nada para a parte social. Tanto é que a crítica que se faz à ditadura e ao milagre econômico brasileiro é que se esqueceram das questões sociais.

IHU On-Line – Qual a diferença da relação com a dívida pública entre países desenvolvidos e em desenvolvimento?

Wilson Cano – O tamanho da dívida deve ser discutido em termos de qual o seu prazo médio e qual a sua taxa de juros envolvida. O Japão, por exemplo, tem 120% de dívida em relação ao seu PIB. Contudo, o montante de juros sobre a dívida presente no orçamento público é inferior a 1%. Na França a dívida gira em torno de 90% em relação ao PIB, com 2% de juros. Os americanos também possuem dívi-

“O Japão tem 120% de dívida em relação ao seu PIB. Contudo, o montante de juros sobre a dívida presente no orçamento público é inferior a 1%”

das de 120%, assim como Itália, Grécia, Espanha, Portugal.

Ter uma dívida alta não é privilégio de países subdesenvolvidos. São raros os países desenvolvidos com uma relação dívida x PIB relativamente baixa. No entanto, os países desenvolvidos têm prazos muito mais dilatados e uma taxa de juros consideravelmente menor do que a nossa. Essa é a grande diferença.

Aqui, o longo prazo é apenas figurativo e não é respeitado. Foi substituído pela carta de recompra. A dívida é *overnight*, você a vende no dia seguinte, às quartas-feiras no tesouro direto ou pelos leilões de compra e venda feitos pelo Banco Central.

Juros

Com a alta taxa de juros, a dívida pública vai adquirindo uma voracidade enorme. Se você leva em conta o conceito da dívida bruta, atualmente ela representa 60% do PIB brasileiro. Então o governo inventou um conceito de dívida líquida e isso leva a um valor mais baixo, de pouco mais de 30%. Sem entrar em discussões metodológicas, o fato é que o país retomou o crescimento da relação dívida x PIB nos últimos três anos por conta da crise internacional, da inflação e vários outros fatores.

Enquanto o país crescia em média 4% entre 2003 e 2008, *ça va bien*.

É claro que o valor teria que cair, pois a taxa de crescimento do PIB era maior que a taxa de crescimento real da dívida, e a inflação era baixa. No entanto, após 2008, quando a taxa de crescimento caiu para menos de 2%, volta-se a viver no inferno.

Isso evidentemente leva ao velho tratamento diferencial das empresas de *rating*² das financeiras internacionais. Elas classificam como um “mau costume” a alta porcentagem dívida x PIB dos subdesenvolvidos, mas esquecem de olhar o que acontece nos países desenvolvidos. Quando baixa seu *rating*, você sofre várias implicações e dificuldades para negociar e renegociar novas dívidas e arca com taxas de juros crescentes.

IHU On-Line – Na década de 1990, houve negociações constantes do governo brasileiro com o FMI para pagamentos de juros da dívida externa. Hoje, no entanto, a representatividade da dívida interna é muito mais relevante na soma da dívida pública brasileira. Por que isso aconteceu?

Wilson Cano – Ela é muito mais relevante, mas não está tão distanciada da dívida externa. Lula festejou a antecipação do pagamento da dívida junto ao FMI em 2005, de 15 bilhões de dólares, mas acontece o seguinte: naquele momento girava em torno de 220 bilhões de dólares. Os últimos dados que eu tenho apontam que a dívida externa atualmente gira em torno de 440 bilhões de dólares. Então que pagamento nós fizemos? Foi um pagamento simbólico ao fundo monetário, mas a dívida externa cresceu cavalaramente de alguns anos para cá. Ela praticamente dobrou, ainda que, evidentemente, seja muito mais privada do que pública graças aos bancos e empresas que se endividaram.

IHU On-Line – De que forma os diferentes planos econômicos brasileiros, como os Planos Collor e Real, colaboraram para o contro-

² **Rating**: termo também conhecido como “classificação de risco”, refere-se ao mecanismo de classificação da qualidade de crédito de uma empresa, país, título ou operação. (Nota da IHU On-Line)

le ou descontrole da inflação e do endividamento?

Wilson Cano – O Plano Collor simplesmente dizimou a dívida pública. Reduziu a dívida em 60-70% devido às medidas de repressão e desconto nos ativos que a população e várias empresas haviam aplicado. Foi bastante violento. Agora, a partir do Plano Real, você tem um renascimento de ambas as dívidas. A externa dobra, a interna dá um salto de quatro, cinco vezes. Toda a redução que o Plano Collor conseguiu foi dizimada pelo Plano Real, dada a sua especificidade, cuja criatividade intelectual residiu na artificialidade de criar duas âncoras de sustentação do plano de estabilização: a valorização violenta do dólar e a constituição de um grande espaço no orçamento público para o pagamento de juros. Pilares que dão sustentação ao Plano Real até hoje.

Estes pilares fazem parte de um conjunto de medidas que decorre da opção que o Brasil fez pelas políticas neoliberais – desde o governo Collor, mas especialmente no governo FHC: a reforma do comércio exterior (a abertura comercial); a desregulamentação financeira; as reformas da relação trabalho-capital (reforma previdenciária); a privatização e o encolhimento do Estado nacional, entre outras.

Tudo isso se junta em um conjunto de medidas neoliberais, inclusive com um plano de estabilização diferente. Os demais planos cortavam a demanda violentamente e restringiam importações justamente para que os países criassem superávits comerciais para poder pagar os juros. Este, por outro lado, fez o contrário. Com a abertura comercial, as privatizações e o câmbio barato, houve uma enxurrada de importações a partir de 1994. Esta foi a tônica de lá para cá, que só parou em um curto intervalo, entre 1999 e 2002.

IHU On-Line – De acordo com o IPEA, entre 1994 e 2002 a dívida pública líquida subiu 30%, atingindo 60% do PIB. Já entre 2003 e 2012, ela caiu 25% e hoje representa cerca de 33% do PIB. Qual a sua avaliação da gestão pública dos governos em relação à dívida?

“A dívida externa pública baixou porque as estatais pagaram as suas dívidas ao longo do tempo”

Wilson Cano – Ela caiu por conta de duas questões. A primeira é porque o PIB cresceu mais que a dívida e, como o denominador cresceu mais do que o numerador, a relação, evidentemente, baixa. A segunda questão é a desvalorização cambial, já que você encolhe a dívida feita em contratações em dólar. Não é uma questão só de eficácia e competência em administração fiscal.

A dívida externa pública baixou porque as estatais pagaram as suas dívidas ao longo do tempo. Se você olhar as curvas de longo prazo do aumento da dívida pública brasileira, verá que as estatais diminuíram as delas, depois da década de 2000, e as que mais cresceram foram as dos estados e municípios, dada a renegociação da dívida deles em 1993-95, que terminou em uma explosão. É impossível pagá-las.

A Dilma estava tentando mudar o indexador da dívida. É um absurdo manter um IGP-M³ para indexar dívida pública. O IGP-M tem efeitos de preço de atacado, de dólar, de importação. Não pode ser um indexador usado para a dívida pública. Dessa forma, os estados ficam nessa privação terrível que se encontram desde a renegociação.

IHU On-Line – Se os juros pagos ao Estado são maiores que os pagos aos antigos credores, qual a vantagem deste tipo de acordo?

³ Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M): pesquisado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, registra a inflação de preços desde matérias-primas agrícolas e industriais até bens e serviços finais. (Nota da IHU On-Line)

Wilson Cano – Eu arriscaria dizer que, assim como a ditadura promove uma centralização fiscal violenta no país para fazer com que os governos estaduais e municipais venham ‘comer milho na sua mão’ e a obedeçam, os governos posteriores fizeram a mesma coisa. Foi uma forma de obrigar os governos estaduais e municipais, por meio da renegociação e da lei da regularidade fiscal – que são os dois instrumentos que funcionam juntos –, a terem um comportamento fiscal adequado ao governo do PSDB. E o Lula não tocou um milímetro neste assunto. A política macroeconômica do Lula é a mesma do Fernando Henrique. O que muda são as políticas sociais.

IHU On-Line – Os programas de transferência de renda, a valorização do salário mínimo e a consequente inclusão de milhões de pessoas no mercado consumidor são os principais méritos econômicos do governo Lula? Quais foram as consequências dessas iniciativas para a economia do país?

Wilson Cano – Estas são políticas sociais, então antes de usarmos a trena da economia devemos usar a da sociedade – que foi dar comida para 45 milhões de pessoas, luz para mais alguns milhões, promovendo o Bolsa Família, o aumento do salário mínimo e por aí afora. São políticas de distribuição de renda que no país sempre foram jogadas para escanteio pelas elites. Uma das piores distribuições de renda do mundo era a brasileira, que melhorou um pouco, mas ainda está longe de representar uma democracia no sentido social da palavra.

Agora, no critério econômico, demos uma largada no mercado de bens de consumo leve e uma melhora para quem ganha salário mínimo, como aposentados e muitos trabalhadores – afinal, 65% da classe trabalhadora não ganha nem três salários. Então, estes foram os maiores beneficiados, sem dúvida, promovendo o alargamento de certas faixas de mercado.

Não é isso que explica, no entanto, a tal “ascensão da classe média”, um nome infeliz que foi inventado

pelo autor dessa façanha, o Marcelo Neri, que se deu graças a quê? À expansão do consumo. A partir do Plano Real o crédito foi contido e, quando Lula assumiu, em 2003, a relação crédito ao setor privado-PIB era de 25%. Uma vergonha, pois qualquer país sério teria no mínimo 60 ou 80%. Essa relação foi crescendo ao longo dos governos Lula e Dilma e hoje se encontra em torno de 55%, o que alargou o consumo familiar. Isso, junto com as exportações, foi a segunda maior variável de indução de crescimento econômico no período 2003-2008.

IHU On-Line – Que efeitos produziram sobre a economia brasileira a política de privatização de empresas estatais, implementada durante o governo Fernando Henrique?

Wilson Cano – Os efeitos foram vários e todos danosos. Primeiramente, houve a promessa de que com os recursos da privatização pagaríamos as nossas dívidas. Não é verdade, pois a dívida externa duplicou. Em segundo lugar, havia a ideia de que a melhor eficácia que a privatização traria ao funcionamento das empresas melhoraria em eficiência, produtividade, reduziria os custos e, portanto, os antigos preços e tarifas públicas igualmente reduziriam. Segunda mentira, pois as tarifas hoje são das mais altas do universo. Por fim, em terceiro lugar, causamos uma profunda desvalorização nas decisões macroeconômicas do país.

O governo, com as reformas neoliberais e o Plano Real, vestiu uma camisa de força. Eles não podem mover a taxa de juros e de câmbio sem com isso causar transtornos muito grandes à economia como um todo. Mais do que isso, como mexer nestes assuntos estando amarrado a contratos internacionais? É complicado.

IHU On-Line – Como a desindustrialização influencia no endividamento?

Wilson Cano – Nós tínhamos a oitava indústria de transformação do mundo, que perfazia um terço do PIB. No entanto, os dados de 2013 apontam para uma ficha de apenas

“Após 2008, quando a taxa de crescimento cai para menos de 2%, volta-se a viver no inferno”

13% do PIB. Não vamos entrar no debate de que esta queda seria em razão de mudanças metodológicas do sistema de avaliação, pois isso não importa. O fato é que nós caímos violentamente.

No passado, 62% da pauta era constituída de produtos manufaturados. Ano passado fechamos com menos de 38%, uma queda desproporcional. Afora o fechamento de empresas, a liquidação de elos de cadeias produtivas e essa baixíssima taxa de crescimento, desde 1985 para cá, do setor de automação, que é o setor que menos cresce.

O governo neoliberal adotou um modelo que funciona basicamente da seguinte forma: você barateia as importações de tal modo que o produtor interno não tem como competir no mercado com o produto importado e, portanto, é obrigado a fechar ou baixar seus preços e, com isso, sua taxa de lucro. Assim você contém a inflação.

Evidentemente, isso abre um buraco na balança de pagamento e que antes não havia. Seus saldos comerciais acabaram e viraram déficits, e seus déficits em transações correntes aumentaram violentamente, porque com a privatização você estrangeirou empresas que eram nacionais e que não mandavam dinheiro para fora, mas agora passaram a mandar. Pagamento de assistência técnica, royalties, enormes remessas de lucros, além de inúmeros serviços internacionais que você não comprava.

Então, o que se faz? Joga-se a taxa de juros lá no céu para atrair o capital estrangeiro. Este capital vem em dois tipos de aplicação, o investi-

mento direto ou o indireto. O investimento direto é o que deveria ir prioritariamente para os setores do seu interesse. Para que eu quero investimento estrangeiro em supermercado e shopping center? O capital nacional faz isso e tira de letra. Eu quero capital estrangeiro para setores pesados, mais complexos, que o capital nacional não tenha condições ainda de investir, mas para isso ele não vem, ou vem muito pouco. O grosso da tropa vem para brincar na bolsa e na dívida pública brasileira.

IHU On-Line – Você acredita que o aumento da Taxa Selic pautará as ações do governo em relação aos juros em 2014?

Wilson Cano – O aumento de juros é promovido, pois a taxa real de juros internacional é quase negativa. Então, se você oferece ao investidor internacional uma taxa de juros desse tamanho – estão prevendo uma Selic a 10,5 que vai a 10,75 –, é claro que ele vem. Ainda que o chamado risco Brasil possa ser alto, o investidor vem, evidentemente, porque é um ganho descomunal.

A relação diminuiu um pouco com a política de baixa de juros da Dilma, mas que acabou porque, é evidente, ela foi orientada principalmente pela mídia e pelo sistema financeiro a elevar de novo a taxa de juros. Ou seja, ela tinha dado uma afrouxada na camisa de força e apertou todos os botões novamente. Nós estamos sem rumo, para dizer o mínimo. É um país que não tem o direito de pensar a longo prazo.

Leia mais...

- *Falta de política macroeconômica acentua desindustrialização.* Entrevista especial com Wilson Cano, de 22-08-2012, disponível em <http://bit.ly/ihu220812>.
- *Política industrial: “As questões centrais continuam intocáveis”.* Entrevista especial com Wilson Cano, de 05-08-2011, disponível em <http://bit.ly/ihu050811>.

Estados se endividam para pagar União

“Há diversos questionamentos acerca da origem da dívida refinanciada, dívida essa que passou a crescer em escala exponencial devido à elevada remuneração nominal cobrada pelo governo federal”, pondera o economista João Sucupira

POR LUCIANO GALLAS

“**G**rande parte da dívida dos estados corresponde ao refinanciamento feito pelo governo federal com base na Lei nº 9.496/1997. Esse refinanciamento incluiu passivos de bancos estaduais que seriam privatizados. Além disso, há diversos questionamentos acerca da origem da dívida refinanciada, dívida essa que passou a crescer em escala exponencial devido à elevada remuneração nominal cobrada pelo governo federal. O problema dessa remuneração nominal excessiva é que diversos estados estão tomando empréstimos junto ao Banco Mundial e a bancos privados internacionais para pagar ao governo federal. Além do risco de transferência da crise financeira para o interior do país”, analisa o professor João Sucupira, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

De acordo com o docente, estados e municípios enfrentaram graves crises econômica e fiscal na década de 1980 e na primeira metade dos anos 1990, caracterizadas como um período de inflação alta, baixo crescimento econômico e arrecadação tributária insuficiente para fazer frente aos gastos públicos. Fatores aos quais se somaram casos de má gestão administrativa e de corrupção, gerando déficits que comprometiam o equilíbrio da

Federação. Foi este quadro geral que motivou a União e os estados a negociarem as dívidas regionais, “quase sempre em condições desfavoráveis para os estados” – como enfatiza Sucupira. “O crescimento da dívida interna, na verdade, não ocorreu devido ao excesso de gastos com funcionalismo, previdência social ou com outros gastos nas políticas públicas (educação, saúde, etc.), mas como resultado das renegociações das dívidas entre estados e o governo central”, declara o professor, antes de completar: “Mas temos de reconhecer que, naquele momento, o combate à inflação precisava ser audacioso. A sociedade pagou um preço alto e de certa forma injusto, porém seria ilusório apostar no ajuste fiscal de cada unidade da federação. Penso que as condições políticas eram tais que não havia outra saída”.

João Sucupira é economista com graduação pela Universidade de Brasília – UnB. Possui mestrado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro – FGV-RJ e pós-graduação em Economia pela Universidade de São Paulo – USP. Foi pesquisador, coordenador de pesquisa e diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual a origem da dívida dos estados? A partir de que momento eles contraíram suas dívidas? Por que se endividaram?

João Sucupira – A dívida pública é a soma de tudo que os órgãos do Estado devem, incluindo o governo federal, estados, municípios e empresas estatais. Mas como o setor públi-

co também é credor de outros órgãos públicos ou de entidades privadas, o conceito mais relevante é o de dívida líquida (total dos créditos realizáveis menos o total dos débitos). As três principais causas do endividamento são o financiamento de novos gastos públicos (novas obras, educação, saúde, etc.) em qualquer nível de gover-

no ou entidade pública, os gastos com juros sobre as dívidas contraídas e, no caso do governo central, a política monetária e cambial.

Especificamente em relação aos estados e municípios, durante a década de 1980 e a primeira metade dos anos 1990, as contas estaduais e municipais passaram por crises cons-

tantes. Foi um período de inflação alta e baixo crescimento econômico, com impacto negativo na arrecadação tributária. O financiamento agravou-se continuamente, à medida que as condições políticas e econômicas deram flexibilidade aos governadores para realizarem projetos à revelia da conjuntura de desaceleração econômica do período. Muitos desses projetos receberam denúncias de corrupção. O governo federal teve que intervir visando não permitir que os estados incorressem em novos déficits, que em geral são transferidos à União. A consequência natural foi o início de negociações entre o governo federal e os estados, quase sempre em condições desfavoráveis para os estados. Foi o caso da negociação da dívida de estados como São Paulo e Rio Grande do Sul, os quais foram forçados a renegociar em termos altamente desfavoráveis aos seus interesses.

Portanto, é preciso enfatizar que o crescimento da dívida interna, na verdade, não ocorreu devido ao excesso de gastos com funcionalismo, previdência social ou com outros gastos nas políticas públicas (educação, saúde, etc.), mas como resultado das renegociações das dívidas entre estados e o governo central.

IHU On-Line – Que relação pode ser traçada entre a dívida pública dos estados e a dívida pública da União?

João Sucupira – No Brasil, o crescimento da dívida interna se deu principalmente em função da necessidade de refinanciamento da dívida interna e da urgência para equilibrar as contas externas. A política brasileira de taxas de juros elevadas para atrair capitais externos de curto prazo com intuito de compensar o déficit nas transações correntes criou um círculo vicioso que fez a dívida pública interna líquida sair de 20,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1994 para quase 35% do PIB no final de 2013. O custo de acumulação de Reservas Internacionais no Banco Central e o total gasto com juros foram os grandes vilões. Essa política de juros altos também teve efeitos desastrosos sobre as finanças públicas estaduais e municipais. Como boa parte das dívidas desses governos estava contratada com taxas de juros flutuantes, houve uma explosão des-

“Estados como São Paulo e Rio Grande do Sul foram forçados a renegociar [com a União] em termos altamente desfavoráveis aos seus interesses”

sas dívidas. Portanto, ao contrário do que se diz, a dívida cresceu não por conta do gasto em pessoal nem devido à má gestão das finanças públicas, mas da necessidade de saneamento das contas dos estados e municípios, do fortalecimento dos bancos públicos federais e do reconhecimento de dívidas que já existiam.

IHU On-Line – Por que São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul são os estados brasileiros mais endividados? Quais eram inicialmente seus principais credores?

João Sucupira – São os estados com maior poder de influência nas decisões na esfera federal e que historicamente mais utilizaram seus bancos oficiais para financiar projetos que atenderam a vários interesses, inclusive de manutenção de poder. Por serem portadores de capital político, detentores de ampla base econômica e política, estes quatro estados obtiveram empréstimos não só no exterior, como também em instituições financeiras privadas e públicas nacionais, ao longo dos anos de alta inflação.

Entretanto, recentemente, com o expressivo aumento das receitas, especialmente do ICMS¹, os Estados

puderam reduzir a relação entre dívidas e receitas. Hoje, as dívidas dos estados renegociadas com a União são da ordem de R\$ 400 bilhões, enquanto as de municípios são de quase R\$ 70 bilhões, sendo a maior parte de São Paulo.

IHU On-Line – O que levou o governo brasileiro a assumir para si a dívida dos estados?

João Sucupira – Para viabilizar a estabilidade da nova moeda, o governo brasileiro foi levado a assumir as dívidas de 25 estados, incluindo o Distrito Federal. Na verdade, foi um programa de saneamento financeiro de vulto e incomparável na história brasileira. Muitas críticas foram feitas, principalmente, em função da ausência de contrapartida de tais “dívidas”, que foram geradas em processo não transparente e questionável sob todos os aspectos. Mas temos de reconhecer que, naquele momento, o combate à inflação precisava ser audacioso. A sociedade pagou um preço alto e de certa forma injusto, porém seria ilusório apostar no ajuste fiscal de cada unidade da federação. Penso que as condições políticas eram tais que não havia outra saída. Além disso, cada governador teve que se comprometer a seguir rigoroso programa de ajuste fiscal, com o objetivo de equilibrar receitas e despesas, evitando a geração de novos déficits fiscais. Isso foi muito importante, diria mesmo imprescindível, para a estabilidade do Real e da economia como um todo, ajudando a evitar que a inflação galopante voltasse ao Brasil.

Portanto, grande parte da dívida dos estados corresponde ao refinanciamento feito pelo governo federal com base na Lei nº 9.496/1997. Esse refinanciamento incluiu passivos de bancos estaduais que seriam privatizados. Além disso, há diversos questionamentos acerca da origem da dívida refinanciada, dívida essa que

estados e do Distrito Federal. É regulamentado pela Lei Complementar 87/1996 (chamada de *Lei Kandir*), alterada posteriormente pelas Leis Complementares 92/97, 99/99 e 102/2000. A partir dessa lei geral, cada Estado institui o tributo por alíquota, regulamentada e aprovada por meio de Decreto do Governador, chamado de *Regulamento do ICMS (RICMS)*. (Nota da IHU On-Line)

¹ **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS):** o ICMS, que é o imposto cobrado sobre operações de circulação de produtos e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, é de competência dos

passou a crescer em escala exponencial devido à elevada remuneração nominal cobrada pelo governo federal. O problema dessa remuneração nominal excessiva é que diversos estados estão tomando empréstimos junto ao Banco Mundial e a bancos privados internacionais para pagar ao governo federal. Além do risco de transferência da crise financeira para o interior do país.

IHU On-Line – Quais são as consequências sociais do pagamento dos juros desta dívida? Que disponibilidade resta para investimentos estaduais em educação, saúde, transportes, etc.?

João Sucupira – Obviamente que mais dinheiro para o pagamento dos juros implica menos dinheiro disponível para gastos sociais e investimento em infraestrutura. O mais grave é que o nosso endividamento não foi construído para aportar recursos para o Estado, ao contrário, tem sido um instrumento de subtração de recursos públicos, que terminam sendo carregados para o setor financeiro privado. A operacionalização do atual sistema conta com o apoio de políticos, grupos econômicos e também da grande mídia. É uma situação difícil de ser resolvida, mas terá que ser enfrentada.

IHU On-Line – A Lei de Responsabilidade Fiscal tem dispositivos para limitar o endividamento dos estados e da União?

João Sucupira – A Lei Complementar nº 101, conhecida por *Lei de Responsabilidade Fiscal* – LRF, aprovada em 2001, é um marco no processo de modernização da gestão pública. É uma lei que consolida um processo que tem por objetivo disciplinar o ímpeto dos administradores públicos. É um instrumento legal aplicado às três esferas de governo. Foi muito criticada

“A dívida cresceu por conta da necessidade de saneamento das contas dos estados e municípios, do fortalecimento dos bancos federais e do reconhecimento de dívidas já existentes”

porque foi percebida como uma forma de privilegiar o compromisso financeiro em detrimento da dívida social. Na visão dos críticos seria apenas uma forma de evitar novos déficits, o que é bom, mas insuficiente para a solução das questões sociais. Há nitidamente uma preocupação em estabelecer metas financeiras e punições para os gestores que não respeitam tais metas. A título de exemplo, passou a ser crime não obter o resultado primário necessário para a recondução da dívida aos limites estabelecidos.

Certamente, um dos principais avanços da LRF é a regulamentação de alguns pontos ainda não tratados pela lei complementar prevista desde a aprovação da Constituição Brasileira de 1988. Por exemplo, as despesas a serem realizadas devem estar sujeitas à arrecadação equivalente no exercí-

cio financeiro. As despesas com pessoal foram limitadas por ente da federação, limitando-se a 50% da receita corrente para a União e a 60% para os estados e municípios. A Lei de Responsabilidade Fiscal tem efeitos diretos sobre o endividamento público, já que determina que o Senado Federal estabeleça, por resolução, limites de endividamentos e restrições para as operações de crédito.

Sem dúvida, a lei traz inovações para a gestão das finanças públicas, mas está longe de ser um instrumento que favoreça a transparência e a indução da participação no destino dos recursos.

IHU On-Line – Qual sua avaliação sobre o pacto federativo?

João Sucupira – A federação brasileira nas últimas décadas experimentou momentos em que houve uma concentração de competências na União e, em outros, uma desconcentração para os demais entes federativos. O problema é que essa alternância não foi acompanhada por alterações na distribuição das fontes de recursos que bancassem o aumento de despesas decorrentes. Como resultado, o endividamento público foi utilizado para a obtenção de receitas. Essa distorção, compensada pelas operações de crédito, acaba tendo um efeito direto nas finanças públicas. A descentralização de competências, em geral, é defendida como uma forma de se atender de modo mais efetivo as demandas públicas em função da proximidade de seus representados, conhecendo melhor suas necessidades. Mas se o grosso dos recursos arrecadados, como é o nosso caso, está nas mãos do governo federal, a descentralização de competências torna-se inócua.

LEIA OS CADERNOS IHU
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR

“Brasil precisa romper com a dependência externa de um modelo agroexportador”

Para o economista Guilherme Delgado, o planejamento governamental está perdido na Casa Civil, misturando projetos de infraestrutura e ações políticas com falta de coordenação econômica de médio prazo

POR PATRÍCIA FACHIN

COLABORAÇÃO: ANDRIOLLI COSTA E LUCIANO GALLAS

O ano de 2014 representa um desafio crítico à equipe econômica do governo federal, porque “o tripé macroeconômico responsável pela responsabilidade fiscal, pela questão da inflação, do equilíbrio externo, está de certa forma desalinhado”, avalia Guilherme Delgado, em entrevista à **IHU On-Line** por telefone, publicada nas Notícias do Dia de 18-02-2014, disponível em <http://bit.ly/1jABC0g>. Na avaliação dele, a dívida pública impactada pelo processo de retomada da taxa básica Selic, a condição externa ruim da conta corrente e o baixo crescimento conferiram a 2013 “um ano de semiestagnação”.

Ele explica que, nos dois primeiros anos, o governo Dilma rompeu com o tripé macroeconômico, apostando em um crescimento apoiado em políticas keynesianas de ativação do crédito e do gasto público. Mas no terceiro ano retomou a fórmula e demarcou “um retorno ao conservadorismo econômico, talvez nem tanto por concepção, mas por uma certa imposição das circunstâncias e uma leitura que o governo fez no sentido de se adaptar a essa engenharia financeira”.

Para Delgado, os déficits da economia brasileira e o baixo crescimento estão relacionados a “uma aposta imediatista” do governo de conferir ao setor agroindustrial um “papel diretor na política econômica” e de abandonar os investimentos em setores industriais de intensidade tecnológica. “Essa é uma arma séria contra o próprio futuro da indústria, e com isso o Brasil acumula déficits enormes, como no ano passado: mais de 100 bilhões de dólares nas transações comerciais da indústria”, adverte.

O economista destaca ainda que a política de incentivo ao consumo por meio do crédito, iniciada no governo Lula, também se esgotou. Ele explica: “Com a indústria com um grau de

dependência que apresenta hoje por conta das exportações, qualquer incentivo que se der ao consumo – que antes se materializava sob a forma de incentivo ao consumo, salário em elevação, demanda por bem de consumo e salário atendidas pelo setor doméstico – pode piorar, porque a demanda por bens-salário é atendida por exportações crescentes.

A elevação de uma massa de salários internos, seja por aumento de emprego ou da taxa de salário, tem como correspondente, em vez da demanda para a indústria, a demanda para a importação de produtos chineses. Então, vazam para o exterior os incentivos distributivos bons da política social não porque ela seja má, mas porque a política econômica externa de dependência crescente das exportações industriais torna o toque distributivo da política social oneroso ao déficit do comércio e das transações correntes”. E acrescenta: “Então, uma coisa tem de ser corrigida junto com a outra. Precisa se manter a política social e o efeito distributivo, porque o Brasil não é nenhum nirvana de igualdade social. Mas precisa corrigir essa lógica que permite ter, no fim do ano, o déficit comercial de 100 bilhões de dólares. Não há país que funcione assim por longo prazo. A dívida é um sintoma do padrão de subdesenvolvimento do arranjo do neodesenvolvimentismo do governo Dilma, que copiou coisas do governo Lula, mas numa conjuntura piorada”.

Guilherme Delgado é doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Trabalhou durante 31 anos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Atua como consultor da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que mudanças o governo Dilma¹ introduziu na economia brasileira? Percebe alguma mudança de direção na política econômica e em relação à dívida pública entre uma primeira e segunda fase do seu governo?

Guilherme Delgado – Do ponto de vista da política monetária, a principal mudança foi a volta ao sistema de elevação de juros internos com as sucessivas altas de 0,5% na taxa Selic. Essa mudança levou a economia ao estágio anterior. O governo Dilma, em 2011, 2012, havia iniciado um processo sistemático de redução da taxa de juros para colocá-la em um patamar internacional mais competitivo. Contudo, no segundo semestre de 2013 voltou atrás por várias razões – muito disso tem a ver com a pressão do setor financeiro. Dilma voltou ao sistema convencional de usar a política monetária do Banco Central como principal via de contenção das tendências inflacionárias que não são tão fortes, mas que também estão presentes. Essa é a principal mudança de 2013.

Em relação à dívida isso tem um impacto negativo, porque praticamente toda dívida pública interna é ancorada na taxa mínima da Selic. Quando se reajusta a taxa básica, você impacta a dívida pública pelo incremento de juros que incidem sobre ela. Então esse é um fator diretamente associável a essa política. Agora, não foi só isso que o governo Dilma fez no ano passado no sentido de se alinhar em uma perspectiva mais “constrangida” da economia. A economia andou mal em relação ao crescimento, o qual foi na faixa de 2%. Se considerarmos um crescimento populacional de 1,8, é praticamente um crescimento per capita próximo de zero, e isso não é muito bom.

Outro aspecto que não é propriamente de política de governo, mas que é fundo de resultados econômicos, é o resultado externo, ou seja, o elevado nível do déficit em conta corrente na faixa dos 80 bilhões de dólares no exercício fiscal de 2013. Esse também

é um resultado muito ruim do ponto de vista das relações mais ou menos equilibradas do setor externo. Esses três componentes: a dívida pública impactada pelo processo de retomada da taxa básica Selic, a condição externa ruim da conta corrente e o baixo crescimento conferiram ao ano de 2013 um ano de semiestagnação.

IHU On-Line – Há uma discussão entre os economistas de que Dilma teria abandonado o tripé econômico formado por câmbio flutuante, meta de inflação e responsabilidade fiscal. Como o senhor se posiciona? O governo abandonou essa fórmula? Ela ainda é necessária para a economia?

Guilherme Delgado – Nos primórdios do governo Dilma – primeiros dois anos –, ainda se trabalhava com a hipótese de que era crucial enfrentar os dilemas da crise de estagnação mundial com uma política ativa de ação do Estado no sentido de criar uma demanda econômica que tornasse a economia mais propícia ao crescimento. Essa é um pouco a ideia do Ministro Mantega e dos seus assessores.

Tripé econômico x política keynesiana

Essa tese do crescimento apoiada na demanda com políticas keynesianas de ativação do crédito, de ativação do gasto público, são, de certa forma, distintas desse tripé de câmbio flutuante, meta de inflação e responsabilidade fiscal, porque quando se tem de fazer a política de demanda efetiva, é preciso injetar recursos na economia, portanto, rompe-se um pouco com esse tripé. Mas essa ruptura ocorreu nos dois primeiros anos. No terceiro ano, em 2013, o governo retornou a esse enredo de estabilização *stricto sensu* que está contido no tripé. Na verdade, o ano de 2013 demarca um retorno ao conservadorismo econômico, talvez nem tanto por concepção, mas por uma certa imposição das circunstâncias e uma leitura que o governo fez no sentido de se adaptar a essa engenharia financeira.

Estamos em 2014 e essa engenharia é de certa forma o preâmbulo da política macroeconômica, mas tudo indica que ela irá sofrer alguns reveses: primeiro, como este é um

ano eleitoral, normalmente haverá um gasto público maior por razões eleitorais dos três níveis de governo; segundo, por ser um ano esportivo, tem uma série de ações de investimentos públicos que estão sendo apressadamente concluídos porque não foram bem planejados e isso também gera resultados econômicos. Agora, nem o ano eleitoral, nem o ano esportivo são um componente equilibrado ou sustentado no sentido de relançar o crescimento econômico, porque para relaná-lo é preciso investir nos setores que aumentam a produtividade do conjunto do sistema econômico. A produtividade do sistema econômico, neste momento, depende muito mais de investimentos na indústria manufatureira, que está muito estagnada, e nas infraestruturas dos serviços públicos, que também estão sendo paralisadas. Não se pode investir mais em obras da Copa e em uma série de infraestruturas urbanas necessárias, mas muito mais voltadas a eventos dessa natureza, do que no conjunto das obras de infraestrutura mais ligadas a se repartir em serviço para o conjunto do sistema social e econômico.

Vejo o ano de 2014 como um desafio crítico, em que as obras da Copa tomam o lugar de obras que são necessárias. O Estado tem o papel de protagonista, mas não está conseguindo exercê-lo, porque o tripé macroeconômico responsável pela responsabilidade fiscal, pela questão da inflação, do equilíbrio externo, está de certa forma desalinhado.

IHU On-Line – Por que esses investimentos na indústria não são feitos do modo esperado? O Estado fica refém de alguém?

Guilherme Delgado – Há setores industriais cujos investimentos – até dois, três anos atrás – têm se dado em ritmo forte, por exemplo, como no caso da indústria frigorífica, que chamamos de indústria, mas é um processo leve de transformação de carnes em commodities. O mesmo tipo de investimento ocorre com a indústria do setor sucroalcooleiro, que é uma indústria que transforma cana-de-açúcar em açúcar e álcool e que está em forte crise. A indústria ligada a papéis de celulose também tem

¹ **Dilma Rousseff**: economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Atualmente ocupa a Presidência da República desde 2010. (Nota da IHU On-Line)

uma forte competitividade externa que cresce, as indústrias ligadas ao complexo de rações e concentrados agrícolas também crescem, mas essas são indústrias leves, que dependem fortemente do preço de commodities que estão ou poderiam estar “bom-bando” no mercado mundial.

Nó da questão

O problema todo é que quando esse conjunto de setores agroindustriais assume um papel diretor na política econômica – porque eles são o vetor principal em cima do qual o Brasil perseguiu e ainda persegue o equilíbrio externo –, de certa forma se abandonam os investimentos em setores de maior intensidade tecnológica, de trabalho qualificado e inovação, porque esses setores concorrem com outros que têm, no mundo exterior, uma competitividade instalada mais forte.

O que temos hoje é um problema de perda enorme de competitividade da indústria brasileira no setor internacional por conta dessa defasagem entre as vantagens competitivas construídas em comparação com as vantagens comparativas naturais, que vêm da exploração ultraintensiva de recursos naturais. O governo fez uma aposta imediatista por conta da vantagem comparativa natural porque ela já está posta, não precisa muito conhecimento e sempre se exportam commodities. Mas essa é uma arma séria contra o próprio futuro da indústria, e com isso o Brasil acumula déficits enormes, como no ano passado: mais de 100 bilhões de dólares nas transações comerciais da indústria. Ora, se há déficits na indústria e nos serviços, e se toda a responsabilidade passa para setores primários de mineração e petróleo para resolver o desequilíbrio externo, essa é uma armadilha que coloca a dependência brasileira numa situação muito grave. Esse é o nó da questão: sair de um modelo de especialização no comércio exterior com vistas aos setores primários exportadores, abandonando a indústria e ficando cativo e dependente desse complexo de interesses que não é só econômico, mas social, político, que lançam um padrão conservador para o processo econômico.

IHU On-Line – O senhor está entre aqueles economistas que defendem uma mudança na política cambial? Por quê? Que outra posição o Brasil poderia assumir em relação ao câmbio?

Guilherme Delgado – Quando se tem uma situação de vulnerabilidade externa muito forte, como é o caso do Brasil, que está acumulando há seis anos – desde 2008 – déficits sucessivos e crescentes na conta corrente, é preciso resolver estruturalmente esse desequilíbrio e se tornar mais competitivo no comércio externo. E, portanto, reduzir a dependência no pagamento de serviços porque, do contrário, o país se torna a bola da vez do ataque especulativo. Esse é o grave momento que o Brasil está enfrentando. Evidentemente, no presente, quando se tem altas reservas formadas por várias circunstâncias do período anterior, o ataque especulativo não é imediato nem um problema de curto prazo. Mas esse receio existe e o Brasil está vulnerável na situação externa, porque se meteu num processo de ajuste externo dependente fundamentalmente do setor primário. E uma economia desse tamanho, com esse grau de complexidade, de industrialização e urbanização alcançado, não pode ter esse arranjo externo que o Brasil articulou nos anos 2000.

Política cambial

Agora, respondendo diretamente à sua pergunta: a política cambial brasileira tem de ser num sentido de gerar formas de sair dessa dependência. Não se trata só da questão da taxa de câmbio, porque ela não é determinada só pelo Brasil. Ela depende fortemente da política cambial e monetária norte-americana. Mas o Brasil não pode se acomodar como fez no passado recente, ou seja, virar um mero exportador de produtos primários e um importador voraz de tudo quanto é manufatura mundial. Esse padrão de crescimento ou de relações externas é contraditório com a ideia de autonomia nas relações internacionais. Portanto, a política cambial tem de se ajustar a um perfil mais autônomo de relações externas e, portanto, o câmbio tem de ficar um pouco mais caro do que foi no passado. Não se pode, numa relação de dois reais por dólar,

viabilizar um conjunto de setores que está atrasado há muito tempo, porque essa relação cambial é predatória de vários setores econômicos. Contudo não se trata somente de efetuar mudanças na política cambial, mas investir em política industrial, reduzir a dependência do setor de serviços, que é o grande vilão dessa dependência externa, melhorar a competitividade não apenas de commodities – claro que se deve exportar commodities, mas não se especializar nesse tipo de exportação.

IHU On-Line – A política de crédito e incentivo ao consumo interno se esgotou ou a inclusão de milhares de pessoas no mercado de consumo seguirá contribuindo para ampliar a inclusão social e fortalecer a economia?

Guilherme Delgado – Ela se esgotou por tudo isso que acabei de dizer. Com a indústria com um grau de dependência que apresenta hoje por conta das exportações, qualquer incentivo que se der ao consumo – que antes se materializava sob a forma de incentivo ao consumo, salário em elevação, demanda por bem de consumo e salário, atendidas pelo setor doméstico – pode piorar a situação, porque a demanda por bens-salário é atendida por exportações crescentes. A elevação de uma massa de salários internos, seja por aumento de emprego ou da taxa de salário, tem como correspondente, em vez da demanda para a indústria, a demanda para a importação de produtos chineses. Então, vazam para o exterior os incentivos distributivos bons da política social não porque ela seja má, mas porque a política econômica externa de dependência crescente das exportações industriais torna o toque distributivo da política social oneroso ao déficit do comércio e das transações correntes.

Então, uma coisa tem de ser corrigida junto com a outra. É preciso manter a política social e o efeito distributivo, porque o Brasil não é nenhum nirvana de igualdade social. Mas precisa corrigir essa lógica que permite ter, no fim do ano, o déficit comercial de 100 bilhões de dólares. Não há país que funcione assim por longo prazo. A dívida é um sintoma do

padrão de subdesenvolvimento do arranjo do neodesenvolvimentismo do governo Dilma, que copiou coisas do governo Lula, mas numa conjuntura piorada.

IHU On-Line – O governo não ficou atento ao momento de acabar com a política de crédito? Ele se atrasou?

Guilherme Delgado – Provavelmente, sim. O problema é que não se pode fazer política econômica sem planejamento. A política conjuntural de manejar taxa de câmbio e meta de inflação é política de conjuntura. Quando a ideia de planejamento estratégico não está na agenda porque foi abandonada ou mitigada, em geral se corre atrás dos fatos da conjuntura. Mas uma das lições é que o governo federal precisa pensar em planejamento estratégico que vá além dessa coisa midiática do PAC e antecipar as tendências do investimento público, da ação pública em setores públicos intercomunicativos relacionados a gastos de saúde, educação. Tem de haver um planejamento para ver como, no longo prazo, isso vai impactar o investimento público, a infraestrutura, o consumo industrial, e, ao que parece, não há esse arranjo no governo. Existem políticas de conjuntura do Ministério da Fazenda. Mas o planejamento governamental está perdido na Casa Civil, que é imprópria para fazer planejamento e mistura projetos de infraestrutura, muitas ações políticas, e falta coordenação econômica de médio prazo.

Eu venho do Ipea, de uma época em que os militares criaram o Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. Apesar de todas as desgraças do período, o PND era um programa de médio prazo de planejamento da ação do setor público. Abandonou-se isso, mas não se colocou nada no lugar. Não estou dizendo que os militares fizeram bem para o Brasil, mas é preciso considerar que algumas coisas que foram feitas à época, e hoje não se fazem mais, fazem falta.

IHU On-Line – No final da semana passada o governo divulgou que o crédito oferecido pelo Banco do Brasil deve ceder espaço para bancos privados neste ano. O que isso sina-

“A produtividade do sistema econômico nesse momento depende muito mais de investimentos na indústria manufatureira, que está muito estagnada, e nas infraestruturas dos serviços públicos, que também estão sendo paralisadas”

liza? Essa medida tem a ver com o esgotamento da política de crédito?

Guilherme Delgado – O que aconteceu nos últimos dois anos foi um avanço dos bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica, mas isso ainda é fruto de uma estratégia dos dois primeiros anos do governo Dilma, a qual estava muito apoiada no crédito ao consumo exercitado pelos bancos públicos e, ao mesmo tempo, uma redução das taxas praticadas pelos bancos. Como os bancos públicos poderiam baixar suas taxas de juros por decisões administrativas e os bancos privados poderiam correr atrás ou não, aconteceu que os bancos públicos aumentaram o ranking de oferta de crédito sob participação. O Banco do Brasil e a Caixa dão lucros altos e a taxa de inadimplência deles é tolerável.

O que se vê agora é uma mudança no segundo momento do governo, com uma posição mais conservadora em relação ao crédito. Digo mais conservadora porque a ideia do crédito

é estimular a demanda e o consumo na perspectiva de que, com isso, se criem elementos de demanda efetiva compensatórios a eventuais perdas externas. O problema é que nem essa linha é convergente com a ideia de uma certa autonomia externa, porque se criam estímulos ao crédito, ao consumo, à demanda interna, mas não se resolve o problema da dependência por importações industriais e se eleva o tamanho do desequilíbrio na conta corrente. O que está acontecendo no momento é um processo de ajustamento e de oferta mais conservadora de crédito na perspectiva dos riscos comeditados do setor bancário.

Não creio que o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica vão sair dos setores em que têm tradição. O Banco do Brasil é o grande provedor de crédito rural. A Caixa Econômica é a grande provedora de crédito habitacional. Mas isso terá certo controle e limitação em função dessas outras leituras dos desequilíbrios macroeconômicos que o atual padrão de crescimento contém.

IHU On-Line – Como o senhor interpreta a declaração da presidente Dilma em Davos, de que o capital privado é bem-vindo no país? O Brasil está oferecendo vantagens ao ingresso do capital estrangeiro na economia brasileira? O que diferencia o acordo com o capital externo no governo Dilma em relação ao governo Lula?

Guilherme Delgado – Não tem muita diferença entre os dois governos nesse caso. No governo Lula, o capital externo afluía para a economia brasileira sem precisar de grandes declarações de boa intenção. Teve-se um movimento forte de capital estrangeiro, que tornou possível formar reservas enormes e, ao mesmo tempo, financiar o déficit na conta corrente sem problemas. A questão agora é com as diversas mudanças na economia internacional desde 2008, e as crises financeiras na Europa e nos EUA. Há, a partir dessas mudanças, uma seletividade de movimento do capital na balança de pagamento. Então, como o governo tem programas ambiciosos de infraestrutura, de energia petroleira, de concessão de serviços de transporte

viários e precisa de capital estrangeiro, é essa sinalização que o governo Dilma está dando a esse capital. Agora, o capital não vem gratuitamente; vem em função das benesses que se concedem. Cabe ao governo regulá-lo, instituir regras de permanência e condições que tornem a sua permanência maior. Além disso, precisa de capital externo para tapar o buraco criado pela política de especialização no comércio exterior. Mas o capital exterior não tem compromisso em resolver os problemas do país.

Parceria com capital estrangeiro

O programa de investimento do governo nas áreas petroleira, elétrica, rodoviária, do agronegócio, contém um conjunto de parcerias explícitas com o capital estrangeiro. O problema é saber se o capital estrangeiro que vem para esses setores tem capacidade de gerar um acréscimo de exportações capaz de reduzir a dependência externa do país, ou ele será mais um elo da cadeia da dependência brasileira. Porque, se esse capital não acrescentar exportações líquidas de mercadorias e serviços, ele crescerá demandas por remessas de lucros ou de juros. Portanto, o país tem de sair dessa dependência, ou seja, a forma de tratar esse capital estrangeiro pode ser uma equação ou um enforcement maior do sistema econômico na dependência.

IHU On-Line – Como é possível sair da dependência externa?

Guilherme Delgado – Sair da dependência externa atraindo capital estrangeiro parece uma contradição. Mas depende. A China atrai capital estrangeiro e não tem a dependência externa da economia brasileira, porque os setores do capital que para lá se deslocam estão vinculados explicitamente a exportações e têm um componente importante de gerar saldos para a economia chinesa. O capital externo que vem para o Brasil não tem esse tipo de vinculação. Praticamente, a economia brasileira debitou toda a responsabilidade para resolver o problema externo no setor primário. Os outros setores não têm compromisso de exportar. Esse é um problema a ser enfrentado.

IHU On-Line – Os índices atuais de desemprego, de 4,3% da população, são os menores já alcançados pelo Brasil. Como se explica o menor nível de desemprego da história do país diante de um crescimento do PIB de apenas 2% no último ano?

Guilherme Delgado – Essa relação tem mais a ver com a situação demográfica do país. Para responder a essa questão é preciso explicar a situação do desemprego. Esse índice de 4,3% é o desemprego aberto, ou seja, das pessoas que nos últimos 30 ou 60 dias procuraram emprego. Mas existem muitos que não estão procurando emprego porque têm outra forma de sobreviver e não precisam trabalhar, e outros que não estão procurando emprego porque estão desalentados. Então, a desocupação é maior do que esses 4,3% indicados pelo IBGE.

Porém, mesmo considerando que esse índice represente uma situação concreta, temos de considerar o fato de que a quantidade de jovens que entram anualmente no mercado de trabalho tem diminuído, porque é uma situação que reflete a transição demográfica dos últimos 20 anos, ou seja, se tem uma base jovem da população muito menor. Então, se antes todo ano entravam dois milhões de jovens no mercado de trabalho, esse índice está reduzindo a cada ano. Com essa entrada menor de jovens no mercado de trabalho e com a economia contratando menos pessoas, mas ao mesmo tempo não afetando a capacidade de incorporação da força de trabalho mais jovem, o desemprego fica menor. Boa parte das pessoas que acessam benefícios sociais consegue manter uma parte dos jovens esperando um pouco mais de tempo para ingressar no mercado de trabalho e isso configura uma situação diferente daquela que tivemos no passado, como à época do governo FHC, em que a taxa de desemprego era de 12%. Ou seja, tinha uma massa muito maior de pessoas entrando no mercado de trabalho e havia um processo de ingresso no mercado informal muito menor. Portanto, é mais a demografia do que a economia que explica desemprego baixo.

IHU On-Line – O crescimento de 2% do PIB no último ano pode ser in-

terpretado como um resultado “positivo” frente às altas taxas de juros da dívida que são pagas pelo país?

Guilherme Delgado – Esse crescimento baixo está refletindo algumas coisas que precisamos incorporar: primeiro teve certo recuo nas exportações externas; a exportação é um item muito importante na chamada “demanda efetiva”. Então, houve primeiro uma forte redução das exportações industriais e certo declínio nas várias cadeias de commodities. Em segundo lugar, o investimento privado foi baixo basicamente porque a indústria perdeu competitividade externa, e isso tem um efeito estagnacionista do ponto de vista do crescimento industrial. Em terceiro lugar, os investimentos de infraestrutura, que são fortemente de responsabilidade do setor público e dos concessionários privados, também foram estrangulados, porque eles dependem de dois vetores fundamentais: do BNDES e do sistema Petrobras. O BNDES está estrangulado, porque depende dos repasses do Tesouro para aumentar o giro de recursos que ele empresta para os empresários. E o sistema Petrobras depende da sua capacidade de geração de poupança interna e das parcerias externas. Ambos estão estrangulados porque o “congelamento” dos preços internos de combustível gera um prejuízo de caixa forte para a Petrobras. Esses vários fatores de estrangulamento interno, externo e de política macroeconômica conspiram para um baixo crescimento.

IHU On-Line – Não há uma relação direta do baixo crescimento com a dívida?

Guilherme Delgado – Não diretamente. Mas indiretamente há uma relação pelo seguinte: quando o BNDES financia os setores que importam frangos, o setor sucroalcooleiro, a agroindústria florestal, ele financia com base em repasses do Tesouro, que está emprestando ao BNDES e, ao emprestar, aumenta a dívida bruta (não a dívida líquida), porque está emitindo títulos do Tesouro. Portanto, o giro de fundos do BNDES para emprestar depende de transferência do Tesouro. Assim, na verdade essas transferências do Tesouro aumentam a dívida pública bruta. Quando se

reduz a transferência do repasse do Tesouro para o BNDES, se reduz também a capacidade do BNDES de financiar investimento de longa duração. A questão é a seguinte: ou é o Estado ou é basicamente o setor financeiro externo que financia esses grandes projetos. O capital doméstico é muito medíocre no sentido de alavancar o crescimento; ele está muito mais ligado a atividades mais leves e mais curtas. Portanto, há um limite de endividamento público, e esse limite não está constringendo o crescimento econômico, porque na realidade nós não estamos em um patamar muito alto de endividamento líquido do setor público, mas os mercados cobram cada vez mais caro para emprestar recursos para o Tesouro, que os repassa ao BNDES. Isso custa os juros que são pagos. Então, a elevação dos juros tem um efeito constringedor, pois se paga mais caro para emitir título de dívida pública e financiar o BNDES.

IHU On-Line – Ao aumentar a taxa Selic para controlar a inflação, o governo federal aumenta os juros de sua própria dívida. Esta é a opção mais correta para controlar os custos do país?

Guilherme Delgado – A questão é que não tem escapatória. Ou se faz o crescimento financiado pelo BNDES, pela Petrobras ou pelo sistema público, ou se espera o capital privado, mas ele não sinaliza crescimento. Para fazer esse processo de crescimento, o país se endivida. O nó da questão é se ele se endivida pagando juros “x” ou “dois x”. O setor privado, quando requer taxa Selic de 10, 12, 14%, está freando o processo de crescimento, porque o Tesouro público não consegue realizar esse giro de fundo para financiar o desenvolvimento. Aí é preciso frear o crescimento para torná-lo mais aceitável às exigências financeiras do setor financeiro privado interno.

Basicamente esse endividamento bruto é do governo federal. É ele que empresta ao BNDES para o banco financiar os projetos de desenvolvimento. Como a massa de projetos é muito maior que o fundo de recursos, evidentemente, tem de colocar coisas na prateleira, na espera. Então, nesse último ano o BNDES gastou “rios de

“Para fazer esse processo de crescimento o país se endivida. O nó da questão é se ele se endivida pagando juros ‘x’ ou ‘dois x’”

dinheiro” financiando obras de infraestrutura da Copa, e quando se financiam essas obras e os recursos são “x”, você está tirando recursos de outra função mais importante. Então, ou o BNDES tem esse poder de alavancar, ou é o capital estrangeiro ou o capital privado interno. Dentro desse tripé, a parte mais fraca é o capital privado interno, que era um pouco o tripé que na época do governo Ernesto Geisel se construiu o PND. Essa equação é que precisa ser resolvida para se relançar novas bases no crescimento da economia.

IHU On-Line – Como vê a declaração da presidente de que o Brasil está determinado a se transformar em um “sócio de primeira ordem no campo econômico” de Cuba e a relação das empreiteiras brasileiras no projeto do porto?

Guilherme Delgado – A parceria com Cuba é muito mais um projeto estratégico de política externa, mas é claro que também mexe com ações das multinacionais brasileiras. A Odebrecht é a multinacional brasileira que construiu o Porto recém-inaugurado. Então, o dinheiro do BNDES e a obra da Odebrecht têm um papel estratégico na viabilização de Cuba como um país que sai do bloqueio econômico. A parceria Cuba e Brasil nesse campo não é um projeto econômico no sentido de ganhar dinheiro e viabilizar grandes interesses privados; é mais no sentido de visibilizar uma saída do bloqueio econômico que Cuba experimenta há quase 50 anos. Na minha interpretação é uma medida sábia,

uma medida que antecipa aquilo que mais dia menos dia os Estados Unidos vão ter de fazer, que é iniciar relações normais com Cuba, como de certa forma já começaram a fazer com o Irã, depois de tantos anúncios de guerras.

Leia mais...

- *“Crescimento mais elevado não é viável sem uma inflação mais alta”*. Entrevista especial com Guilherme Delgado, de 02-04-2013, disponível em <http://bit.ly/1ouKg6J>
- *Guerra cambial: uma disputa entre gigantes*. Entrevista com Guilherme Delgado publicada na edição 348 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon348>.
- *Política econômica: Brasil: “Colhendo os frutos da baixa estação”*. Entrevista especial com Guilherme Delgado, de 06-07-2012, disponível em <http://bit.ly/1mNba8h>.
- *Economia norte-americana e o dilema da dívida pública*. Entrevista especial com Guilherme Delgado, de 01-08-2011, disponível em <http://bit.ly/1eeucfB>.
- *Câmara Setorial em debate*. Entrevista especial com Amir Khair e Guilherme Delgado, de 27-05-2011, disponível em <http://bit.ly/PnJp8n>.
- *A volta do Projeto Ômega*. Entrevista especial com Guilherme Delgado, de 07-07-2010, disponível em <http://bit.ly/PnJysg>.
- *A notícia é essa: temos uma nova classe rica*. Entrevista com Guilherme Delgado na edição 270 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon270>.
- *“Há dólar demais no sistema econômico brasileiro”*. Entrevista especial com Guilherme Delgado, de 15-07-2007, disponível em <http://bit.ly/1jFL9oy>.
- *As verdades e mentiras sobre a distribuição de renda no Brasil*. Entrevista especial com Guilherme Delgado, de 14-06-2006, disponível em <http://bit.ly/1hFez5z>.
- *Crise financeira internacional: o melhor é esperar*. Entrevista com Guilherme Delgado, publicada na edição 233 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ihuon233>

Baú da IHU On-Line

Confira outras edições da **IHU On-Line** cujo tema de capa aborda autores e temas ligados à economia.



- **A economia internacional e o Brasil. A crise financeira e seus (possíveis) impactos.** Edição 372, de 05-09-2011, disponível em <http://bit.ly/1h7LG2b>;
- **A política econômica do governo Dilma. Continuidade ou mudança?** Edição 356, de 04-04-2011, disponível em <http://bit.ly/OrwMrC>;
- **Economia de baixo carbono. Desafios e oportunidades.** Edição 351, de 22-11-2010, disponível em <http://bit.ly/1g0BW5x>;
- **Economia brasileira. Desafios e perspectivas.** Edição 338, de 09-08-2010, disponível em <http://bit.ly/1mUcztP>;
- **Renda Básica de Cidadania, universal e incondicional. Um direito.** Edição 333, de 14-06-2010, disponível em <http://bit.ly/1hxb2Sq>;
- **A crise da zona do euro e o retorno do Estado regulador em debate.** Edição 330, de 24-05-2010, disponível em <http://bit.ly/1IFFsqA>;
- **A reestruturação do capitalismo brasileiro.** Edição 322, de 22-03-2010, disponível em <http://bit.ly/1e51hjs>;
- **Euclides da Cunha e Celso Furtado. Demiurgos do Brasil.** Edição 317, de 30-11-2009, disponível em <http://bit.ly/1e51qmV>;
- **O capitalismo cognitivo e a financeirização da economia. Crise e horizontes.** Edição 301, de 20-07-2009, disponível em <http://bit.ly/1eINBv6>;
- **Ecoeconomia. Uma resposta à crise ambiental?** Edição 295, de 01-06-2009, disponível em <http://bit.ly/1jnILSG>;
- **A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx.** Edição 278, de 21-10-2008, disponível em <http://bit.ly/1ss1otA>;
- **Uma nova classe média brasileira?** Edição 270, de 25-08-2008, disponível em <http://bit.ly/1fWIVko>;

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Tema
de
Capa

**Destques
da Semana**

IHU em
Revista

A luta feminina por espaço na memória

Historiadora Cristina Wolff analisa a militância das mulheres na resistência ao Golpe de 1964 e o longo e árduo caminho por percorrer para tornar socialmente visíveis sua participação e protagonismo

POR RAMÊNIA VIEIRA DA CUNHA E LUCIANO GALLAS

“Durante muito tempo, no Brasil como nos outros países do Cone Sul, como me disse uma entrevistada uruguaia, ‘ao sair da prisão, os homens foram dar entrevista coletiva à imprensa, e as mulheres foram correndo para suas casas e suas famílias’. A memória coletiva destacou heróis da resistência que quase sempre foram homens. Os ex-militantes que sobreviveram tiveram vidas filmadas, escreveram autobiografias, seus nomes são lembrados nos livros, documentários, nas imagens que passam nas retrospectivas dos noticiários nestes dias de rememoração do golpe”, frisa a historiadora Cristina Wolff. “Aos poucos, geralmente por iniciativa de mulheres, começam a aparecer algumas figuras femininas de militantes, seus depoimentos são ouvidos nas comissões da verdade, aparece um ou outro filme, como agora esse sobre Lara Lavelberg. Mas é preciso continuar – como coloca a incansável militante Amelina Teles, junto com Rosalinda Santa Cruz Leite, em seu livro recém-lançado *Da guerrilha à imprensa feminista, a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)* (São Paulo: Intermeios, 2013) –, pois a participação das mulheres foi quase sempre invisibilizada”, destaca ela, nesta entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Durante a 2ª Guerra Mundial, as mulheres ocuparam novos espaços na vida social, desempenhando funções que antes eram restritas ao universo masculino. Ao término do conflito, não era mais possível imaginar que elas simplesmente voltariam para suas residências e re-

assumiriam as antigas funções de dona de casa. Elas já tinham experimentado a condição de protagonistas das suas próprias histórias. E, nas décadas seguintes, manteriam este movimento de conquista de novos lugares, incluindo-se o mundo político. Foi o que ocorreu no Brasil nos anos 1960 e 1970 e continua ocorrendo, ainda que esta luta seja silenciada para a maior parte da sociedade. “Certamente o fato de elas participarem desses movimentos [de resistência à ditadura militar], seja os da esquerda armada e/ou clandestina, seja os movimentos de denúncia e de direitos humanos, fez com que as mulheres pudessem se ver como protagonistas na cena política e de forma coletiva, e isso, junto com o que estava acontecendo no resto do mundo, fez com que elas comessem a questionar seus papéis tradicionais e seu lugar na política brasileira”, enfatiza a historiadora.

Cristina Scheibe Wolff possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Realizou pós-doutorado na *Université Rennes 2*, na França, e no *Latin American Studies Center da University of Maryland*, nos Estados Unidos. Atualmente é professora associada do Departamento de História da UFSC, participa do Instituto de Estudos de Gênero dessa mesma instituição e é uma das coordenadoras editoriais da *Revista Estudos Feministas*.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – À época do Golpe de 1964, que papel a mulher deveria desempenhar para ser aceita socialmente?

Cristina Wolff – Na época do Golpe de 1964, as mulheres estavam

vivendo um momento de grandes transformações com relação ao que se esperava delas na sociedade e às suas possibilidades de atuação profissional e política. No mundo ocidental, a Segunda Guerra Mundial tornou-
cessário o trabalho de muitas mulhe-
res em campos de atuação até então
tidos como masculinos e, com a volta
dos soldados nos países atingidos pela
guerra, muitas delas foram mandadas
“de volta para casa”. Mas essa volta

não foi assim tão fácil. Então, apesar de se esperar que as mulheres, nesse período, se limitassem às tarefas domésticas e tivessem participação pequena nos eventos públicos, na década de 1960 já havia muitas mulheres exercendo profissões antes reservadas aos homens, frequentando universidades e fazendo política.

Um dado importante que sempre gosto de lembrar como historiadora é que no Brasil as mulheres sempre trabalharam – na agricultura, por exemplo, o trabalho de escravas, colonas e mesmo fazendeiras sempre foi importante; na indústria elas foram a grande maioria do operariado do setor têxtil e também muito importantes nos setores de alimento, sem falar nos serviços: empregadas domésticas, professoras, enfermeiras. Portanto, considero uma forma de mistificação dizer que foi a partir dos anos 1960 que as mulheres começaram a trabalhar. O que aconteceu foi um progressivo reconhecimento de seu trabalho, que ainda não é completo, pois a renda das mulheres ainda é inferior à dos homens que trabalham nas mesmas funções, como mostram os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Do ponto de vista político, apesar de terem conquistado o voto em 1932 no Brasil, com grande mobilização, e de terem sido eleitas algumas deputadas e até prefeitas, as mulheres eram – como são ainda hoje – minoritárias na cena política.

IHU On-Line – No que as mulheres que participaram dos movimentos de resistência ao golpe modificaram estas identidades sociais?

Cristina Wolff – Neste momento dos anos 1960 e 1970, as mulheres estavam chegando às universidades massivamente, pela primeira vez na história. E muitos dos movimentos de resistência à ditadura se desenvolveram e recrutaram seus militantes, em grande parte, justamente no movimento estudantil. Assim, nestas organizações clandestinas, geralmente com orientação ideológica de esquerda, as mulheres tiveram espaço. Elas assumiam tarefas diversas, como a comunicação, esconder pessoas, a manutenção das células ou aparelhos (que eram casas ou apartamentos em que um grupo de militantes morava,

fazia reuniões, imprimia folhetos e jornais, etc.). Além disso, nos grupos armados, algumas delas chegaram a ter treinamento militar, participar ativamente de ações armadas e assumir papéis de liderança.

Elas também tiveram papel preponderante nas organizações que, já nos anos 1970, passaram a denunciar as atrocidades que estavam sendo cometidas pelos militares, policiais e alguns civis contra os e as militantes das organizações e partidos de esquerda, como sequestro, tortura, assassinato e sequestro de filhos. Um desses movimentos no Brasil foi o Movimento Feminino pela Anistia¹. Certamente, o fato de elas participarem desses movimentos, seja os da esquerda armada e/ou clandestina, seja os movimentos de denúncia e de direitos humanos, fez com que as mulheres pudessem se ver como protagonistas na cena política e de forma coletiva, e isso, junto com o que estava acontecendo no resto do mundo, fez com que elas começassem a questionar seus papéis tradicionais e seu lugar na política brasileira.

IHU On-Line – Quem eram as mulheres inseridas na luta por liberdade política e igualdade entre os gêneros? Prevalcia alguma classe social ou formação específica (profissional, teórica, etc.) entre elas?

Cristina Wolff – Os movimentos feministas propriamente ditos desse período só começaram a aparecer no Brasil lá por meados dos anos 1970, recebendo certo impulso quando a Organização das Nações Unidas declarou o ano de 1975 como o ano internacional da mulher e como abertura de uma década da mulher. Foi assim que, mesmo sob o regime ditatorial, foram permitidos alguns encontros e reuniões de grupos de mulheres. Naquela época ainda não se falava em gênero, uma categoria que só começou a ser

utilizada por aqui no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Mas as mulheres começaram a se organizar com associações e jornais. O *Brasil Mulher* (1975-1980) e o *Nós Mulheres* (1976-1978)² são dessa época. Nesse momento, as integrantes desses movimentos eram principalmente mulheres com formação universitária, mulheres de uma classe média que tinha recentemente ascendido socialmente, muitas por meio dos estudos. Acho que existe um mito, tanto com relação ao feminismo quanto com relação à esquerda, de que seriam todos “burguesinhos” e “dondocas” que, por não terem que se preocupar com a sobrevivência, podiam se dedicar à militância. Mas esses dados precisam ser elaborados com maior cuidado, pois muitos dos e das militantes eram trabalhadores urbanos, estudantes secundaristas, e vinham de famílias de operários, professores, pequenos comerciantes, que dificilmente poderiam ser considerados como parte da burguesia.

IHU On-Line – Fale um pouco mais sobre a participação das mulheres nos movimentos de resistência. Em que circunstâncias elas exerciam papéis de liderança?

Cristina Wolff – Considero que podemos falar de dois tipos de resistência. Um tipo foi a resistência empreendida pelos partidos e organizações de esquerda, armados ou não, que foi muito importante, especialmente no período que vai até mais ou menos 1975. Nestes grupos, a presença de mulheres foi significativa, especialmente nos da nova esquerda inspirada pelas revoluções cubana e chinesa. Segundo Marcelo Ridenti³, a participação de mulheres nestes gru-

² *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*: jornais feministas paulistas que integravam a imprensa alternativa produzida no Brasil na segunda metade dos anos 1970. *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* reproduziram em seus artigos e editoriais a luta das mulheres pela anistia, pela construção de creches e pelas liberdades democráticas. Também incluíam em suas páginas textos específicos sobre violência doméstica, condições de trabalho das mulheres, direitos reprodutivos, aborto e sexualidade. (Nota da IHU On-Line)

³ **Marcelo Ridenti**: cientista social brasileiro. É professor titular de Sociologia na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. (Nota da IHU On-Line)

¹ **Movimento Feminino pela Anistia**: criado no final de 1975 por Therezinha Zerbini, este movimento tinha como proposta denunciar a violência da repressão militar imposta à população brasileira. Boa parte dos seus integrantes era constituída de esposas de militantes torturados e assassinados pela ditadura de 1964-1985. Não era exatamente um movimento de caráter feminista, e sim um movimento comandado por mulheres. (Nota da IHU On-Line)

pos era de 15 a 30% dos militantes. Mas poucas mulheres chegaram a ter cargos de efetiva liderança.

O outro tipo de resistência a que me refiro foi aquela que se utilizou da ideia de Direitos Humanos para se contrapor às práticas repressivas da ditadura brasileira. Foram familiares – especialmente mães, irmãs, esposas – de homens e mulheres presos e assassinados, que foram aos poucos se encontrando e criando organizações; grupos ligados às igrejas que davam apoio a estes familiares, ajudavam a esconder pessoas e mandá-las para o exterior; alguns sindicatos e ordens profissionais; e alguns movimentos que juntavam essas pessoas, como o Movimento Feminino pela Anistia e o Movimento Brasileiro pela Anistia. Nesses movimentos, as mulheres tiveram grande protagonismo e liderança. Foi o caso, por exemplo, de Therezinha Zerbini⁴, criadora e líder do Movimento Feminino pela Anistia, iniciado em 1975 e que teve núcleos em muitos estados, com grande atuação na denúncia e na luta pela anistia, finalmente conseguida – apesar de restrita e com todos os seus problemas que até hoje implicam na impunidade de torturadores e assassinos que agiam em nome do Estado Brasileiro – com a Lei⁵ de 1979.

4 Therezinha de Godoy Zerbini (1928): assistente social, advogada e ativista de direitos humanos brasileira, fundadora e líder do Movimento Feminino pela Anistia. É viúva do general Euryale de Jesus Zerbini, que assumiu uma posição legalista, contrária ao Golpe de 1964, e, por isso, teve seus direitos políticos cassados e foi reformado. Por ter ajudado Frei Tito a conseguir o sítio (pertencente a um amigo da família Zerbini) em Ibiúna/SP, onde seria realizado o congresso da União Nacional dos Estudantes - UNE, Therezinha respondeu a um inquérito policial militar. Foi indiciada em dezembro de 1969 e enquadrada na Lei de Segurança Nacional. Foi presa na sua casa no dia 11 de fevereiro de 1970. Permaneceu na prisão por oito meses, seis dos quais no Presídio Tiradentes, em São Paulo, onde conviveu com a militante Dilma Rousseff. (Nota da IHU On-Line)

5 Lei da Anistia: Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, promulgada pelo então presidente, general João Figueiredo, após ampla mobilização social, ainda durante o regime militar. Na primeira metade dos anos 1970, surgiu o Movimento Feminino pela Anistia, liderado por Therezinha Zerbini. Em 1978 foi criado, no Rio de Janeiro, o Comitê Brasileiro pela Anistia, congregando várias entidades da sociedade civil, com sede na Associação

Muitas pessoas que não tinham envolvimento direto com as organizações de esquerda foram presas e torturadas, ou tiveram que ir ao exílio para acompanhar maridos e pais

IHU On-Line – Ainda hoje se fala sobre o machismo na militância de esquerda. O que há de diferente entre o machismo atual e o daquela época neste contexto?

Cristina Wolff – O machismo que havia e que ainda há nos partidos e organizações de esquerda não é maior nem menor em relação ao machismo que impera na sociedade em geral. A questão é que, por serem de esquerda, por divulgarem ideais de igualdade entre as pessoas, de justiça social e liberdade, as mulheres, os homossexuais e outros sujeitos a quem o machismo exclui, violenta e dificulta a vida, esperam, quando se engajam na luta social, que haja respeito e solidariedade nas suas lutas específicas. Um olho roxo, um estupro, uma cantada grosseira, uma piada homofóbica incomodam da mesma forma, seja o agressor de direita, de esquerda ou de centro. Mas é preciso dizer que, na

Brasileira de Imprensa. A luta pela anistia aos presos e perseguidos políticos foi protagonizada por estudantes, jornalistas e políticos de oposição. No Brasil e no exterior foram formados comitês que reuniam filhos, mães, esposas e amigos de presos políticos para defender uma anistia ampla, geral e irrestrita a todos os brasileiros exilados no período da repressão política. (Nota da IHU On-Line)

época da ditadura e atualmente, os partidos e organizações de esquerda foram mais permeáveis à participação das mulheres e também às suas reivindicações, certamente porque as militantes enfrentaram grandes debates, o questionamento constante sobre a importância “dessas coisas de mulher”, e estiveram sempre presentes. A diferença foi que, hoje, muitos espaços foram conquistados, mas ainda há muito a fazer.

IHU On-Line – A violência praticada pelas ditaduras do Uruguai e da Argentina atingiu de modo direto também as mulheres que não estavam diretamente ligadas à militância política – mães, esposas e filhas de exilados desaparecidos. Ocorreu algo semelhante no Brasil?

Cristina Wolff – Tanto lá como aqui a ditadura atingiu a sociedade como um todo. Seja na forma de medo e silêncio, seja fazendo com que pessoas conhecidas ou parentes desaparecessem. Não podemos pensar que a ditadura tenha atingido somente aquelas famílias que tiveram seus membros presos, torturados e assassinados. A ditadura fez com que toda uma geração tenha perdido a experiência da democracia, da participação política, de direitos fundamentais e cidadania. Nossa cultura, nossa educação, nossa economia foram atingidas durante vinte anos por uma política econômica que favorecia os interesses de multinacionais e de grandes empresas, pela censura, pelo medo, pelas aulas de Educação Moral e Cívica. Mas, voltando à pergunta, sim, muitas pessoas que não tinham envolvimento direto com as organizações de esquerda foram presas e torturadas, ou tiveram que ir ao exílio para acompanhar maridos e pais. Os casos mais escabrosos são os de crianças que foram torturadas física e psicologicamente junto com suas mães ou pais, como mostraram os depoimentos da Comissão da Verdade de São Paulo, denominados de Infância Roubada.

IHU On-Line – A ditadura influenciou a construção do feminismo no Brasil?

Cristina Wolff – Costumamos falar em dois momentos importantes

na construção do feminismo no Brasil. Um primeiro momento, chamado também de Primeira Onda Feminista, ocorreu a partir do final do século XIX e culminou com a conquista do voto para as mulheres em 1932. O segundo momento, ou Segunda Onda, aconteceu justamente no período da ditadura, como expliquei antes. Dessa forma, é claro que houve influência do regime ditatorial na formação do feminismo daquela época. O regime dificultou as reuniões e manifestações, a chegada de livros e revistas, a informação. E, ainda, do ponto de vista da esquerda, as feministas eram vistas como se estivessem lutando por uma causa considerada secundária, se comparada com a causa da redemocratização, embora, se analisarmos as publicações da época, veremos que elas sempre colocaram a questão da anistia e da democracia como muito destacadas em suas reivindicações, superando mesmo aquelas consideradas como mais específicas.

IHU On-Line – Como se caracterizava o movimento feminista antes do Golpe de 1964?

Cristina Wolff – Desde inícios do século XX até 1932, o movimento feminista mais reconhecido foi aquele que reivindicava o voto para as mulheres, como mencionei antes. Também se podem mencionar outros movimentos de mulheres, como as operárias que, por vezes, se reuniam e publicavam na imprensa anarquista, em São Paulo, e algumas mulheres excepcionais que escreveram jornais, livros e tinham comportamentos considerados desviantes, como foi o caso de Maria Lacerda de Moura⁶, por exemplo. Depois de 1932, algumas das associações formadas continuaram a atuar. Bertha Lutz⁷, que foi uma grande liderança para a conquista do voto, militou para que o Brasil assinasse convenções internacionais que reconheçam direitos às mulheres. A questão da educação para as meni-

⁶ Maria Lacerda de Moura (1887-1945): anarquista brasileira que se notabilizou por seus escritos feministas. (Nota da IHU On-Line)

⁷ Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976): bióloga brasileira, líder feminista. Fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - FBPF em 1922. (Nota da IHU On-Line)

nas e mudanças no código civil e nas leis trabalhistas que favorecessem as mulheres eram também reivindicações, e algumas foram conquistadas. Aos poucos o mercado de trabalho foi se abrindo com mais opções para as mulheres, embora sempre com salários menores aos dos homens, e elas foram ocupando espaços nas universidades. Mas foi somente nos anos 1970 que, junto com o que acontecia em outras partes do mundo, já a partir de 1968, começa a se organizar (apesar da ditadura) isso que atualmente chamamos de feminismo.

IHU On-Line – O que o fato de uma ex-guerrilheira ter se tornado presidenta da República diz sobre o estágio atual dos movimentos feministas no Brasil? O desempenho desta mulher no cargo condiz com sua trajetória pessoal de luta?

Cristina Wolff – O fato de uma mulher ocupar a Presidência da República no Brasil, independente de ela ter atuado em sua juventude numa organização de esquerda armada, mostra que o longo caminho percorrido pelo feminismo em busca da participação política e do reconhecimento das mulheres como cidadãs não se deu em vão. Considero que ter uma mulher como presidenta é uma enorme diferença nas expectativas das mulheres, jovens, meninas brasileiras, que agora podem pensar em ser também políticas, deputadas, governadoras e presidentas, ou qualquer outra coisa que queiram ser. O fato de ela ter pertencido a uma organização clandestina de esquerda mostra o quanto essas organizações foram importantes por abrirem espaço para as mulheres em seus quadros. Apesar de todas as piadas e comentários machistas enfrentados por esta presidenta desde que entrou com extrema coragem se colocar como candidata, e, também, apesar das várias medidas políticas que gostaríamos que ela tomasse, é preciso ressaltar importantes avanços tanto no combate à pobreza e às desigualdades no Brasil, quanto no que se refere às questões relativas especificamente às mulheres que têm sido levadas a efeito nesta gestão e que condizem com a sua plataforma e trajetória políticas.

IHU On-Line – Como você vê a memória da ditadura no Brasil em relação às mulheres que participaram dos movimentos de resistência?

Cristina Wolff – Durante muito tempo, no Brasil como nos outros países do Cone Sul, como me disse uma entrevistada uruguaia, “ao sair da prisão, os homens foram dar entrevista coletiva à imprensa e as mulheres foram correndo para suas casas e suas famílias”. A memória coletiva destacou heróis da resistência que quase sempre foram homens, os ex-militantes que sobreviveram tiveram vidas filmadas, escreveram autobiografias, seus nomes são lembrados nos livros, documentários, nas imagens que passam nas retrospectivas dos noticiários nestes dias de rememoração do golpe. Aos poucos, geralmente por iniciativa de mulheres, começam a aparecer algumas figuras femininas de militantes, seus depoimentos são ouvidos nas comissões da verdade, aparece um ou outro filme, como agora este sobre Iara Lavelberg. Mas é preciso continuar, como coloca a incansável militante Amelinha Teles, junto com Rosalinda Santa Cruz Leite, em seu livro recém-lançado *Da guerrilha à imprensa feminista, a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)* (São Paulo: Intermeios, 2013), pois a participação das mulheres foi quase sempre invisibilizada.

IHU On-Line – Gostaria de fazer algum comentário adicional?

Cristina Wolff – Gostaria de convidar a todas e todos para o *II Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul*, que vai ocorrer na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC entre 11 e 14 de agosto de 2014, junto ao *Encontro Estadual de História*, no qual esse tema será discutido em mesas redondas e simpósios temáticos. As inscrições de trabalho estão abertas até 10 de abril pelo sítio <http://bit.ly/XVampuh>. Também gostaria de convidá-los a acessar o livro *Gênero, Feminismos e Ditaduras*, resultado do I Colóquio de mesmo nome, no link <http://bit.ly/jiegUFSC>.

Destaques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 31-03-2014 a 04-04-2014, disponíveis nas **Entrevistas do Dia** do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Preservação dos polinizadores, uma questão de sobrevivência humana

Entrevista especial com Márcio Rosa Rodrigues de Freitas é coordenador geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas e Produtos Perigosos do Ibama.

Publicada no dia 04-04-2014

Acesse o link <http://bit.ly/1mQg30h>

O processo de logística – colheita e processamento – dos diversos alimentos que dispomos nas prateleiras dos supermercados é, de alguma forma, algo relativamente claro para nós, consumidores. Porém, para além dessa questão do manejo humano com os alimentos, há um importante trabalho realizado por insetos, que não cobram nada pelo trabalho que exercem e geram uma economia anual de aproximadamente R\$ 17 bilhões por ano: trata-se dos polinizadores. “Eles (os polinizadores) são basicamente a base de algumas culturas agrícolas como, por exemplo, a fruticultura. Na fruticultura a importância da polinização chega a 90% das espécies cultivadas, enquanto no geral da agricultura esse número gira em torno de 70%”, explica Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, em entrevista por telefone à IHU On-Line.

Rio dos Sinos: um dos dez rios mais poluídos do Brasil

Entrevista especial com Arno Kayser, agrônomo, ecologista, membro do Movimento Roessler para Defesa Ambiental e um dos fundadores e atual presidente do Comitesinos.

Publicada no dia 03-04-2014

Acesse o link <http://bit.ly/1fSE7Ic>

Entre os rios mais poluídos do Brasil, o Rio dos Sinos “tem um baixo índice de tratamento de esgoto, o qual se soma a uma grande concentração de indústrias e boa atividade agrícola. Estes fatos combinados geram muitos impactos num volume pequeno de água. (...) O trecho mais impactado vai de Taquara até Sapucaia do Sul. A partir daí ele melhora por entrar na área de influência do Jacuí”, informa o presidente do Comitesinos à IHU On-Line. O Rio dos Sinos está entre aqueles que recebem bilhões de litros de esgoto por dia. A estimativa é de que 15 bilhões de litros de esgoto são despejados diariamente nos rios do país.

“Tem de ter um parlamento paralelo para tratar das questões indígenas”

Entrevista especial com Álvaro Tukano, que participa do projeto Corredores Digitais do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT/MCT), desenvolvido em áreas indígenas do Alto Rio Negro, no Amazonas.

Publicada no dia 02-04-2014

Acesse o link <http://bit.ly/1eflLzG>

“Para tratar a questão indígena, a Funai deveria ser dirigida pelos índios. Colégios e outras grandes organizações que afetam os índios devem ser dirigidos por nós ou por técnicos escolhidos por nós”, defende Álvaro Tukano, líder indígena do Alto Rio Negro, no estado do Amazonas, em entrevista concedida pessoalmente à IHU On-Line, quando esteve na Unisinos participando do I Congresso de Direito, Biotecnologias e Sociedades Tradicionais, promovido pelo PPG em Direito. Álvaro Tukano é uma das lideranças que tem articulado o debate com o poder público, reivindicando que os direitos indígenas determinados na Constituição Brasileira sejam respeitados.

O golpe e a construção da dependência financeira brasileira

Entrevista especial com Fábio Antonio de Campos, mestre em História Econômica e doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

Publicada no dia 01-04-2014

Acesse o link <http://bit.ly/1q8eHx6>

Passados 50 anos do golpe militar que depôs o ex-presidente João Goulart, na madrugada do dia 1º de abril de 1964, pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento tentam compreender quais razões fizeram com que a ditadura se mantivesse por mais de 20 anos no país. A economia, nesse sentido, “é fundamental para entender o alcance e os limites da ditadura como instrumento do capitalismo brasileiro”, diz, à IHU On-Line, o economista Fábio de Campos, autor da tese de doutorado *A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*.

Tema
de
Capa

Destques
da Semana

**IHU em
Revista**

Agenda de Eventos

Eventos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU
programados para o período de 08-04-2014 a 14-04-2014.

08-04-2014

Evento: Exibição e debate do filme *Ato de Fé* (Alexandre Rampazzo. Documentário. Brasil, 2004, 57 min)

Debatedora: Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino (Universidade de São Paulo – USP)

Horário: 15h às 16h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Evento: A Justiça Militar durante o Estado Autoritário Brasileiro pós-1964

Palestrante: Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino (Universidade de São Paulo – USP)

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

09-04-2014

Evento: Acesso às Bases de Dados e Indicadores Socioeconômicos do Vale do Sinos

Palestrante: Christiano Ferreira (Unisinos)

Horário: 16h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Evento: A técnica como segunda natureza humana no pensamento de Jacques Ellul

Palestrante: Prof. Dr. Jorge David Barrientos–Parra (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP)

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

10-04-2014

Evento: Audição comentada da *Cantata BWV 6 – Fica conosco, pois a noite já vem (Bleib bei uns, denn es will Abend werden)*, de Johann Sebastian Bach

Palestrante: Profa. Dra. Yara Caznok (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP)

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Evento: Exibição e debate do filme *Que bom te ver viva* (Lúcia Murat. Documentário. Brasil, 1989, 98min)

Debatedora: Profa. Dra. Marilene Maia (Unisinos)

Horário: 19h30min às 22h

Local: Auditório Central

11-04-2014

Evento: Audição comentada da *Missa de Santa Cecília, Hob. XXII, em Dó maior*, de Franz Joseph Haydn

Palestrante: Profa. Dra. Yara Caznok (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP)

Horário: 8h45min às 11h45min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

14-04-2014

Evento: Exibição e debate do filme *O dia que durou 21 anos* (Camilo Tavares. Documentário. Brasil, 2013, 77min)

Debatedora: Profa. Dra. Marluza Harres (Unisinos)

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Entrevista de Eventos

Eficiência, resultado, inovação – A questão da técnica em Jacques Ellul

Jorge David Barrientos-Parra retoma o ensamento de Jacques Ellul para demonstrar como as relações pessoais e econômicas passaram a ser governadas pela técnica

POR MÁRCIA JUNGES E ANDRIOLLI COSTA

Na década de 1950, o teólogo francês Jacques Ellul propôs o conceito de que, em nossos dias, já não é mais a economia o elemento fundamental da sociedade, mas a técnica. O que pode ser percebido a partir da “preocupação da imensa maioria dos homens de nossa época em procurar em todas as coisas o método absolutamente mais eficaz”, cita o professor Jorge David Barrientos-Parra, pesquisador da obra de Ellul.

Barrientos-Parra relata que o teólogo dedicou toda sua vida ao estudo sistemático do fenômeno técnico do ponto de vista sociológico. Mas que técnica é esta trabalhada por Ellul? Para ele, a questão da técnica “é muito mais do que o maquinismo; alcança também as consciências, não deixando margem nem para o pragmatismo, nem para o instinto, nem para o acaso”, relata o professor, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “Assim, a tendência de aplicação de técnicas cada vez mais eficazes passou a determinar toda a nossa civilização. Hoje, há duas palavras que são unanimidade em todas as disciplinas científicas: inovação tecnológica. É a panaceia universal”, conclui.

Jorge David Barrientos-Parra possui graduação em Direito pelas Faculdades Metro-

politanas Unidas, mestrado pela Universidade de São Paulo e doutorado na *Université Catholique de Louvain*, Bélgica, todos na mesma área. Atualmente é professor assistente do Departamento de Administração Pública da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, campus Araraquara.

É autor de *Dívida Externa: do desequilíbrio contratual ao jubileu* (São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002) e organizador de obras como *Jacques Ellul: por uma análise crítica da moderna sociedade técnica* (Araraquara: Ed. Unesp, 2009) e *Direito, Técnica, Imagem: os limites e os fundamentos do humano* (São Paulo: Editora Unesp, 2013).

Barrientos-Parra estará no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, participando do III Seminário em preparação para o **XIV Simpósio Internacional IHU: Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades – A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea**. Ele vai ministrar a palestra *A técnica como segunda natureza humana no pensamento de Jacques Ellul*, no dia 09-04-2014, às 19h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é a atualidade do conjunto da obra de Jacques Ellul¹ e que autores estão em diálogo com ele e são seus referenciais teóricos?

Jorge David Barrientos-Parra – A obra de Jacques Ellul é atual e muito relevante, considerando que ele foi um pensador multidisciplinar que teve como objetivo central afirmar e defender a liberdade do homem frente aos perigos que a ameaçam. A sua obra sociológica de crítica da sociedade tecnológica é hoje reconhecida pelo mundo afora. Ellul é um autor que procura o diálogo com o homem do seu tempo e que não se fechou num sistema conceitual. Entre seus referenciais teóricos ele reconhece a Karl Marx²; a Soren Kierkegaard³,

menos como filósofo pai do existencialismo do que como alguém que fraternalmente entrega a sua experiência de sofrimento e de amor. Uma terceira referência é o teólogo suíço Karl Barth⁴, que denunciou o hitleirismo, pregou a volta às Escrituras e a adaptação do Evangelho ao tempo presente.

IHU On-Line – Em que aspectos a tirania tecnológica sobre a humanidade, apontada por esse pensador, tem se demonstrado uma preocupação que se tornou realidade em nosso tempo?

Jorge David Barrientos-Parra – Vou dar dois exemplos. A preocupação de Ellul com a *liberdade do indivíduo* que, aparentemente, seria algo abstrato ou no mínimo afastado das preocupações quotidianas de qualquer pessoa; foi trazida, pelo caso Snowden⁵, à pauta das

questões políticas de maior transcendência. Governos e líderes mundiais (inclusive a presidenta Dilma) são espionados sistematicamente. Se isto acontece com essas pessoas, quanto mais acontece com os simples mortais. Em outras palavras estamos sendo constantemente vigiados, monitorados; dessa forma perdemos a nossa liberdade e a nossa privacidade, que são direitos fundamentais, consagrados em qualquer regime democrático.

Outra questão na qual Ellul foi um pioneiro é o problema ecológico que envolve também o econômico e o social. Ellul afirmou com propriedade que não pode haver um desenvolvimento infinito em um universo finito. Por outro lado, como consequência desse desenvolvimento econômico, temos a poluição ambiental, que nunca alcançou a dimensão atual em toda a história da Humanidade.

IHU On-Line – Em que sentido a técnica se converteu no fator determinante de nossa sociedade?

Jorge David Barrientos-Parra – Para Ellul, o fenômeno técnico é “a preocupação da imensa maioria dos homens de nossa época em procurar em todas as coisas o método absolutamente mais eficaz”. Ora, esta preocupação na hora da globalização significa que todas as sociedades tendem a formar somente uma: a sociedade técnica.

Hoje, em todos os âmbitos da realidade humana, a eficácia é o valor dominante. Assim, questão da técnica é muito mais do que o maquinismo; alcança também as consciências, não deixando margem nem para o pragmatismo, nem para o instinto, nem para o acaso. Desse modo, a tendência de aplicação de técnicas cada vez mais eficazes passou a determinar toda a nossa civilização. Hoje, há duas palavras que são unanimidade em todas as disciplinas científicas: inovação tecnológica. É a panaceia universal.

Por tudo isso, Ellul entende que em nossos dias não é mais a econo-

no sítio do IHU. (Nota da IHU On-Line)

1 Jacques Ellul (1912-1994): nascido em Bordeaux, na França, foi um pensador iconoclasta libertário. Protestante. Anticomunista, mas especialista na obra de Marx. O único, na França, que liderou durante cinquenta anos uma profunda crítica do “progresso” técnico. É o equivalente francês de Heidegger, embora seja entendido por alguns como mais claro e convincente do que o autor alemão. Atualmente, muitos dos estudiosos e militantes que lutam por uma “outra globalização” retornam ao pensamento de Ellul. A sua obra fundamental é *Le Système technicien* (Paris: Calmann-Lévy, 1977; *Le cherche midi*, 2004). A tradução italiana da obra foi intitulada *Il Sistema tecnico. La gabbia delle società contemporanee* (Milano: Jaca Book, 2009). Sobre Jacques Ellul pode ser consultado o livro PORQUET, Jean-Luc. *Jacques Ellul, L'homme qui avait (presque) tout prévu* (Paris: Le cherche midi, 2003). (Nota da IHU On-Line)

2 Karl Marx (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. A edição número 41 dos *Cadernos IHU Ideias*, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti) filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da *IHU On-Line*, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/rhygyP>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da *IHU On-Line*, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/JwXRSa>. (Nota da IHU On-Line)

3 Soren Kierkegaard (1813-1855): filósofo existencialista dinamarquês. Alguns de seus livros foram publicados sob pseu-

dônimos: Víctor Eremita, Johannes de Silentio, Constantín Constantius, Johannes Climacus, Vigilius Haufniensis, Nicolás Notabene, Hilarius Bogbinder, Frater Taciturnus e Anticlimacus. Filosoficamente, faz uma ponte entre a filosofia de Hegel e o que viria a ser posteriormente o existencialismo. Boa parte de sua obra dedica-se à discussão de questões religiosas como a natureza da fé, a instituição da igreja cristã, a ética cristã e a teologia. Autor de *O Conceito de Ironia* (1841), *Temor e Tremor* (1843) e *O Desespero Humano* (1849). A respeito de Kierkegaard, confira a entrevista *Paulo e Kierkegaard*, realizada com Álvaro Valls, da *IHU On-Line*, edição 175, de 10-04-2006, da *IHU On-Line*, disponível em <http://bit.ly/ihuon175>. A edição 314 da *IHU On-Line*, de 09-11-2009, tem como tema de capa *A atualidade de Soren Kierkegaard*, disponível em <http://bit.ly/ihuon314>. Leia, também, uma entrevista da edição 339 da *IHU On-Line*, de 16-08-2010, intitulada *Kierkegaard e Dogville: a desumanização do humano*, concedida pelo filósofo Fransmar Barreira Costa Lima, disponível em <http://bit.ly/ihuon339>. (Nota da IHU On-Line)

4 Karl Barth (1886-1968): teólogo cristão-protestante, pastor da Igreja Reformada, e um dos líderes da teologia dialética e da neo-ortodoxia protestante. (Nota da IHU On-Line)

5 Edward Joseph Snowden (1983): analista de sistemas, ex-funcionário da CIA e da NSA, a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Tornou-se conhecido por revelar detalhes do sistema de Vigilância Global norte-americano. Sobre o tema, acesse “*Abandonar Snowden é uma causa indigna*”. Entrevista especial com Sérgio Amadeu, no de 19-12-2013, disponível em <http://bit.ly/ihusnowden>,

mia o elemento fundamental da sociedade, mas a técnica. Consequentemente, ele vai dedicar toda a sua vida ao estudo sistemático do fenômeno técnico do ponto de vista sociológico.

IHU On-Line – A partir dessa constatação, em que medida a racionalidade técnica norteia a vida em nosso tempo?

Jorge David Barrientos-Parra – Esta é uma característica de nosso tempo. Em qualquer âmbito que se considere a técnica, em qualquer domínio que seja aplicada, achamo-nos em presença de um processo racional. Tende a submeter ao mecanismo o que pertence à espontaneidade. Essa racionalidade que se observa particularmente bem na divisão do trabalho, na criação de padrões, nos processos produtivos, etc., de acordo com Ellul, implica na realidade em dois movimentos: inicialmente a intervenção, em toda operação, de um discurso que exclui a espontaneidade e a criação pessoal. O outro aspecto desse movimento consiste em reduzir esse discurso à sua exclusiva dimensão lógica. Toda intervenção técnica é, em última análise, uma redução ao esquema lógico (dos fatos, dos fenômenos, dos meios, dos instrumentos).

IHU On-Line – Qual é o espaço da intimidade e direitos fundamentais numa sociedade técnica como a nossa?

Jorge David Barrientos-Parra – O art. 5º, X, da Constituição Federal estabelece: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. Assim, a intimidade é um direito fundamental, é a proteção à vida privada do indivíduo, que deveria estar protegida contra toda ingerência na sua vida familiar, contra todo ataque à sua honra e reputação e contra toda divulgação desnecessária de fatos embaraçosos concernentes à sua vida privada. Este direito está no mesmo plano que o direito à saúde, ou o direito ao

“Ellul afirmou, com propriedade, que não pode haver um desenvolvimento infinito em um universo finito”

meio ambiente ecologicamente equilibrado. Ora, na sociedade técnica, a multiplicação das ferramentas eletrônicas de espionagem e a multiplicação e o desenvolvimento de bancos de dados em rede – inclusive dos prontuários médicos em fichários eletrônicos – constituem uma formidável e constante ameaça à intimidade e à vida privada. A realidade demonstra que qualquer pessoa que entenda um pouco de informática pode, desde qualquer país e de forma anônima, invadir bancos de dados e cometer inúmeros crimes pelo computador ou com seu auxílio. Outras vezes, é a negligência ou conivência daqueles que teriam de proteger esses dados que possibilita a sua violação.

IHU On-Line – Quais são os impasses que surgem sobre a intimidade a partir da criação e uso do prontuário médico eletrônico?

Jorge David Barrientos-Parra – O mais importante é que esses dados podem ser devassados por *hackers* ou por outras pessoas que tenham acesso aos bancos de dados. Quanto maior for o banco de dados, maior é a sua fragilidade, uma vez que maior é o número de pessoas que tem acesso a ele.

IHU On-Line – Em que medida estamos abrindo mão de nossa autonomia em função dos paradoxos estabelecidos pela técnica?

Jorge David Barrientos-Parra – Na verdade, o homem da nossa época

acredita estar se servindo da técnica. Entretanto, somos nós que a servimos. A técnica deixou de ser instrumental, para Ellul ela é um sistema que restringe cada vez mais o ser humano. Por outro lado, a técnica constitui também uma crença, isto é uma forma quase mística de conceber o mundo. Aqui encontramos o “mito do progresso”, o mito de que “a ciência e a técnica nos trarão a felicidade completa”. Muito embora esses mitos tenham se esfacelado no século passado após a destruição material e moral das duas guerras mundiais, eles continuam a influenciar o homem contemporâneo. Para Ellul, é essa sacralização da técnica que escraviza o homem.

IHU On-Line – Sob o prisma de Ellul, em que aspectos a técnica é ambivalente?

Jorge David Barrientos-Parra – Hoje, praticamente, não mais se discute na literatura a constatação de Ellul de que a técnica não é neutra. Porém, em 1950, quando ele apresentou essa ideia, foi um escândalo. Isto quer dizer que é inerente a ela certo número de consequências positivas e negativas, independentemente do seu uso. Não é uma questão de intenção. É verdade que o uso pode orientar uma técnica por um determinado tempo, em um sentido puramente positivo, mas esta técnica contém potencialidades que serão inevitavelmente exploradas. Tomemos o exemplo dos fogos de artifício que os chineses utilizaram somente nesse sentido, entretanto essa técnica continha potencialidades, por nós conhecidas, que não poderiam ser negligenciadas por muito tempo.

Para Ellul, a ambivalência é uma mistura complexa de elementos positivos e negativos (“bons” e “maus” se quisermos utilizar um vocabulário moral). Ele entende que é impossível dissociar esses fatores para obter uma técnica puramente boa, que os bons resultados não dependem do uso que fazemos do instrumental técnico. Com efeito, neste uso, nós mesmos somos

modificados. No conjunto do fenômeno técnico não ficamos intactos.

IHU On-Line – Há pontos de aproximação entre as obras de Jacques Ellul e Ivan Illich⁶ no que tange à técnica e à modelagem da vida?

Jorge David Barrientos-Parra – Illich considera-se discípulo de Ellul. Assim, há pontos de aproximação, por exemplo, o conceito de convivialidade⁷ de Illich é a aspiração à jus-

“Toda intervenção técnica é, em última análise, uma redução ao esquema lógico”

tiça e sensibilidade que a sociedade técnica perdeu em função de agir somente visando à eficácia que leva afinal de contas a transformar os meios em fins.

IHU On-Line – Qual é a peculiaridade da abordagem de Ellul sobre a energia nuclear?

Jorge David Barrientos-Parra – Nesse debate sobre a energia nuclear e sobre outros debates em torno de questões puramente técnicas, Ellul mostra a completa inadaptação de nossos políticos. E a perda de influência do político e da política. Porque o que no final acabará se impondo são

tástrofe, com Alain Caillé, publicada no sítio do IHU em 11-07-2013, disponível em <http://bit.ly/1ikgRnb>. (Nota da IHU On-Line)

as soluções técnicas, que somente alguns poucos técnicos dominam. Ora, essas soluções são impostas autocraticamente por políticos que desconhecem os meandros do problema (salvo se são engenheiros especialistas nesses temas – o que é raro) e suas consequências. Quanto ao cidadão comum, o único que lhe cabe é pagar a conta e sofrer as consequências dos desastres quando as usinas funcionam mal (ou não funcionam) com severas projeções no meio ambiente.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?

Jorge David Barrientos-Parra – Perguntaram para Ellul se ele pudesse resumir a sua obra ao essencial: o que o senhor diria? Ele disse “eu tratei de mostrar como a técnica se desenvolve de forma independente, fora de todo controle humano. Em seu sonho prometeico, o homem moderno se propôs domesticar a natureza, o resultado disso foi a criação de um meio artificial mais restritivo ainda. Ele pensava se servir da técnica, mas é ele que a serve”. “Eu descrevo um mundo sem saída, com a convicção de que Deus acompanha o homem em toda a sua História.”

6 Ivan Illich (1926-2002): pensador e polímata austríaco. Foi autor de uma série de críticas às instituições da cultura moderna. Escreveu sobre educação, medicina, trabalho, energia, ecologia e gênero. Pensador da ecologia política, foi uma figura importante da crítica da sociedade industrial. Sobre Illich, confira a edição 46 da IHU On-Line, de 09-12-2002, intitulada *Ivan Illich, pensador radical e inovador*, disponível em <http://bit.ly/ihuon46>, e a edição 166 dos *Cadernos IHU ideias*, em que é publicado artigo de Serge Latouche com o título *Convivialidade e decrescimento*, disponível em <http://bit.ly/1mUgNyM>. (Nota da IHU On-Line)

7 Sobre o conceito de convivialidade, consultar a edição 166 dos *Cadernos IHU ideias*, com texto de autoria de Serge Latouche, intitulada *Convivialidade e decrescimento*, disponível em <http://bit.ly/1mUgNyM>, e as entrevistas *Decrescimento e a busca de uma sociedade convivial*, com José Eustáquio Diniz Alves, publicada no sítio do Instituto Humanistas Unisinos - IHU em 15-11-2011, disponível em <http://bit.ly/1fWINI5>, e *O convivalismo, uma ideia nova para evitar a ca-*

LEIA OS CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Publicação em destaque

Cadernos Teologia Pública

O desencantamento da experiência religiosa em *House*:

“creia no que quiser, mas não seja idiota”

Renato Ferreira Machado

ISSN 1807-0590

ano XI • número 84 • 2014

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



JESUITAS

UNISINOS
Somos infinitas possibilidades

O desencantamento da experiência religiosa em *House*: “creia no que quiser, mas não seja idiota”

A edição nº 84 dos **Cadernos Teologia Pública** traz o texto *O desencantamento da experiência religiosa em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota”*, do teólogo Renato Ferreira Machado, professor da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre e integrante do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**. *House* é um seriado estadunidense de drama hospitalar cujas histórias são desenvolvidas a partir de tramas envolvendo a saúde humana. O texto publicado questiona que tipo de leitura sobre o fenômeno religioso pode ser realizada a partir do seriado, para em seguida afirmar que, ao mostrar narrativas que abordam a crise humana diante da enfermidade e da morte, *House* acaba se concentrando no mesmo e único *locus* possível para se investigar a experiência religiosa: o próprio ser humano. O autor sustenta, assim, que *House* constrói uma experiência religiosa significativa a partir da realidade do sofrimento e que o que caracteriza esta experiência como religiosa é a re-ligação de *House* com a realidade e, de modo especial, com as pessoas. Nesse sentido, o texto considera que toda experiência de sofrimento é uma experiência de ausência: aquele que sofre parece estar exilado do próprio corpo, uma vez que não consegue viver a dimensão da liberdade em sua corporeidade.

Esta e outras edições dos Cadernos Teologia Pública podem ser solicitadas diretamente no **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** ou pelo endereço eletrônico humanitas@unisinos.br. A versão em PDF do artigo estará disponível no link <http://bit.ly/teologiapublica> a partir de 28-04-2014. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (51) 3590-8247.

Retrovisor

Leia algumas das edições já publicadas da IHU On-Line.



A economia internacional e o Brasil. A crise financeira e seus (possíveis) impactos

Edição 372 – Ano XI – 05-09-2011
Disponível em <http://bit.ly/ihuon372>

A revista **IHU On-Line** destaca em sua edição 372 as dimensões da crise financeira internacional e seus possíveis impactos na economia brasileira. O número foi publicado uma semana após o Banco Central tomar uma medida que, para muitos observadores, soou como ousada. Prevendo o agravamento da crise financeira internacional, a taxa Selic foi reduzida em 0,5 pontos, isso tudo em 2011. Contribuem na discussão Fernando José Cardim de Carvalho, Fernando Ferrari Filho, José Luis Oreiro, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Amir Khair, Maria Lucia Fattorelli e Gigi Roggero.

Economia brasileira. Desafios e perspectivas

Edição 338 – Ano X – 09-08-2010
Disponível em <http://bit.ly/ihuon338>

Economia brasileira. Desafios e perspectivas é o tema de capa da edição 338 da **IHU On-Line**. A economia brasileira cresceu na primeira década dos anos 2000 e, segundo estimativa da Organização das Nações Unidas – ONU, a alta poderia chegar a 7,6% em 2010. Apesar da expectativa, economistas divergem sobre o potencial industrial brasileiro. Contribuem para a discussão Mansueto Almeida, Carlos Lessa, Regis Bonelli, José Luis Oreiro, Fernando Cardim de Carvalho, Reinaldo Gonçalves, Fernando Ferrari Filho, Júlio Gomes de Almeida e Fernando Sarti.



Política econômica. Nada mudou!

Edição 125 – Ano IV 29-11-2004
Disponível em <http://bit.ly/ihuon125>

Dois fatos em 2004 trouxeram à cena pública, ainda que timidamente, debates sobre a política econômica: a morte do economista Celso Furtado e a demissão de Carlos Lessa do BNDES. O primeiro, pela sua obra, representava o ideário desenvolvimentista. O segundo vinha implementando práticas bancárias indutoras do desenvolvimento. Sintomaticamente, os dois episódios, ocorridos quase simultaneamente, vêm sendo apontados como o símbolo do enterro, pelo atual governo, das políticas desenvolvimentistas e a confirmação do apego à ortodoxia econômica. Essa visão está presente nas entrevistas feitas por **IHU On-Line** com renomados pesquisadores, a propósito dos rumos da economia brasileira, abordada nas suas dimensões social e política.

"Só uma crise de grandes proporções mudará o rumo da governança"
Entrevista com Leda Maria Paulani

Sigüeira do recente Manifiesto dos Economistas dirigidos ao governo federal Leda Maria Paulani assegura que o ritmo do reformismo econômico – E Nada Mudou! – expressa, concretamente, a percepção das suas idealizações sobre a política econômica brasileira. Economista, doutora em Física Econômica, professora da USP, ela acha que "se tivesse mudado, já para já". E não vê qualquer perspectiva de alteração de rumo, a não ser que ocorra "uma crise de grandes proporções", algo que não está colocado no cenário atual.

A entrevista que segue foi por ela concedida na última semana, por ocasião, Leda Maria Paulani é professora na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política. É doutora em Física Econômica pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, e tem sua tese intitulada *Do Dinheiro e do Dinheiro como Comércio. O comércio de Bens e Serviços e a generalização da circulação em condições de Dinheiro Fiat e Tempo*, 1987. *Luzes da dívida de alguns. São Paulo: Edipro, 1995*, e *A Nova Contabilidade Social. São Paulo: Saraiva, 2006*. Leda Maria Paulani participou do 1º Ciclo de Estudos Repensando as Ciências da Economia, a ser realizado em parceria entre a USP e a FEA, no dia 23 de junho, a professora falou sobre o tema *A Utopia de um novo paradigma para a economia*.

IHU On-Line – Na sua opinião, de fato, nada mudou? no cenário econômico brasileiro?
Leda Paulani – Nada mudou, não é, mudou no pior sentido. Aprofundaram-se as direções da política fiscal e, se tivesse alguma mudança, não foi no sentido de algo diferente do que vinha sendo feito particularmente na última gestão do governo do Fernando Henrique. Do ponto de vista da política econômica, stricto sensu, nada mudou mesmo.

IHU On-Line – Essa abordagem do tipo "nada mudou" não contém uma análise por demais acertada na questão macroeconômica?
Leda Paulani – Eu não acredito que seja possível separar as coisas como esta visão faz crer que é. Quem defende esse tipo de postura e, no mesmo tempo, julga que é possível isso se combinar com uma postura desenvolvimentista no nível a qualquer altura o seguinte: política macroeconômica tem que ser assim, tem que ser uma política dura, etc., e a gente faz a diferença na política social. Que dizer toda a diferença estaria na política microeconômica. E todos os problemas passam a poder ser tratados na esfera microeconômica. Eu acho essa visão completamente equivocada. Por mais que sejam bem sucedidos os programas do tipo renda complementar como o Fome Zero, Bolsa Família – que estão sendo considerados de uma forma muito atrevida, muito arrojada, com uma visão muito paternalista do Estado e do próprio Presidente – que tentou não milhões de famílias dependendo de uma espécie de esmola que vem do Estado. Não muito diferente a situação dessas famílias se arrastamos um emprego para o pai ou a mãe de cada uma delas. Não é de vitalidade, horizonte de vida, perspectiva. De contrário, o problema estrutural é minado, mas permanece o problema, propriamente dito, não muda a questão orgânica da sociedade. Que futuro tem essa gente? Com a política econômica atual, esse problema continua absolutamente sem solução.

IHU On-Line – O ambiente internacional seria favorável para uma mudança de rumo de País ou não-porém importa?
Leda Paulani – Se o governo Lula tivesse utilizado o capital político que tinha no início, para fazer alguma mudança, hoje teríamos uma autonomia maior para debater internamente sobre os nossos rumos sem ficar dependendo tanto do que acontece no panorama da economia mundial. Isso

Sociedade e tecnociência - A modelagem do pensamento contemporâneo em debate

O Instituto Humanitas Unisinos - IHU realiza entre os dias 09-04 e 09-06 de 2014 o III Seminário preparatório ao XIV Simpósio Internacional IHU – *Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades – A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea* previsto para ocorrer entre 21 e 24 de outubro de 2014. O seminário pretende construir uma reflexão antecipada sobre os temas que serão debatidos no simpósio, durante o qual serão oferecidas palestras de abordagem transdisciplinar com a proposta de auxiliar os participantes a pensar o sentido, as implica-

ções e os desafios teóricos e práticos da tecnologia e da ciência para a vida contemporânea.

Nesta perspectiva, o III Seminário preparatório ao XIV Simpósio Internacional IHU abordará questões relacionadas à mobilidade urbana, à relação entre o público e o privado, às redes de informação *open source*, à medicalização da saúde mental e ao pensamento de autores como Jacques Ellul, Ivan Illich e Sloterdijk, entre outros temas. As atividades ocorrem no campus São Leopoldo da Unisinos. A programação completa está disponível em <http://bit.ly/1fOEnYR>.

Confira algumas das palestras oferecidas no III Seminário:

13-05-2014 (terça-feira)

Modos de produção e novas tecnologias – tensões entre apropriações públicas e privadas
Palestrante: Profa. Dra. Sarita Albagli (Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia/UFRJ)
Horário: 19h30min às 22 horas
Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU



14-05-2014 (quarta-feira)

Evento: *Os efeitos políticos da emergência do Net-ativismo*
Palestrante: Prof. Dr. Massimo Di Felice (Universidade de São Paulo - USP)
Horário: 19h30min às 22 horas
Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

29-05-2014 (quinta-feira)

Internet - parte e ferramenta para construir, mostrar e medir a economia pós-capitalista
Palestrante: Prof. Dra. Gláucia Campregher (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)
Horário: 17h30min às 19 horas
Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU



02-06-2014 (segunda-feira)

Estratégia como prática social - o estrategizar e a produção de subjetividades
Palestrante: Prof. Dr. César Augusto Tureta de Moraes (Universidade Federal do Espírito Santo - UFES)
Horário: 19h30min às 22 horas
Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

09-06-2014 (segunda-feira)

Meio, Mediação, Agência - A Descoberta dos Objetos em Walter Benjamin e Bruno Latour
Palestrante: Prof. Dr. Erick Felinto de Oliveira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ)
Horário: 19h30min às 22 horas
Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

